

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA**

**MANOEL CARLOS BAYÃO JR.**

**EDUCAÇÃO PROFISSIONAL: O PROJETO JUVENTUDE CIDADÃ E SEUS  
EFEITOS SOBRE A ESCOLARIDADE E EMPREGABILIDADE  
DE JOVENS EM UBERABA-MG**

UBERLÂNDIA  
2010

**MANOEL CARLOS BAYÃO JÚNIOR**

**EDUCAÇÃO PROFISSIONAL: O PROJETO JUVENTUDE CIDADÃ E SEUS  
EFEITOS SOBRE A ESCOLARIDADE E EMPREGABILIDADE  
DE JOVENS EM UBERABA-MG**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós - graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Linha de pesquisa: Políticas e Gestão em Educação

Orientador: Prof. Dr. Antonio Bosco de Lima

Uberlândia  
2010

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

---

B356e Bayão Júnior, Manoel Carlos, 1970 -  
Educação profissional [manuscrito]: o Projeto Juventude Cidadã e seus  
efeitos sobre a escolaridade e empregabilidade de jovens em Uberaba-MG /  
Manoel Carlos Bayão Júnior. – 2010.  
183 f. : il.

Orientador: Antonio Bosco de Lima  
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia,  
Programa de Pós - Graduação em Educação.  
Inclui bibliografia.

1. Ensino profissional – Uberaba-(MG) – Teses. 2. Ensino  
Profissional – Uberaba (MG) – 2006-2007 – Teses. 3. Projeto Juventude  
Cidadã – Uberaba (MG) – Teses. I. Lima, Antonio Bosco de. II.  
Universidade Federal de Uberlândia. Programa de Pós - Graduação em  
Educação. III. Título.

---

CDU: 377 (815.1)

**MANOEL CARLOS BAYÃO JÚNIOR.**


**EDUCAÇÃO PROFISSIONAL: O PROJETO JUVENTUDE CIDADÃ E SEUS  
EFEITOS SOBRE A ESCOLARIDADE E EMPREGABILIDADE  
DE JOVENS EM UBERABA-MG**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós - graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Linha de pesquisa: Políticas e Gestão em Educação

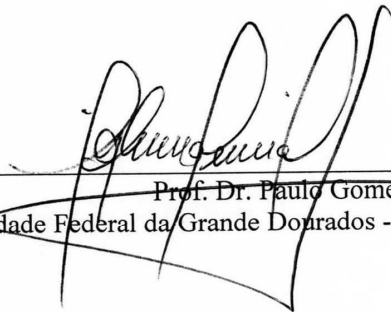
Orientador: Prof. Dr. Antonio Bosco de Lima

**BANCA EXAMINADORA**



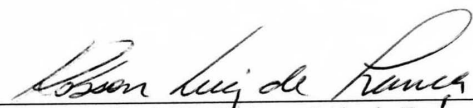
---

Prof. Dr. Antonio Bosco de Lima  
Universidade Federal de Uberlândia – UFU



---

Prof. Dr. Paulo Gomes Lima  
Universidade Federal da Grande Dourados - UFGD



---

Prof. Dr. Robson Luiz de França  
Universidade Federal de Uberlândia – UFU



Para meus pais, Manoel e Carolina, que sempre estimularam minhas iniciativas.

Para Patrícia que, sabiamente, auxilia-me na escolha dos trajetos.

Para Manu e Bruninho que, alegremente, motivam a minha caminhada.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço a minha tia, Maria Eloísa Guimarães, que, com obstinação por alcançar seus objetivos e muita vontade de tirar tudo da vida, serviu-me de exemplo para que este trabalho fosse desenvolvido.

Ao Professor Dr. Antonio Bosco que, acima de tudo, acreditou que um profissional com formação técnica e enquadramento matemático pudesse se interessar pelo universo da Educação e fazer um bom trabalho. Agradeço, Professor, pela dedicação de horas de trabalho à lapidação das ideias aqui apresentadas e pela paciência nos momentos em que minha formação para os números turvava-me a percepção da humanidade do objeto, dos objetivos de pesquisa e, sobretudo, da Educação.

A meu irmão, Cláudio, que espelhou e partilhou comigo a educação proporcionada por nossos pais e com quem, até hoje, aprendo e busco ensinar. Agradeço à Carol a amizade, e pelo estímulo e ao Henrique pela a alegre curiosidade infantil que incentiva e faz a vida mais leve.

À Tereza que dedicou grande parte de sua vida a acompanhar-nos e presenciou muito dos melhores momentos vividos por minha família, compondo-a e contribuindo, assim, para minha educação, de uma forma bastante peculiar.

Agradeço a todo corpo docente e colaboradores do Mestrado em Educação que contribuíram para a construção deste trabalho.

Aos colegas de trabalho, no SENAC, que compartilham comigo a vivência com a educação profissional e que experimentam, diariamente, a condição de oferecer a nossos alunos – quer estejam eles em busca de formação inicial, aperfeiçoamento ou formação técnica – uma possibilidade de início ou de mudança em suas carreiras.

Agradeço a todo corpo discente e docente da FACTHUS, Faculdade Talentos Humanos, de Uberaba, pela motivação acadêmica na busca de conhecimentos cada vez mais instigantes e provedores de capacidade profissional.

A minha família, quer seja familiares de núcleos mais próximos ou mais afastados, por compreenderem minha ausência nos momentos nos quais o trabalho me absorveu e, mesmo estando distante, seguiram com fortes incentivos.

Aos Professores, Dra. Fabiane Santana Previtalli e Dr. Robson Luiz de França, pelas contribuições no exame de qualificação, que provocaram novas e importantes reflexões.

Ao Rotary Club de Lake Forest Park, e às famílias Hungar e Crawford que me receberam naquela cidade em 1988 e, que, através da oportunidade de intercâmbio, possibilitaram o início de minha carreira como professor e, conseqüentemente, o desenvolvimento deste trabalho.

“Agir e padecer são como as faces opostas da mesma moeda, e a história iniciada por uma ação compõe-se de seus feitos e dos sofrimentos deles decorrentes. Estas consequências são ilimitadas porque a ação, embora possa provir do nada, por assim dizer, atua sobre um meio no qual toda reação se converte em reação em cadeia, e todo processo é causa de novos processos. Como a ação atua sobre seres que também são capazes de agir, a reação, além de ser uma resposta, é sempre uma nova ação com poder próprio de atingir e afetar os outros.” (ARENDDT, 1997).

## RESUMO

Este trabalho vincula-se à linha de Políticas e Gestão em Educação do Programa de Mestrado da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Uberlândia (FACED-UFU) e refere-se à investigação realizada através de fontes primárias e secundárias a respeito dos resultados produzidos sobre a escolaridade e empregabilidade dos jovens egressos do Projeto Juventude Cidadã (PJC), desenvolvido pelo Poder Público Federal em articulação com a esfera municipal em Uberaba-MG, nos anos de 2006 e 2007. Tratou-se de uma pesquisa que perpassou por dois movimentos: análise bibliográfica e realidade empírica. Na contextualização desse projeto, consideramos duas questões fundamentais: sua inserção nas políticas de juventude desenvolvidas pelo governo federal e suas articulações com a questão educacional, uma vez que, não só no PJC, mas em todos os projetos similares, a escolarização dos jovens contemplados é uma exigência. Para a contextualização do PJC, estabelece-se um quadro das políticas públicas federais de educação profissional e inclusão social. A formação para o empreendedorismo e protagonismo, fortes componentes dos documentos normativos do projeto, é compreendida como elemento importante na preparação dos jovens para ingresso no mercado do trabalho. Ao final da pesquisa, percebemos que, apesar do quadro social existente no país demandar a adoção e implantação de políticas sistêmicas e de longo prazo, o que se observa, em que pese a avaliação positiva feita pelos egressos entrevistados, é a condução de ações de caráter fragmentário e ocasional. O PJC não fugiu a esta condição e mostrou dificuldades operacionais relativas aos diversos estágios de sua realização. Considerando-se os jovens egressos, argumenta-se, ainda, que não se pode atribuir unicamente a eles toda a responsabilidade por sua inserção profissional, finda o processo formativo previsto nos projetos vinculados a políticas públicas. Há que se proporcionar ações políticas que conduzam o jovem à inserção no mundo do trabalho e que assegurem a manutenção desta condição.

**Palavras-chave:** Governo, políticas públicas, educação profissional.

## ABSTRACT

This work is linked to the line of Policy and Management in Education in the Master's Program of the Faculdade de Educação da Universidade Federal de Uberlândia (FACED-UFU) and is based on research conducted through means of primary and secondary sources on the results of increasing employability and educational achievements of the youngsters who accomplished the Projeto Juventude Cidadã (PJC), developed by the Federal Government in conjunction with the municipal level in Uberaba-MG, in 2006 and 2007. The research covered two stages of development: bibliographical analysis and empirical reality. In the context of this project, we consider two fundamental issues: its inclusion in the total body of youth policies developed by the federal government and its links with the educational issue, once, not only in the PJC, but in all similar projects, the education of young people is addressed as a requirement. To establish the context of the PJC, this text describes a framework of federal public policies for professional education and social inclusion. Entrepreneurship and community participation, strong components of the normative documents that ruled the PJC, are understood as important elements in preparing young people for entering the labor market. At the end of the research we realized that, despite the social framework in the country demand the adoption and implementation of systemic long term policies, and, even though the interviewed accomplishing students have made a positive assessment, there is to be observed the fragmentary and occasional outline of the actions carried on by the Federal Government. The PJC did not escape this condition, having shown operational difficulties relating to the various stages of its execution. Considering the young students, it is argued not to be possible to impute solely to them full responsibility for their employment, after the training process provided for in projects linked to public policies. There is need to provide political action that lead the youngsters to finding a first job position and ensuring the maintenance of this condition.

**Key-words:** Government, public policy, professional education.

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Evolução do Saldo de Movimentação do CAGED em Uberaba nos meses de julho a setembro de 2006 e do número de vagas a serem atribuídas à edição do PJC naquela cidade.....	39
---	----

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1: Distribuição dos jovens de 16 a 24 anos de idade, segundo situação de trabalho e estudo.....	55
Gráfico 2: Evolução da média de anos de estudo da população de 15 a 24 anos, de 1998 a 2008.....	56
Gráfico 3: Movimentação da Taxa de desemprego juvenil e geral, no Brasil, de 2006 a 2010.....	59
Gráfico 4: Participação percentual de cada setor de atividade na ocupação da PEA em 2008.....	60
Gráfico 5: Evolução do Saldo da Movimentação do mercado de trabalho de Uberaba segundo o CAGED.....	61
Gráfico 6: Status de curso dos alunos de Vendedor de Comércio Varejista.....	71



## LISTA DE ANEXOS

Anexo A	Termo de Referência do Projeto Juventude Cidadã.....	112
Anexo B	Quadro Referencial de Conteúdos do Projeto Juventude Cidadã..	127
Anexo C	Clipagem eletrônica de notícias sobre o Projeto Juventude.....	131
Anexo D	Descrição da ocupação de Vendedor de Comércio Varejista segundo a CBO.....	157
Anexo E	Relação dos Temas – Ocupação – Código CBO.....	159
Anexo F	Roteiros de entrevistas aplicadas aos diferentes agentes do Projeto Juventude Cidadã em Uberaba-MG (2006-2007).....	163
Anexo G	Quadro descritivo resumo da situação dos jovens participantes entrevistados.....	170
Anexo H	Tabelas resumo de entrevistas a participantes do Projeto Juventude Cidadã na edição de 2006-2007 por categoria pesquisada.....	173

## LISTA DE SIGLAS/ABREVIATURAS

<b>ACIU</b>	Associação Comercial e Industrial de Uberaba
<b>CAGED</b>	Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
<b>CBO</b>	Classificação Brasileira de Ocupações
<b>CDL Uberaba</b>	Câmara de Dirigentes Lojistas de Uberaba
<b>CONJUVE</b>	Conselho Nacional de Juventude
<b>CTPS</b>	Carteira de Trabalho e Previdência Social
<b>DATAPREV</b>	Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social
<b>DIEESE</b>	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
<b>DRT</b>	Delegacia Regional do Trabalho
<b>FACED</b>	Faculdade de Educação
<b>FETI</b>	Fundação de Ensino Técnico Intensivo Dr. René Barsam
<b>IBGE</b>	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
<b>IDESES</b>	Instituto de Desenvolvimento Social do Espírito Santo
<b>IETS</b>	Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade
<b>IPEA</b>	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
<b>LDB</b>	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
<b>MEC</b>	Ministério da Educação
<b>MDS</b>	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
<b>MTE</b>	Ministério do Trabalho e Emprego
<b>OID</b>	Organização Ibero-Americana de Juventude
<b>OIT</b>	Organização Internacional do Trabalho
<b>ONGs</b>	Organizações Não-Governamentais
<b>ONU</b>	Organização das Nações Unidas
<b>PBF</b>	Programa Bolsa Família
<b>PEA</b>	População Economicamente Ativa
<b>PED</b>	Pesquisa de Emprego e Desemprego
<b>PJC</b>	Projeto Juventude Cidadã
<b>PLANFOR</b>	Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador
<b>PMAJ</b>	Plano Mundial de Ação para a Juventude a Partir do Ano 2000

<b>PME</b>	Pesquisa Mensal de Emprego
<b>PMU</b>	Prefeitura Municipal de Uberaba
<b>PNAD</b>	Pesquisa Nacional de Amostra Domiciliar
<b>PNJ</b>	Política Nacional de Juventude
<b>PNPE</b>	Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego para Jovens
<b>PNQ</b>	Plano Nacional de Qualificação
<b>PROJOVEM</b>	Programa Nacional de Inclusão de Jovens
<b>PEC</b>	Proposta de Emenda à Constituição
<b>OEI</b>	Organização dos Estados Ibero-Americanos
<b>OIT</b>	Organização Internacional do Trabalho
<b>SCV</b>	Serviço Civil Voluntário
<b>SEADE</b>	Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados de São Paulo
<b>SEBRAE</b>	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
<b>SEDH/PR</b>	Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República
<b>SEMEC</b>	Secretaria Municipal de Educação e Cultura
<b>SENAC</b>	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
<b>SESC</b>	Serviço Social do Comércio
<b>SGPR</b>	Secretaria Geral da Presidência da República
<b>SINE</b>	Sistema Nacional de Emprego
<b>SNJ</b>	Secretaria Nacional de Juventude
<b>TCEMG</b>	Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais
<b>UFU</b>	Universidade Federal de Uberlândia
<b>UNESCO</b>	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
<b>VCV</b>	Vendedor de Comércio Varejista
<b>VL</b>	Vendedor Lojista

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>17</b>
<b>CAPÍTULO 1.....</b>	<b>25</b>
<b>O PROJETO JUVENTUDE CIDADÃ NO CONTEXTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA JOVENS.....</b>	<b>25</b>
1.1 A questão juvenil no cenário mundial e seus reflexos nas propostas e políticas conduzidas em âmbito nacional.....	25
1.2 O Projeto Juventude Cidadã, sua estrutura e contextualização no bojo das Políticas de Juventude.....	33
<b>CAPÍTULO 2.....</b>	<b>45</b>
<b>PROTAGONISMO E EMPREENDEDORISMO E SUAS RELAÇÕES COM A ESCOLARIDADE E EMPREGABILIDADE DOS JOVENS.....</b>	<b>45</b>
2.1 O Projeto Juventude Cidadã e a promoção do protagonismo juvenil e do empreendedorismo.....	45
2.2 Escolaridade e suas implicações com a empregabilidade juvenil.....	52
<b>CAPÍTULO 3.....</b>	<b>63</b>
<b>APRESENTAÇÃO DA METODOLOGIA E OPERACIONALIZAÇÃO DA PESQUISA.....</b>	<b>63</b>
3.1 Constituição do universo da pesquisa e seleção dos jovens a serem entrevistados.....	64
3.2 Condução da pesquisa: primeiros contatos com o campo.....	72
3.3 O roteiro das entrevistas: Dimensões privilegiadas.....	74
<b>CAPÍTULO 4.....</b>	<b>78</b>
<b>APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DAS ENTREVISTAS REALIZADAS.....</b>	<b>78</b>
4.1 A percepção dos jovens concluintes do PJC.....	78
4.1.1 O Interesse pelo PJC, expectativas, perspectivas e aspirações com relação à empregabilidade.....	80

4.1.2 O PJC e a evolução da condição escolar de seus egressos.....	89
4.2 A questão dos evadidos e desistentes.....	91
4.3 A visão do gestor do PJC.....	92
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>101</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>106</b>

## INTRODUÇÃO

“O milagre da liberdade está contido nesse poder-começar que, por seu lado, está contido no fato de que cada homem é em si um novo começo [...]”. (ARENDDT, 2006, p. 43).

O Projeto Juventude Cidadã (PJC), conduzido pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e pela Prefeitura Municipal de Uberaba (PMU), em sua edição naquela cidade, no período de setembro de 2006 a março de 2007, constituiu-se objeto de estudo dessa dissertação<sup>1</sup>. A intenção foi a de analisar a versão local de um projeto de abrangência nacional, contextualizando-o, por um lado, no bojo da política de juventude em que foi gerado e definiu, por isso, as grandes linhas de sua concepção. Por outro, investigar alguns dos resultados produzidos pela experiência realizada entre 2006 e 2007, percebidos pelos alunos que vivenciaram o projeto no período em questão.

O PJC destinou-se, por definição inicial de seu escopo, aos jovens com idade entre 16 e 24 anos<sup>2</sup>, em sua maioria, com escolaridade inferior ao Ensino Médio completo, com renda familiar *per capita* de até meio salário mínimo, que não tinham vínculo empregatício anterior e que não fossem os beneficiários diretos do Programa Bolsa Família (PBF) do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), ou seja, que o cartão de recebimento não estivesse em seu nome.

Esta parcela da juventude brasileira se caracteriza por alta vulnerabilidade frente ao mercado de trabalho, e teve seu recorte de atendimento definido segundo

---

<sup>1</sup> A pesquisa que conduziu a esta dissertação foi desenvolvida enquanto requisito curricular do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia e relaciona-se à linha de Políticas e Gestão em Educação.

<sup>2</sup> Para uma idéia do referencial de faixa etária, temos algumas categorizações: o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) trata por jovens a parcela da população compreendida entre 15 e 24 anos de idade (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, DF – IBGE, 2009). A Secretaria Nacional de Juventude (SNJ), vinculada à Secretaria Geral da Presidência da República (SG/PR) é responsável por articular os programas e projetos destinados ao recorte jovem da população brasileira e segmenta este dos 15 aos 29 anos (BRASIL, 2009). A extensão do recorte referente à categoria juvenil até os 29 anos se deveu à proposição de ampliação do atendimento a esta parcela da população no segundo mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. O Código Civil Brasileiro é omissivo quanto à definição desta faixa da população. Para o Conselho Nacional de Juventude (CONJUVE), jovem no Brasil é o cidadão com idade compreendida entre os 15 e os 29 anos, uma vez que este é um padrão internacional que tende a ser utilizado no Brasil. (CONSELHO NACIONAL DE JUVENTUDE - CONJUVE, 2006). No entanto, o CONJUVE não esclarece quais os referenciais internacionais que servem de estabelecimento para sua segmentação. Optamos por adotar a segmentação proposta pelo IBGE, uma vez que esta norteia amplamente as análises acadêmicas e institucionais sobre empregabilidade e escolaridade juvenil, categorias para as quais direcionamos o foco desta dissertação.

perfil descrito pela Lei nº. 10.748 de 2003<sup>3</sup>, que através da criação do Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego (PNPE), visava proporcionar efeitos em diversos aspectos da vida deste segmento da população e na forma através da qual busca se inserir na sociedade, conforme o texto da Lei:

[O PNPE é] vinculado a ações dirigidas à promoção da inserção de jovens no mercado de trabalho e sua escolarização, ao fortalecimento da participação da sociedade no processo de formulação de políticas e ações de geração de trabalho e renda, objetivando, especialmente, promover:

I - a criação de postos de trabalho para jovens ou prepará-los para o mercado de trabalho e ocupações alternativas, geradoras de renda; e  
II - a qualificação do jovem para o mercado de trabalho e inclusão social. (BRASIL, 2010a). (Grifo nosso).

A qualificação proposta pelo Termo de Referência<sup>4</sup> do PJC mostra-se alinhada com o texto da Lei, quando almeja incorporar, além do aspecto econômico, a dimensão social, escolar e solidária de sua formação como pessoa, e busca proporcionar ao jovem uma formação de caráter multidimensional que se pretendia articulada em cinco eixos principais: formação em cidadania e direitos humanos, prestação de serviços voluntários à comunidade, qualificação social e profissional, estímulo e apoio efetivo à elevação da escolaridade e inserção no mercado de trabalho.

De acordo com o Termo de Referência do PJC,

Nesse sentido, o Projeto Juventude Cidadã adota uma estratégia de qualificação social e profissional que privilegia a aprendizagem pela experiência, sem negligenciar a preparação prévia, adequada e cuidadosa do jovem para “o fazer”. Nesse caso, a formação de saberes necessários à inserção do jovem no mercado de trabalho e à vida em sociedade se dá, principalmente, por meio do seu engajamento efetivo na prestação de serviços comunitários, precedido, complementado e articulado com o desenvolvimento de conhecimentos referidos no item 6 [...] deste Termo de Referência. (BRASIL, 2006, p. 4). (Grifo nosso).

Com essa perspectiva de qualificação do futuro profissional e a estrutura formacional pretensamente voltadas para a solidariedade social e para a cidadania, o PJC era, então, considerado pelo governo federal como elemento estruturante na construção de uma política para a juventude no Brasil (BRASIL, 2006).

---

<sup>3</sup> Cria o Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego para os Jovens (PNPE), acrescenta dispositivo à Lei nº 9.608, de 18 de fevereiro de 1998, e dá outras providências.

<sup>4</sup> Vide Anexo A: Termo de Referência do PJC, p. 112.

Mantendo estas particularidades, o PJC vinculou os campos da educação e do trabalho e buscou, segundo definição dos textos legais que o estruturaram, articular-se ao projeto mais abrangente de desenvolver, nacionalmente, uma política para a juventude e políticas de qualificação integradas ao plano traçado para o desenvolvimento do país.

As políticas para a juventude<sup>5</sup> têm se mostrado uma tendência no percurso do atual governo<sup>6</sup>, em decorrência, inclusive, das evidências estatísticas de segmento social mais problemático quanto à inserção e permanência no mercado de trabalho e a outros aspectos que a ele se relacionam, conforme se pode observar nos dizeres do Banco Mundial:

No Brasil, rendimentos baixos e desemprego estão associados com baixa escolaridade, com a incapacidade de se conseguir trabalhos bons e regulares e com a incapacidade de a economia gerar empregos suficientes para absorver os que entram no mercado de trabalho. O desemprego jovem no Brasil é alarmante – 17,5% em 2002 para menores de 25 anos enquanto que para os adultos era de 6,1 por cento. Neste mesmo ano, quase quatro milhões de jovens com idade superior a 19 anos, 1/4 do total de indivíduos nesta faixa etária, nem trabalhavam, nem estudavam; entre aqueles cuja faixa etária era 16-19 anos, 16% encontravam-se na mesma excludente situação, com cerca de 2,2 milhões nem estudando, nem trabalhando. (2004, p. 15).

As referidas políticas tomam, portanto, como fundamentos para a proposição de suas ações, a situação da juventude brasileira com relação à sua colocação no mercado de trabalho e à sua escolarização, visando promover inserção dos jovens e o aumento da escolaridade da juventude na faixa ampliada dos quinze aos 29 anos.

São recorrentes os dados que mostram a prevalência dos índices de desemprego de jovens sobre os referentes à taxa de desemprego em geral, segundo Sampaio e França, “as taxas de desemprego juvenil registradas no Brasil têm se mantido em patamares equivalentes ao dobro das taxas encontradas entre a população adulta.” (2010, p. 12).

---

<sup>5</sup> Segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), num breve balanço dos programas para a juventude existentes no Brasil no período 2005-2007, estavam ativos, até setembro de 2007, os seguintes programas: antigo PROJOVEM, Agente Jovem, Juventude Cidadã, Saberes da Terra, Proeja, Escola de Fábrica, Soldado Cidadão, Consórcio Social da Juventude, Empreendedorismo Juvenil, Jovem Aprendiz, ProUni, Projeto Rondon, Nossa Primeira Terra, Pronaf Jovem, Bolsa Atleta, Escola Aberta, Pontos de Cultura, Segundo Tempo, Juventude e Meio Ambiente; totalizando 19 programas (INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA, DF – IPEA, 2008).

<sup>6</sup> Luiz Inácio Lula da Silva, em seus dois mandatos, de 01 de janeiro de 2003 a 01 de janeiro de 2007 e de 01 de janeiro de 2007 até o presente momento.



Esse é, em parte, o contexto em que se situou o PJC, projeto criado a partir do antigo Serviço Civil Voluntário<sup>7</sup> (SCV), programa criado no âmbito do Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador (PLANFOR), e que, a partir de 2003, passou a integrar o PNPE, com base em diretrizes do Plano Nacional de Qualificação (PNQ) do MTE. A ele se associaram outros aspectos que dizem respeito à juventude no momento de sua execução, como os índices de violência que atingiam esse segmento social e a problemática do sistema educacional quando se pensa na qualidade da educação por eles recebida.

A escolha e a abordagem selecionada para o desenvolvimento do tema de estudo se justificam pela consideração de alguns fatores que enuncio a seguir.

Em primeiro lugar, é importante ressaltar que a questão da formação e inserção juvenil no mercado de trabalho e na sociedade, por conseguinte, não é só brasileira. Diferentes organismos internacionais, como a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), Organização Internacional do Trabalho (OIT) e Organização dos Estados Ibero-Americanos (OEI), em espaços nacionais e inter-nações, como Estados Unidos e União Européia, por exemplo, voltam-se para ela. Ou seja, a questão escolhida coloca-se como uma preocupação central do mundo contemporâneo.

Em segundo lugar, o desafio da problemática da juventude tem sido tratado de forma extensa por diferentes países e, em todos eles, a relação entre educação e trabalho como instrumento de política pública<sup>8</sup> e de gestão para os sistemas educacionais é discutida de maneira recorrente. Acrescente-se a isso que, em todos os contextos em que se desenvolve, o tema proposto para análise se vincula à questão mais geral do emprego, problemática, embora de forma menos aguda, também para os demais segmentos populacionais.

No Brasil, na gestão dos governos Fernando Henrique Cardoso<sup>9</sup> e Luiz Inácio Lula da Silva<sup>10</sup>, multiplicaram-se os programas e projetos de qualificação dentro dos

---

<sup>7</sup> O Serviço Civil Voluntário (SCV) surgiu no âmbito do Programa Nacional de Direitos Humanos, em 1996, com a preocupação de abrir alternativas a rapazes e moças na faixa de 18 anos de idade, que não trabalhassem nem estudassem e tivessem baixa escolaridade (menos de 8 anos de estudo, que é o mínimo obrigatório no país) e vivessem em situação de pobreza crítica (tendo como renda mensal "per capita" menos de 50% do salário mínimo). (BRASIL, 2010b).

<sup>8</sup> Acerca do conceito de Políticas Públicas discutiremos mais adiante no Capítulo 1.

<sup>9</sup> Em seus dois mandatos, sendo o primeiro de 01 de janeiro de 1995 a 31 de dezembro de 1998 e o segundo de 01 de janeiro de 1999 a 31 de janeiro de 2002.

<sup>10</sup> A questão juvenil recebeu atenção mais dedicada a partir da gestão de Luiz Inácio Lula da Silva, quando, segundo Sposito e Corrochano, "O governo federal [...] reconheceu a importância da

diferentes planos governamentais<sup>11</sup>, pela associação entre educação e trabalho/educação e inserção no mercado de trabalho, ainda que, em certos casos, por caminhos alternativos. Esta multiplicação de programas sugere a análise mais aprofundada sobre ações concretas desenvolvidas, como é o caso do PJC e, conseqüentemente, da presente análise.

O PJC fez parte, até sua incorporação pelo Programa Nacional de Inclusão de Jovens (PROJOVEM), de um conjunto de medidas e ações dedicadas à qualificação social e profissional no contexto de uma política nacional da juventude. Estas medidas e ações mobilizaram diferentes organizações, instituições públicas e privadas, que se congregaram para a gestão e execução compartilhada dessa política. O caráter multidimensional, potencialmente inovador, bem como a abrangência e a complexidade da concepção, execução e gestão dessa política e dos programas que a viabilizaram, constituíram um elemento de justificativa para a presente pesquisa, fundamentando a necessidade de investigar as condições de execução e de gestão em que foram inseridas e seus efeitos na realidade sobre a qual operaram.

Outro elemento considerado é que, apesar de recentes, amplia-se, perceptivelmente, o espaço ocupado por essas políticas nas análises conduzidas pelo meio acadêmico<sup>12</sup>, o que também fala da relevância de estudá-las.

Finalmente, um elemento de justificativa para o desenvolvimento da presente pesquisa situa-se no foro pessoal, pela atividade do pesquisador que, enfrontado na função diária de capacitar pessoas para atuar junto ao setor de comércio e serviços, envolve-se, constantemente, com a criação de programas ou atividades isoladas que busquem o fomento da empregabilidade com foco na geração de renda, mas que encontra poucas ferramentas que analisem o resultado final dessas ações. Assim, buscou-se prospectar aspectos relativos à real colocação dos egressos de cursos de formação profissional no mercado de trabalho e a continuidade desta no

---

temática ao constituir um grupo interministerial para a discussão das políticas de juventude, destinado a formular um conjunto de diretrizes de ação.” (2005, p. 142). (Grifo nosso). A ação deste grupo interministerial, segundo Novaes (2010) produziu um diagnóstico da questão dos jovens no Brasil e conduziu, à Política Nacional de Juventude (PNJ), à Secretaria Nacional de Juventude (SNJ) e ao Conselho Nacional de Juventude (CONJUVE).

<sup>11</sup> Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador (PLANFOR) no Governo Fernando Henrique Cardoso e Plano Nacional de Qualificação (PNQ) no Governo de Luiz Inácio Lula da Silva.

<sup>12</sup> Frigotto et al., 2005; Kuenzer, 2006 e 2007; e Pochman, 2007; são exemplos de autores que pesquisam sistematicamente o campo das políticas públicas, quer seja enfocando o aspecto da educação profissional, quer seja a questão social, quer seja a questão juvenil. Estes autores serviram de base para as reflexões contidas neste trabalho.

tempo, constituindo carreira, além dos efeitos desta em sua vida pessoal e em sua identificação como cidadão. Desta forma, a atuação do pesquisador na formação de pessoas para o trabalho em comércio e serviços na cidade de Uberaba contribuiu para a definição do objeto de pesquisa neste setor.

A capacitação de cerca de 2.000 jovens através do PJC foi desenvolvida de setembro de 2006 a março de 2007 para atender à nova realidade do mercado de trabalho de Uberaba, cidade que apresentava, naquele momento, evolução positiva no quadro da empregabilidade formal<sup>13</sup>, decorrente do crescimento da atividade de produção e beneficiamento da cana-de-açúcar, segmentos agrícola e industrial respectivamente; e do comércio varejista, mais especificamente, o setor supermercadista<sup>14</sup>.

As ações do PJC foram operacionalizadas em Uberaba, através de convênio celebrado entre a PMU e o MTE. A coordenação e supervisão do projeto foram conduzidas a partir da Fundação de Ensino Técnico Intensivo Dr. René Barsam (FETI), a qual se responsabilizou pela execução dos eixos II, IV e V (serviço voluntário, elevação de escolaridade e inserção no mercado). Os eixos I e III - cidadania e direitos humanos e qualificação profissional - foram contratados e desenvolvidos pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC) e pelo Instituto de Desenvolvimento Social do Espírito Santo (IDESSES)<sup>15</sup>.

A FETI é uma fundação pública criada pela Lei Municipal nº. 2.448/1975, e reestruturada pela Lei Delegada nº. 008/2005 - quando foi vinculada à Secretaria Municipal de Educação e Cultura (SEMEC). A fundação apresenta por finalidade, de acordo com o diretor do Departamento de Desenvolvimento Profissional, João Ribeiro Silva Filho, em declaração prestada ao Jornal de Uberaba,

[...] promover a habilitação e qualificação profissional de jovens e adultos, a formação e o aperfeiçoamento de professores e servidores públicos municipais, bem como a elaboração e o desenvolvimento de projetos no âmbito da educação técnica, da

---

<sup>13</sup> Segundo a Fundação João Pinheiro (2010), a variação anual média percentual do emprego formal na microrregião de Uberaba, que encampa seis cidades vizinhas, a saber: Água Comprida, Campo Florido, Conceição das Alagoas, Conquista, Delta e Veríssimo; foi de 5,6%, superior, portanto, à taxa estadual que foi de 4,9% no período de 2000 a 2006.

<sup>14</sup> Inauguraram-se, no segundo semestre de 2006, segundo informações da Secretaria de Desenvolvimento Econômico de Uberaba, dois hipermercados. Foi assinado no mesmo período o protocolo de intenções entre o Governo de Minas Gerais e a diretoria da Usina Uberaba para a instalação de sua primeira usina de açúcar e álcool.

<sup>15</sup> A contratação destas instituições para a condução dos eixos em referência foi promovida através de licitação pública.

especialização e qualificação para o trabalho, ciência e tecnologia, em consonância com as políticas estabelecidas pelas Secretarias Municipais de Educação e Cultura, Desenvolvimento Econômico e Turismo e de Desenvolvimento Social (ROCHA, 2008).

O objetivo principal que norteou a pesquisa e originou esta dissertação foi o de investigar o PJC, no contexto da Política Nacional de Juventude (PNJ), buscando compreender a dinâmica de sua implantação no município de Uberaba-MG, no horizonte de tempo de 2006 a 2007, bem como detectar resultados obtidos e possíveis resultados quanto ao processo de inserção dos egressos na atividade produtiva do segmento comercial.

A partir deste, estabeleceram-se os objetivos específicos que indicavam a necessidade de contextualizar o PJC no bojo da política de qualificação profissional para a juventude em nível nacional; verificar a contribuição do projeto quanto à empregabilidade e o nível de escolaridade de seus egressos e, por fim, avaliar a percepção dos mesmos com relação à qualificação recebida e com relação aos efeitos desta sobre sua colocação no mercado de trabalho.

O presente texto foi estruturado da seguinte forma: no Capítulo 1, intitulado “O PJC no contexto das políticas públicas para jovens”, é realizada a descrição da estrutura do Projeto Juventude Cidadã, uma análise de sua inserção no âmbito das políticas públicas conduzidas pelas diferentes esferas de governo na atualidade, bem como uma breve evolução histórica dessas políticas até o momento presente. A questão juvenil e o cenário mundial para este recorte da população são abordados como pano de fundo, a fim de situar as condições dos jovens nos quesitos específicos abordados pela pesquisa, a saber, escolaridade e empregabilidade.

O Capítulo 2, denominado “Protagonismo e empreendedorismo e suas relações com a escolaridade e empregabilidade dos jovens”, aborda os conceitos essenciais de discussão deste trabalho, sobretudo no que diz respeito à condição dos jovens de conduzir seu próprio futuro. O conceito de protagonismo, muito abordado por políticas públicas atuais, é discutido e confrontado com o de empreendedorismo, que, apesar de divergente, apresenta similaridades. Além disto, relaciona ambos os conceitos com a elevação de escolaridade e a possibilidade de aumento da empregabilidade dos jovens envolvidos nas políticas públicas que focam estes conceitos. O PJC menciona explicitamente a promoção do protagonismo, embora o empreendedorismo não fuja ao foco das entrelinhas.

No Capítulo 3, intitulado “Apresentação da metodologia e operacionalização da pesquisa”, são divulgados aspectos relativos à metodologia de pesquisa e à forma de operacionalização dos trabalhos que conduziram ao presente documento.

O Capítulo 4, “Apresentação e análise das entrevistas realizadas” apresenta o resultado da apuração alcançada através da aplicação dos instrumentos de levantamento de informação, bem como uma análise dos números registrados e relações com possíveis resultados alcançados pelo PJC.

Nas considerações finais são analisadas as informações levantadas sob alguns pontos de vista. Em primeiro lugar, são expostos aspectos relativos à gestão do PJC e sua inserção nos campos da juventude, do trabalho e da educação. Em seguida, discute-se a questão da gestão do projeto, que, inserido no bojo da política de juventude ora em curso no Brasil, apresenta dificuldades quanto ao seu planejamento, acompanhamento e perspectiva de continuidade.

Por fim, são elencados aspectos relativos à situação escolar e de trabalho da juventude brasileira que nos permitem, em seguida, situar os resultados de empregabilidade e escolaridade dos jovens egressos do PJC, com base em depoimentos à equipe de pesquisa.

## **CAPÍTULO 1**

### **O PROJETO JUVENTUDE CIDADÃ NO CONTEXTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA JOVENS**

“Não haverá quem conteste, portanto, que a educação dos jovens precisa ser um dos objetivos principais por parte do legislador; pois todos os Estados que a relegaram foram grandemente prejudicados por isto.” (ARISTÓTELES, 2005, p. 155).

#### **1.1 A questão juvenil no cenário mundial e seus reflexos nas propostas e políticas conduzidas em âmbito nacional**

Os problemas gerados pelo baixo crescimento econômico que marcou as condições do desenvolvimento brasileiro nas últimas décadas do século XX, decorrentes não só do quadro de inflação alta que atingiu o país por quase três décadas, mas de crises externas que contribuíram ainda mais para a vulnerabilidade da economia brasileira, com graves consequências sociais, compuseram o cenário no qual o Projeto Juventude Cidadã (PJC) foi lançado. Como mostra o próprio Termo de Referência do projeto, essas consequências foram agudizadas por se combinarem “[...] com a insuficiência de cobertura da rede de proteção social.” (BRASIL, 2006, p. 1).

Estes problemas econômico-sociais não atingiram apenas o Brasil, e um de seus efeitos se fez notar, sobretudo, entre os jovens, o que se manifestou em vários países, mas de forma mais acentuada naqueles em desenvolvimento. Este fato motivou diversos esforços de organismos internacionais (Organização das Nações Unidas [ONU] e Organização Ibero-Americana de Juventude [OID], por exemplo), no sentido de promover a discussão e fomentar melhorias nas condições de vida do cidadão jovem. Em todos esses contextos, o tema proposto para análise associa-se à questão mais geral do emprego.

A ONU, em sua Declaração do Milênio, documento que se propunha histórico para o novo século que então se iniciava, estabelecia a formulação e a aplicação de estratégias que proporcionassem aos jovens de todo o mundo a possibilidade real

de encontrar um trabalho digno e produtivo como elemento essencial ao desenvolvimento econômico e erradicação da pobreza. (2000).

Segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA),

Apesar dos avanços [alcançados na questão juvenil], os indicadores de acesso dos jovens aos direitos sociais, culturais e econômicos, contidos no Informe sobre a Juventude Mundial de 2005<sup>16</sup> da ONU, mostravam um quadro desolador da não-concretização de direitos humanos para grande parte da juventude do mundo. (2008, p. 195). (Grifo nosso).

O Informe indicava ainda a necessidade de intervenções dos Estados no sentido de romper o que foi chamado de ciclo intergeracional de pobreza e apontava para a necessidade de intervenções públicas mais assertivas nas áreas da educação, saúde e emprego para os jovens.

Com a adoção do Plano Mundial de Ação para a Juventude a Partir do Ano 2000 (PMAJ)<sup>17</sup>, em 1995, a discussão em torno da problemática juvenil acentuou-se e diversos eventos, no âmbito de variados organismos internacionais, foram realizados. Como exemplo pode-se citar, em 1998, a Conferência Mundial de Ministros Responsáveis pelos Jovens que deu origem à Declaração de Lisboa para a Juventude, e o Fórum Mundial de Juventude do Sistema das Nações Unidas que resultou no Plano de Ação de Braga.

A Declaração de Lisboa para a Juventude foi aprovada com a intenção de traçar uma estratégia de atuação que buscasse corrigir e prevenir os problemas e mazelas que perturbavam os jovens, desviando-os da trajetória da promoção humana e da realização.

Pelo documento, os países signatários se comprometeram em apoiar o intercâmbio bilateral, sub-regional, regional e internacional das melhores práticas nacionais para subsidiar a elaboração, execução e avaliação das políticas de juventude.

Em especial na área da educação, os países se comprometeram, entre outras coisas, a promover a educação formal e não formal, a formação para jovens e uma

---

<sup>16</sup> Documento lançado pela ONU em 2005, dez anos após a adoção do Plano Mundial de Ação para a Juventude a Partir do Ano 2000 (PMAJ), com o propósito de estabelecer uma avaliação da situação do jovem no mundo e dos efeitos do PMAJ.

<sup>17</sup> Aprovado pela resolução nº. 50/1981 da ONU, em 1995, e que tinha por propósito imbuir os países membros de enfrentar de forma sistematizada os desafios atuais e futuros da juventude.

aprendizagem vitalícia, que facilitem, assim, a integração dos jovens no mercado de trabalho; a garantir-lhes a igualdade de acesso e a continuidade de uma educação básica de boa qualidade, especialmente nas áreas rurais e para a população urbana mais pobre. Estabelecer objetivos nacionais programados para a ampliação da igualdade de acesso dos jovens ao ensino secundário e superior, bem como para a melhoria de qualidade deste ensino, e conceber novas estratégias cujo alvo são jovens vítimas de circunstâncias angustiantes e violentas, oferecendo novas oportunidades de aprendizagem àqueles que abandonaram a escola prematuramente, assim como oportunidades de aprendizagem e de formação contínua são outras metas da declaração.

Outro destaque do documento é a necessidade de desenvolvimento de políticas educacionais que apoiassem todos os jovens na conquista do acesso a um ensino que corresponda às suas capacidades e potenciais específicos, com especial atenção aos jovens socialmente desfavorecidos e que apoiassem, quando necessário, as associações de estudantes, criando condições para o exercício dos seus direitos e fornecendo-lhes os meios necessários que lhes permitissem desempenhar devidamente as suas funções e responsabilidades.

Já no campo do emprego, as medidas propostas pela Declaração de Lisboa preconizavam, entre outras: afirmar o objetivo social fundamental do pleno emprego, de modo a garantir a igualdade de oportunidades para os jovens de ambos os sexos no acesso ao emprego remunerado; melhorar as parcerias complementares entre as autoridades públicas, o setor privado e os estabelecimentos de ensino em paralelo com as iniciativas da sociedade civil, para a promoção dos empregos dos jovens; promover a investigação sobre o emprego dos jovens, observando as tendências e exigências do mercado, de modo a conceber e implementar políticas e programas de emprego, com especial atenção para as circunstâncias específicas de cada sexo; investir na capacidade empresarial deles e fornecer-lhes as competências e os recursos necessários para a criação das suas próprias empresas e negócios; promover o ensino e a formação vocacionada para a vida ativa, que garanta a permanente adaptação do ensino às transformações do ambiente social e económico, com a inclusão das exigências do mercado.

No caso brasileiro, o segmento juvenil é indistintamente o mais atingido, em particular o que ainda não está inserido no mercado de trabalho, situação que é agravada pelo baixo nível de escolaridade e de qualificação de parcela não



desprezível desse grupo. Ao mesmo tempo, em decorrência das mudanças sociais e econômicas da contemporaneidade, as exigências de qualificação aumentam, configurando-se outro padrão de organização do trabalho. Referendando este quadro, o Conselho Nacional de Juventude (CONJUVE)<sup>18</sup>, em sua análise da Política Nacional de Juventude<sup>19</sup> (PNJ), considera que em função de os

[...] jovens compõem o contingente populacional mais vitimizado pelas distintas formas de violência presentes no Brasil; enfrentarem enormes dificuldades de ingresso e permanência no mercado de trabalho; sofrerem impedimentos no acesso a bens culturais; não terem assegurado o direito a uma educação de qualidade e não receberem tratamento adequado no tocante às políticas públicas de saúde e lazer, o reconhecimento de seus direitos deve estar alicerçado em uma perspectiva ampla de garantia de uma vida social plena e de promoção de sua autonomia. (CONSELHO NACIONAL DE JUVENTUDE, DF - CONJUVE, 2006, p. 7).

Neste sentido, o CONJUVE entende que o desenvolvimento integral do jovem, que deve encampar as esferas da educação, do trabalho, da cultura e das tecnologias da informação, é legítimo e de interesse de todo o conjunto da sociedade.

Depreende-se, assim, o alinhamento do entendimento das instâncias oficiais reguladoras e promotoras das políticas públicas nacionais acerca das questões que envolvem a população juvenil e o dos organismos e agências internacionais que definem esta questão em âmbito mundial. Há, no entanto, que se considerar as dinâmicas da formulação e implantação de políticas públicas no Brasil, o que relaciona-se diretamente à sua conceituação.

Esta temática mostra-se polêmica na história brasileira, sobretudo quando relacionada à área social e educacional, havendo mesmo os que argumentam sobre a inexistência de políticas públicas no país. Além de polêmica mostra-se imprecisa, se não teoricamente, pelos sentidos que lhe são atribuídos nos diferentes documentos que lhe possam ser definidores, ainda que de forma implícita. Tentaremos problematizar esse tema com base nos trabalhos de alguns estudiosos.

---

<sup>18</sup> Criado pela Lei 11.129/2005 e regulamentado pelo Decreto Presidencial nº 5.490 de 14 de julho de 2005, tem por finalidade formular e propor diretrizes da ação governamental, voltadas à promoção de políticas públicas de juventude. (BRASIL, 2010c, 2010d).

<sup>19</sup> Instituída por meio da Medida Provisória 238, assinada pelo Presidente da República em 1º de fevereiro de 2005. No mesmo ato, o Presidente criou o Conselho Nacional de Juventude, a Secretaria Nacional de Juventude e o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem). (BRASIL, 2010e).

Uma das formas de compreender essa questão pode ser localizada na concepção adotada por Dermeval Saviani (2005, p. 3-4), para quem o critério de público relaciona-se àquilo cujo mantenedor é o Estado, a quem cabe, portanto, garantir o funcionamento e responsabilizar-se pela manutenção de funcionamento das instituições<sup>20</sup>. Para o autor,

"[...] temos o entendimento [de política pública educacional] referido ao conceito de estatal. Nesse caso, trata-se da escola organizada e mantida pelo Estado e abrangendo todos os graus e ramos de ensino. Ora, se se trata de escolas organizadas e mantidas pelo Estado, isso significa que cabe ao Poder Público se responsabilizar plenamente por elas, o que implica a garantia de suas condições materiais e pedagógicas." (Grifo nosso).

A concepção de Saviani apresenta a particularidade de marcar como definidor de políticas públicas o critério de estatal, elemento que, de alguma forma, permeia os estudos sobre essa temática, muito embora sem dominância.

No entanto, quando se trata dessa questão, no Brasil, é importante estar atento também à natureza da participação dos governos, sobretudo a instância federal, nos níveis de decisão e na implantação de políticas públicas, o que evidencia uma perspectiva mais nuançada e mais dinâmica, se aceitarmos a concepção de Höfling<sup>21</sup> (2001, p. 31) que define as políticas públicas como o “Estado em ação”, o que significa dizer, “o Estado implantando um projeto de governo, através de programas, de ações voltadas para setores específicos da sociedade”.

É interessante, a respeito das categorias Estado – e, por consequência, estatal – e Governo, a caracterização feita pela autora ao diferenciar Estado e Governo. O Estado englobaria o “[...] conjunto de instituições permanentes – como órgãos legislativos, tribunais, exército e outras que não formam um bloco monolítico necessariamente – que possibilitam a ação do governo”. (Idem, p. 31). O Governo, por sua vez, é entendido como o “[...] conjunto de programas e projetos que parte da sociedade (políticos, técnicos, organismos da sociedade civil e outros) propõe para a sociedade como um todo, configurando-se a orientação política de um determinado governo que assume e desempenha as funções de Estado por um determinado período”. (Idem, p. 31). (Grifo nosso).

---

<sup>20</sup> A análise de Saviani refere-se às instituições escolares.

<sup>21</sup> A autora toma como base, para o desenvolvimento de suas análises, os trabalhos de Gobert, Muller (1987).

Ao diferenciar Estado – e, por conseqüência, o estatal – e Governo a autora circunscreve os dois campos, mas preserva o espaço de articulação entre eles. Não são, portanto, campos estanques, mas complementares, com diferentes interseções, o que garante sua vitalidade.

Grosso modo, pode-se dizer que o entendimento do Estado passa por perceber sua relativa estabilidade e continuidade no tempo, sem que isso signifique atribuir a seus organismos caráter definitivo ou estático. Ao contrário, enquanto as instituições e órgãos do Estado estruturam-se de modo permanente, sua dinâmica e funcionamento devem manter certa maleabilidade para permitir-lhes ajustar-se aos objetivos programáticos e às necessidades de mudança manifestadas e demandadas pela sociedade – que exigirão, afinal, a formulação, implantação e avaliação de políticas públicas – bem como ao ritmo de mudança do mundo contemporâneo. O governo, por sua vez, apresenta caráter claramente transitório - pelo menos no que se refere às sociedades capitalistas contemporâneas, de regime dito democrático.

Admite-se, portanto, que as políticas públicas têm caráter de relativa permanência, pelo menos no que diz respeito a seu desenvolvimento por um período de tempo suficientemente longo para permitir sua implementação plena, bem como o acompanhamento e avaliação de seus efeitos e impactos. O que permitirá verificar não só a necessidade de ajustes e revisões, mas a importância dessas políticas em termos de sua correspondência aos interesses e necessidades da sociedade.

No entanto, as instâncias Estado e Governo, Estado e Sociedade, Público e Privado, quando se trata de ações públicas não apresentam fronteiras claramente definidas, havendo um intercâmbio permanente. Nessa perspectiva, Höfling<sup>22</sup>, ainda que compreendendo as políticas públicas como aquelas de responsabilidade do Estado, “quanto à implementação e manutenção a partir de um processo de tomada de decisões”, salienta que tal processo “envolve órgãos públicos e diferentes organismos e agentes da sociedade [não necessariamente públicos] relacionados à política implementada”. Nesse sentido, adverte a autora, “políticas públicas não podem ser reduzidas a políticas estatais”. (Idem, p. 31). A esse respeito chama ainda a atenção para as políticas compensatórias, constituídas por ações e

---

<sup>22</sup> A autora toma como base, para o desenvolvimento de suas análises, os trabalhos de Gobert, Muller (1987).

estratégias sociais que incidem sobre programas focalizados, “voltados àqueles que, em função de sua ‘capacidade e escolhas individuais’, não usufruem do progresso social”. Sinaliza para o fato de que tais ações “não têm o poder – e freqüentemente, não se propõem a – de alterar as relações estabelecidas na sociedade” (Idem, p. 39).

No caso brasileiro, no entanto, é necessário considerar que, via de regra as políticas públicas - ainda quando formuladas em conformidade com os critérios teoricamente definidos pelos estudiosos para sua aceitação como políticas - não passam de políticas “de governo”, que são abandonadas, relegadas a segundo plano ou sofrem mudanças expressivas com as mudanças de governo. Perdem, assim, muitas vezes, a característica de continuidade de que deveriam se revestir de forma a gerar os resultados esperados e a permitir a avaliação dos impactos operados pelos programas, ações e projetos implantados. Relacionado a essa condição, o termo políticas públicas tem sido utilizado para identificar as mais diferentes iniciativas, ações, medidas, planejadas e executadas como se políticas fossem, utilizando-se tais termos, muitas vezes, de forma intercambiável, sem uma clara caracterização de cada um.

Tomaremos como referência para discutir esse aspecto uma das análises que explicitam a condição do tratamento dado às políticas públicas no Brasil, com foco específico nas políticas de juventude, aquela feita pela Câmara Temática I do CONJUVE<sup>23</sup>. É interessante que o texto da Câmara Temática identifica as políticas de juventude como políticas de governo, mencionadas anteriormente e que referenciam a sua vinculação com o Estado. Esta análise é ilustrativa de outras dimensões da questão analisada, uma vez que esboça um quadro da real situação dessas políticas no Brasil no momento atual. É nesse sentido que o foco do estudo recai mais sobre o Governo Federal, indutor das ações em prol da juventude nos últimos anos e menos sobre o Estado. Ressaltam, entretanto, a participação dos níveis estadual e municipal, bem como da iniciativa privada em sua execução. A equipe distingue “[...] três níveis de atividade do governo federal, na atual gestão, com foco específico na juventude ou que afetam a vida dos jovens [...]” (CONJUVE, 2006, p.22)<sup>24</sup>, denominados como políticas estruturais, programas e ações. Esse

---

<sup>23</sup> Câmara Temática I: Desenvolvimento Integral: educação, trabalho, cultura e tecnologias de informação.

<sup>24</sup> O livro foi editado e publicado na primeira gestão do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

quadro permite pensar com mais clareza o que de fato ocorre no contexto das ditas “políticas públicas”.

As políticas estruturais são caracterizadas no documento como aquelas que têm caráter de continuidade, diretamente articuladas com a “garantia de direitos fundamentais”. (Idem). São mencionadas como exemplos de políticas estruturais para a juventude, que merecem destaque, a ampliação do acesso ao ensino superior e médio, bem como do ensino profissional, a educação do campo, a expansão do ensino de jovens e adultos e a educação para a diversidade.

Os programas, por sua vez, são caracterizados como de prazo definido, que objetivam “atuar sobre uma realidade social mais específica ou circunscrita”. (Idem). Não têm, portanto, o caráter universalizante das políticas estruturais que caracterizam as políticas públicas, embora compartilhem alguns dos elementos que as definem como sua formulação e proposição pelo governo e a possibilidade de parcerias entre os diferentes níveis de governo e, inclusive com a iniciativa privada. Representam, em grande parte, medidas focalizadas, tendencialmente de caráter compensatório. Entre as diferentes modalidades de programas citados pelos autores, vale destacar por sua afinidade com o Projeto Juventude Cidadã (PJC), objeto de análise dessa dissertação<sup>25</sup>, o Escola de Fábrica; o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem); o Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego (PNPE) e o Agente Jovem. Os programas podem ou não estar subordinados às políticas estruturais, dizem os autores. Ainda de acordo com o documento teriam tido início, em sua maioria, na gestão 2003-2006 do Governo Federal, portanto, na primeira gestão do governo de Luiz Inácio Lula da Silva. Perde-se, com essa afirmação, a relação entre vários dos programas realizados na referida gestão, que tiveram início no governo anterior, tendo sido continuados, ainda que com reformulações.

As ações, por sua vez, referem-se a iniciativas que respondam, nos termos do documento do CONJUVE a um de dois critérios: serem de prazo mais curto ou restritas a um público determinado. Da mesma forma que os programas podem ou não articular-se às políticas estruturais, estas podem articular-se ou não aos

---

<sup>25</sup> Outros Programas citados no mesmo documento são Escola Aberta; Diversidade na Universidade; Programa de Educação de Jovens e Adultos (Proeja); Fazendo Escola; Projeto Rondon; Soldado Cidadão; Brasil Alfabetizado (com foco em juventude); Programa Universidade para Todos (ProUni); Programa de Apoio à Extensão Universitária para Políticas Públicas (ProExt); Nossa Primeira Terra; Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar para os jovens (Pronaf Jovem); Terra Negra.

programas. São citadas como modalidades de ações: Consórcio Social da Juventude; Programa Nacional do Livro para o Ensino Médio (PNLEM); Pontos de Cultura (Cultura Viva); e Diversidade Sexual nas Escolas (Brasil sem Homofobia).

Interessante que as iniciativas e medidas destinadas à juventude criadas e implantadas no Brasil nos últimos 16 anos recaiam nas categorias “Programas” e “Ações”, o que é verificado pela própria Câmara Temática e se pode deduzir, inclusive, dos exemplos contidos no próprio documento. É de se ressaltar que o próprio documento do CONJUVE identifica nesse aspecto uma questão a ser investigada, considerando-o uma limitação.

A fim de encerrar a presente argumentação sobre a dinâmica das políticas públicas no Brasil, é importante considerar a reflexão de Sposito e Carrano (2003), no contexto de estudo descritivo feito que engloba trinta e três ações voltadas para os jovens desenvolvidas a partir da década de 90 pelo Governo Federal.

Pelo que vimos, torna-se legítimo indagar: O que unifica as diferentes iniciativas federais nesse contexto de ampla diversidade de propósitos e práticas? O diagnóstico que emerge dos dados empíricos, ainda que preliminar, indica que o Brasil, do ponto de vista global, optou por um conjunto diversificado de ações - muitas delas efetivadas na base do ensaio e do erro -, na falta de concepções estratégicas que permitam delinear prioridades e formas orgânicas e duradouras de ação institucional que compatibilizem interesses e responsabilidades entre organismos do Estado e da sociedade civil. Nesse sentido, é possível afirmar que a herança deixada pelo governo incide mais sobre projetos isolados, sem avaliação, configurando a inexistência de um desenho institucional mínimo que assegure algum tipo de unidade que nos permita dizer que caminhamos na direção da consolidação de políticas e formas democráticas de gestão. (SPOSITO e CARRANO, 2003, p. 22)

Em que pesem os oito anos decorridos a partir do momento em que o balanço foi feito por Sposito e Carrano, pode-se afirmar, diante das questões levantadas, que a situação permanece a mesma. Isso ficará claro no decorrer da dissertação.

## **1.2 O Projeto Juventude Cidadã, sua estrutura e contextualização no bojo das Políticas de Juventude**

As políticas de juventude tornaram-se uma constante nos planos dos governos recentes, sobretudo daqueles iniciados após o PMAJ da ONU, conforme mencionado anteriormente e demonstram alinhamento destes com os ditames de organismos transnacionais que difundem idéias e doutrinas e auxiliam na implantação destas políticas.

Para o CONJUVE, em uma definição pouco específica, políticas de juventude são “[...] políticas governamentais que, em sua elaboração, demonstram preocupação com a singularidade da condição daqueles nascidos entre 15 e 24 ou 29 anos atrás.” (CONJUVE, 2006, p. 22). É neste contexto, e alinhado com os desafios de uma política nacional de juventude de ampliar o acesso e a permanência do jovem na escola, bem como gerar possibilidade de trabalho e renda, que foi criado, em 2003, o Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego para Jovens (PNPE), programa em cujo âmbito foi desenvolvido o PJC, com base no fortalecimento da participação da sociedade em políticas e ações de geração de trabalho e renda, e promover, simultaneamente, a inserção de jovens no mercado de trabalho e sua escolarização. Para tal, previu-se que o PNPE articulasse a criação de postos no mercado de trabalho para jovens, por meio da intervenção do poder público, a preparação e qualificação desses jovens para o mundo do trabalho, promovendo condições para a inserção e inclusão de parcelas desse grupo etário na sociedade.

O PJC originou-se no projeto Serviço Civil Voluntário (SCV) que, por sua vez, foi desenvolvido em 1996 numa parceria dos Ministérios do Trabalho e Emprego e da Justiça, com participação de governos estaduais, autoridades militares, Organizações Não-Governamentais (ONGs) e especialistas em programas para juventude, com o objetivo de criar alternativas de qualificação profissional para jovens com idade superior a 18 anos, mais especificamente para aqueles sob situação de risco social e excluídos do serviço militar obrigatório.

Em 2003, com a inclusão do SCV no PNPE, o programa passou a ser submetido às diretrizes do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) para as políticas públicas de emprego de forma mais enfática, quando a qualificação profissional ganhou mais ênfase e houve a inclusão da exigência de inserção do jovem no mercado de trabalho. Ampliou-se também a faixa etária do programa (dezesesseis anos), com prioridade ao atendimento àqueles oriundos de medidas socioeducativas.

A partir de 2006, o PJC, já assim denominado, tornou-se, então, um dos componentes da política de formação da juventude para o mundo do trabalho amplamente desenvolvida, em nível nacional, no âmbito de iniciativas e estímulos do governo federal.

A formação do jovem, pretendida como integral, dar-se-ia através da articulação de três dimensões do desenvolvimento individual:

[...] I - pessoa, mediante a aquisição de níveis crescentes de autonomia, de definição dos próprios rumos, de exercício de seus direitos e de sua liberdade;  
 II - cidadão, consciente da importância do papel protagônico da juventude e da necessidade da sua efetiva participação no aprimoramento da democracia, na defesa dos direitos civis, políticos e sociais e no exercício da solidariedade para a mudança social; e  
 III - como trabalhador, qualificado social e profissionalmente para a inserção ativa, cidadã, no mundo social e do trabalho e para o exercício do protagonismo, do empreendedorismo e da economia solidária. (BRASIL, 2006, p. 3)<sup>26</sup>.

O projeto fez parte de um conjunto de medidas e ações dedicadas à qualificação social e profissional no contexto da PNJ que mobilizaram diferentes organizações, instituições públicas e privadas e se congregaram aos diferentes níveis para a gestão e execução compartilhada dessa política.

A estruturação das ações propostas para o alcance dos objetivos almejados pelo PJC se articulou segundo os seguintes tópicos, chamados eixos:

1. Formação em cidadania e direitos humanos: promoveu-se o desenvolvimento de conteúdos e atividades descritas em diretrizes estabelecidas em um Quadro Referencial de Conteúdos<sup>27</sup> com vistas a sensibilizar e mobilizar o jovem participante para a prestação de serviços à comunidade. Esta etapa teria a duração de 100 horas/aula na qualificação individual prestada a cada jovem.
2. Prestação de serviços voluntários à comunidade: este eixo do projeto era considerado estruturante do mesmo e destinava-se a proporcionar aos jovens momentos de reflexão sobre a importância do papel da juventude na transformação social e na promoção e defesa dos direitos humanos. Através das ações deste eixo buscou-se incentivar o protagonismo juvenil descrito em maior detalhe no capítulo seguinte da presente dissertação. Previa-se para o planejamento e efetiva prestação desta etapa a duração de 125 horas por participante.

<sup>26</sup> De acordo com Costa (2007) essas três dimensões relacionam-se ao ideal antropológico da educação brasileira formulados na LDB, de 1996, em seu artigo segundo, que prevê “o pleno desenvolvimento do educando” (pessoa), “seu preparo para o exercício da cidadania” (cidadão) e “sua qualificação para o trabalho” (trabalhador).

<sup>27</sup> O Quadro Referencial de Conteúdos encontra-se no Anexo B, p. 127.



3. Qualificação social e profissional: buscou-se através da qualificação proporcionada aos jovens, além de apresentar os conteúdos curriculares específicos, promover a reflexão sobre a realidade social, a fim de situá-lo em seu tempo e contexto; sobre as transformações no mercado de trabalho, bem como sobre as diferentes “[...] oportunidades e heterogeneização das formas de trabalho e renda, trabalho formal, auto-emprego; formas de empreendedorismo individual e coletivo, dentre outras.” (BRASIL, 2006, p. 7)<sup>28</sup>. Para este eixo a duração proposta foi de 200 horas/aula por estudante.
4. Estímulo e apoio efetivo à elevação da escolaridade: segundo as propostas deste eixo, nenhum programa social poderia prescindir de buscar caminhos alternativos que levassem os jovens à motivação para o ingresso, regresso e permanência na escola. Sendo assim, propunha-se o compromisso de retorno à escola regular como condicionante de participação no Projeto. A fim de alcançar o regresso e permanência dos jovens à escola, seria necessária, segundo a documentação normativa do Projeto, a participação da escola, da família, do círculo social e de lideranças comunitárias (BRASIL, 2006, p. 9). As atividades, vivências e reuniões que promoveriam este estímulo teriam duração prevista de 100 horas por participante.
5. Inserção no mercado de trabalho: o PJC em sua documentação normativa propunha a inserção de 30% dos jovens participantes egressos no mercado de trabalho. Esta inserção se daria através de ações que promovessem, inclusive, “[...] formas alternativas de ocupação e geração de renda, definidas a partir de ações de empreendedorismo, associativismo e cooperativismo, o que inclui possibilidades de acesso a linhas de crédito para empreendimentos.” (BRASIL, 2006, p. 9). Apesar de estabelecer duração de 75 horas dedicadas à promoção das ações deste eixo, o Termo de Referência do PJC não é específico quanto a que tipo de ações, com esta duração, poderiam almejar efetividade no desafio

---

<sup>28</sup> Esta tendência de flexibilização das formas de trabalho e renda apresenta-se alinhada com a “teoria do capital humano”, descrita por Bianchetti (1997), que é coerente com a filosofia neoliberal, segundo a qual, “a função da escola se reduz à formação dos “recursos humanos” para a estrutura da produção.” (p. 94). Sobre as perspectivas de empreendedorismo e sua relação com a empregabilidade de jovens egressos do PJC discutiremos mais delongadamente no Capítulo 2 da presente dissertação.

de colocação dos jovens participantes, egressos do Projeto, no mercado de trabalho.

Kuenzer, em uma análise das políticas de educação profissional que perpassaram as gestões dos dois últimos presidentes da República, avalia, analisando especificamente o PJC, em sua estrutura e durações acima descritas, através do resultado de suas pesquisas de campo a respeito das referidas políticas, que “[...] a longa duração é um desestímulo “a quem tem pressa de se inserir””. (2006, p. 897). Neste sentido, se por um lado a maior duração de uma política pública para jovens pode contribuir para maior efetividade de resultados através de uma maior abrangência, por outro, a longa duração das ações propostas pode contribuir para a evasão.

Com relação ao financiamento, o PJC apresentou suas ações custeadas com recursos do PNPE, coordenado pelo MTE. Apesar de haver na documentação de referência do Projeto a menção à possibilidade de captação de recursos privados que pudessem complementar os públicos na busca pela qualificação de um universo maior de participantes, a mesma documentação não explícita como esta captação e consequente parceria poderiam ocorrer, o que dificulta a operacionalização.

O MTE proporcionava auxílio financeiro ao jovem participante, no valor de R\$ 120,00 por mês, limitado a cinco parcelas, totalizando R\$ 600,00 a partir do início de sua atuação voluntária prevista no eixo específico. Além disto, eram custeadas com recursos do PNPE, sendo geridos pelo MTE, as ações de formação em cidadania e direitos humanos e qualificação social e profissional, num total de 300 horas/aula, segundo um valor previsto de R\$ 2,57 por hora/aula/aluno<sup>29</sup>. Como contrapartida a este investimento do MTE, cabia às instituições conveniadas (prefeituras, Delegacias Regionais do Trabalho [DRTs], Secretaria Especial dos Direitos Humanos [SEDH/PR]), dentre outras ações operacionais<sup>30</sup>, a supervisão das ações de prestação de serviços voluntários a comunidade, a promoção de ações concretas de estímulo e apoio à elevação de escolaridade e ações concretas de inserção dos educandos no mundo do trabalho.

---

<sup>29</sup> Este valor sofreu alterações para menor na edição de Uberaba em virtude da modalidade de contratação através de pregão eletrônico, regido através da Lei nº. 8666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências.

<sup>30</sup> As responsabilidades dos diversos atores envolvidos na operacionalização do PJC podem ser verificadas no Termo de Referência do projeto que se encontra no Anexo A, p. 112.

O Edital Resumido de Licitação 139/2006, da Prefeitura Municipal de Uberaba (PMU), que promoveu a coleta de preços para contratação da qualificação prevista para realização em Uberaba, propôs a divisão do todo do processo em seis lotes que poderiam ser contratados ao preço máximo de R\$ 1.542.000,00. Este foi o valor previsto do investimento no MTE apenas com a qualificação dos jovens. Ao se considerar o compromisso normativo de pagamento de auxílio financeiro ao jovem participante do projeto, mencionado acima, e o total de 2000 jovens, chega-se ao total previsto de investimento com bolsa-auxílio de R\$ 1.200.000,00. Assim, o valor inicialmente previsto para investimento financeiro no PJC, em sua edição em Uberaba, nos anos de 2006 e 2007 foi de R\$ 2.742.000,00<sup>31</sup>. Ficam de fora desta conta os investimentos econômicos do Ministério e as contrapartidas da prefeitura local.

O Termo de Referência do PJC faz menção aos critérios para a distribuição de recursos, seleção de município e número de vagas por município. O critério de distribuição de recursos e disponibilização de vagas por município é claramente definido pelo documento através do Saldo de Movimentação do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) do MTE nos últimos doze meses (BRASIL, 2006). Com relação aos critérios para a seleção de municípios, não há qualquer esclarecimento quanto aos indicadores que seriam levados em conta para definir qual cidade deveria e qual não deveria receber aporte para operacionalização do PJC, fato que pode precarizar a distribuição de recursos, tornando-a subjetiva e que deixa aberta a possibilidade de utilização de critérios relacionados à força política dos municípios ou de seus agentes executivos.

Não há menção, no documento normativo do PJC, da base de referência dos doze meses sobre a qual deveria ser calculado o número de vagas destinadas a cada localidade. O Saldo de Movimentação do CAGED em Uberaba nos meses que antecederam o início do PJC naquela cidade apresentou números oscilantes que sugeriam cuidado quanto ao enquadramento nas diferentes faixas de distribuição de vagas e recursos, conforme demonstra a Tabela 1. No mês de setembro de 2006, no qual foi dado início à execução do projeto, o saldo de movimentação do CAGED foi

---

<sup>31</sup> O investimento financeiro com o PJC em sua edição em Uberaba nos anos de 2006 e 2007 foi equivalente a 5% da despesa total com Educação realizada pelo município em 2006 e 4,88% da mesma despesa em 2007. A título de referência, o valor previsto foi equivalente (99,46%) ao total do investimento em Educação realizado em 2006 pelo município de Campo Florido-MG, vizinho e componente da micro-região de Uberaba, habitado, naquele ano, por 5.835 pessoas. (TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS, MG – TCEMG, 2010).

superior ao piso necessário para disponibilidade de 2000 vagas, conforme aconteceu em Uberaba. Porém, nos três meses anteriores, o Saldo de Movimentação do CAGED enquadrava o município na faixa anterior, para a qual seriam oferecidas apenas 750 vagas. A diferença de oferta é de 267%, o que equivale a um excesso de 1250 egressos que, potencialmente, não encontrariam oportunidades, dadas as condições de movimentação de mercado expressas pelo indicador do CAGED. A grande diferença de vagas ofertadas para as faixas de Saldo de Movimentação e o número total disponibilizado aos jovens da cidade demonstram a necessidade de cuidado com o dimensionamento do projeto e consequente aplicação de recursos financeiros públicos e será objeto de atenção quando for analisada a entrevista realizada com o gestor do PJC em Uberaba.

Voltando à questão formacional proposta pelo projeto, o desenvolvimento juvenil, segundo o Termo de Referência do PJC, era então visto sob a perspectiva da educação para a solidariedade social e para a cidadania fundada no protagonismo e deveria acontecer nas três dimensões citadas, que trazem em si a iniciativa individual dos jovens como quesito essencial para que os mesmos alcancem sua formação integral. Nesse sentido, todas as ações propostas pelo projeto visavam à promoção da ação dos jovens com foco em seu desenvolvimento humano pleno, integrado à sociedade (BRASIL, 2006).

Tabela 1 – Evolução do Saldo de Movimentação do CAGED em Uberaba nos meses de julho a setembro de 2006 e do número de vagas a serem atribuídas à edição do PJC naquela cidade

Exercício	Saldo de Movimentação do CAGED	Número de vagas previsto pelo Termo de Referência do PJC
Dezembro de 2006	1384	2000
Novembro de 2006	1663	2000
Outubro de 2006	1356	2000
Setembro de 2006	1038	2000
Agosto de 2006	907	750
Julho de 2006	607	750
Junho de 2006	781	750

Maio de 2006	1187	2000
Abril de 2006	1138	2000
Março de 2006	1247	2000
Fevereiro de 2006	2082	2000
Janeiro de 2006	2430	2000

Fonte: MTE-CAGED (BRASIL,2010i) e Termo de Referência do PJC (BRASIL, 2006). Elaboração própria.

A questão da formação para o protagonismo juvenil, propósito do PJC, ganhou amplo espaço nos documentos que nortearam a condução das ações no âmbito do projeto. O conceito de protagonismo será analisado em detalhes no Capítulo 2, como se anunciou na Introdução.

É importante notar que a formação, tal como explicitada pela documentação de referência do PJC, propõe a qualificação e escolarização dos jovens, no sentido de torná-los componentes ativos da vida social, o que significa prepará-los não somente para buscar a satisfação de seus interesses individuais, mas, através do incentivo de sua ação solidária, torná-los atuantes no meio social em que vivem.

Desta forma, o PJC buscava constituir-se em uma política particular que visava a inserção e inclusão de jovens, sob o caráter multidisciplinar, jovens estes que comporiam o conjunto da sociedade e tornariam-se agentes de sua história.

Em contraponto ao cenário apresentado acima, Kuenzer (2006), em trabalho que discutiu diversas políticas públicas executadas pelo governo federal, nas diferentes gestões conduzidas de 1995 a 2005, em sua maior parte pós-implantação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), avaliou que as referidas políticas não só não surtiram o efeito anunciado como ainda tornaram mais precarizadas as ofertas educativas.

Complementando este quadro, Frigotto, Ciavatta e Ramos (2005), em análise das políticas de educação profissional do governo de Luiz Inácio Lula da Silva até o momento de sua publicação, identificam a trajetória contraditória destas políticas e traçam paralelos de similaridade destas com aquelas praticadas no governo antecessor, não havendo, no entendimento desses autores, indicativos de evolução no quadro.

Ressalva-se que tais autores produziram suas análises em momentos anteriores à execução do PJC em Uberaba, pode-se considerar que este se constituía, em parte, no desafio ao qual o projeto deveria fazer frente: proporcionar

aos egressos uma condição de inserção social, profissional e educacional não alcançadas por outras políticas até então conduzidas.

Segundo o Informe sobre a Juventude Mundial de 2005 da ONU, as políticas públicas para a juventude até então implementadas pelos países membros, de maneira geral,

[...] continuavam impulsionadas por estereótipos negativos em relação aos jovens, tendo como foco a delinquência, o uso indevido de drogas e a violência. Assim, a ONU recomendava que os países implementassem políticas integradas para a juventude, que estabelecessem vínculos entre as diferentes áreas prioritárias do Programa Mundial de Ação para a Juventude (PMAJ) a Partir do Ano 2000, e que dedicassem atenção especial aos direitos dos jovens considerados mais vulneráveis. (IPEA, 2008).

Em contrapartida ao descrito acima, o PJC, ao focar o perfil de conclusão dos jovens estabelecido nas três dimensões de formação (pessoa, cidadão e trabalhador), mostrou-se voltado às potencialidades finalísticas, desejadas para os jovens ao final de seu atendimento ao projeto e em sua inserção no meio social, e não na correção de um perfil delinquente ou em situações de conflito com a lei. É certo que a juventude brasileira é carente de acesso à educação básica de qualidade, o que acentua o caráter compensatório<sup>32</sup> destas políticas. No entanto, o perfil de conflito não consistiu no ponto de partida da documentação de referência, mas, sim, a perspectiva formacional.

Diversas ações voltadas para a juventude iniciaram no governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), embora não fossem concebidas com a possibilidade de conduzir a uma política nacional para esse segmento. No percurso da gestão de Luiz Inácio Lula da Silva em nível federal (2003-2010), as ações para a juventude têm se desenvolvido com a tendência de constituição de políticas nacionais. Isso ocorre não só em função de evidências estatísticas, que apontam as faixas etárias correspondentes à juventude como segmento social problemático quanto à inserção e permanência no mercado de trabalho. Há também outros aspectos que a este se relacionam, em função da perspectiva crescentemente preconizada por diferentes grupos, organizações e instituições direta ou indiretamente relacionados à proposição de ações para esse grupo etário, de que a definição de políticas se faça mais em torno de direitos dos jovens que de sua afirmação como problema.

---

<sup>32</sup> Desta forma, o enquadramento do PJC enquanto política compensatória e a possibilidade de universalização de ações semelhantes poderá se constituir objeto de pesquisas futuras.

Assim, observou-se no Brasil nas duas últimas décadas um movimento de criação de diversos programas federais de juventude que, segundo eixos específicos de formação, agrupados por atividades e benefícios oferecidos, propunham-se a promover melhorias nas condições de vida dos jovens brasileiros. Até setembro de 2007, era possível identificar pelo menos dezenove<sup>33</sup> programas diferentes com este foco, sendo que onze<sup>34</sup> deles eram voltados diretamente para o público jovem, de baixa renda, com pouca escolaridade ou com dificuldade de realizar um curso superior e desempregado ou com inserção precária no mercado de trabalho.

Esta diversidade de programas para atendimento ao público jovem indicava à Secretaria Geral da Presidência da República (SGPR) em diagnóstico realizado por um grupo interministerial, já em 2004, a existência de paralelismo entre vários deles e resultou em dispersão de esforços decorrente da ausência de coordenação e articulação entre os mesmos, bem como na superposição de espectro de atuação e duplicidade público-alvo. Apesar de entender que a política conduzia a resultados importantes no longo prazo, o governo federal optou por concentrar os esforços das diferentes políticas, a fim de produzir resultados mais consubstanciados. Assim, o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (PROJOVEM), programa criado em 2005 através da Lei 11.129 de 30 de junho daquele ano, foi alterado pela Lei 11.692 de 10 de junho de 2008 e concentrou seis<sup>35</sup> outros programas dentre os dezenove voltados para o público jovem (BRASIL, 2010c, 2010f).

O PJC compõe, hoje, este novo grande programa. É cedo para se afirmar que a concentração dos programas supracitada surtiu ou surtirá o efeito esperado, mas pode-se dizer que consistiu em iniciativa planejada, embasada e coerente (IPEA, 2008).

Neste sentido, ainda segundo o IPEA,

O processo de discussão no intuito de se redesenhar a política de juventude no país deu-se no início do segundo mandato presidencial, em 2007. Diante de diagnósticos que apontavam problemas de

---

<sup>33</sup> ProJovem, Agente Jovem, Juventude Cidadã, Saberes da Terra e PROEJA; Escola de Fábrica, Soldado Cidadão, Consórcio Social de Juventude, Empreendedorismo Juvenil e Jovem Aprendiz; Universidade Para Todos (ProUni) e Projeto Rondon; Nossa Primeira Terra e PRONAF Jovem; Bolsa Atleta, Escola Aberta, Pontos de Cultura e Segundo Tempo e Juventude e Meio Ambiente.

<sup>34</sup> ProJovem, Agente Jovem, Juventude Cidadã, Saberes da Terra, Consórcio Social de Juventude, Escola de Fábrica, Empreendedorismo Juvenil, ProUni, Pontos de Cultura e Esporte Segundo Tempo.

<sup>35</sup> Agente Jovem, ProJovem (anterior), Saberes da Terra, Consórcio Social da Juventude, Juventude Cidadã e Escola de Fábrica.

paralelismos, superposição e de ausência de articulação entre os programas existentes voltados para a juventude, colocou-se como desafio ampliar a integração entre os programas e destes com outro conjunto de ações consideradas mais estruturantes, vinculadas às áreas de educação, saúde, esporte e cultura. Constituíam-se também como importantes desafios aumentar a escala de atendimento dos programas, estender a faixa etária até os 29 anos de idade e unificar o valor do auxílio financeiro. (2009a, p. 113).

O PROJOVEM, após sua alteração em 2008, subdividiu-se em quatro modalidades:

- ProJovem Urbano – visava o atendimento de jovens com idade entre dezoito e vinte e nove anos que sabem ler e escrever, mas não concluíram o Ensino Fundamental;
- ProJovem Trabalhador – também destinado a jovens com idade entre dezoito e vinte e nove anos, concluintes do Ensino Médio e em situação de desemprego;
- ProJovem Adolescente – voltado para o segmento compreendido entre a idade de quinze a dezessete anos;
- ProJovem Campo – destina-se a jovens residentes em áreas rurais que estejam na faixa de idade compreendida entre dezoito e vinte e nove anos.

O Decreto 6.629, de 4 de novembro de 2008, que regulamentou o PROJOVEM, estabeleceu o PJC como submodalidade daquele programa, sendo caracterizado pela participação direta dos Estados, Distrito Federal e Municípios no atendimento aos jovens. (BRASIL, 2010g).

É certo ser prematura a avaliação dos resultados da PNJ. No entanto, é possível afirmar que o Brasil, dado seu curto prazo de atuação neste campo, movimentou-se no sentido de estabelecimento de uma política de juventude que, ainda que de forma compensatória, crie possibilidades aos jovens de serem agentes de suas oportunidades e de alcançarem melhor posicionamento no mercado de trabalho através do aumento de sua escolaridade e de formação profissional específica.

Assim, o PJC constituiu-se em um elo na cadeia do desenvolvimento da política pública federal para a juventude, intermediando o Serviço Civil Voluntário e o PROJOVEM. Pelo exposto até agora, através da consideração da evolução da política para a juventude, depreende-se que os agentes administrativos envolvidos na operacionalização da PNJ têm, ainda que de forma reativa, buscado aprender



com os erros e corrigido o prumo dos programas e projetos envolvidos. A concentração de esforços promovida no sentido da criação do PROJOVEM indica a busca de solução para as condições de paralelismo e sobreposição de esforços, conforme apontou o IPEA.

No próximo capítulo, abordaremos dois conceitos muito presentes na orientação das políticas públicas atuais. O conceito de protagonismo é discutido e confrontado com o de empreendedorismo, que, apesar de divergente, apresenta similaridades discutidas em seguida. Relacionam-se ambos os conceitos com a elevação de escolaridade e a possibilidade de aumento da empregabilidade dos jovens envolvidos nas políticas públicas que focam estes conceitos.

## CAPÍTULO 2

### PROTAGONISMO E EMPREENDEDORISMO E SUAS RELAÇÕES COM A ESCOLARIDADE E EMPREGABILIDADE DOS JOVENS

“O empreendedorismo é uma atitude básica da pessoa diante de si mesma e de suas circunstâncias. Antes de ser uma atitude diante do mundo do trabalho, é uma atitude básica diante da vida, que se reflete na vida profissional, ou seja, na esfera produtiva da existência.” (COSTA, 2007, p. 254).

#### 2.1 O Projeto Juventude Cidadã e a promoção do protagonismo juvenil e do empreendedorismo

Desde 2003, o Serviço Civil Voluntário (SCV), predecessor do Projeto Juventude Cidadã (PJC), incorporou à sua normativa de execução a exigência de colocação de 30% dos egressos do programa no mercado de trabalho. Esta medida visou à articulação entre a qualificação fornecida aos participantes do projeto e

[...] diversos atores e instituições (comissões de emprego, entidades executoras, organizações patronais de jovens e adolescentes, sindicatos, SINE, etc...) interessados nas questões da valorização do jovem e das ações de apoio à escolarização, incorporação de diretrizes na qualificação social e profissional que [...] tivessem [...] um caráter de focalização no desenvolvimento regional, respeito à cultura local e no protagonismo da juventude na resolução de questões de interesse de sua comunidade. (BRASIL, 2006). (Grifo nosso).

O protagonismo juvenil passou a figurar na documentação de referência do PJC como elemento essencial na interface entre os participantes do programa e os diferentes agentes sociais e de mercado de trabalho locais, expresso através do posicionamento do jovem na resolução de questões de interesse de sua comunidade. (BRASIL, 2006).

Na documentação de referência do PJC<sup>36</sup>, o protagonismo é apresentado como uma evolução no que tange às políticas públicas para a juventude, no sentido de incentivar e garantir o autodesenvolvimento dos jovens através de seu próprio esforço no engajamento pela melhoria de suas condições de vida através de sua participação e envolvimento no dia-a-dia de sua comunidade. Neste sentido, deixa-se de lado uma condição protecionista para fomentar a autodeterminação. Nessa perspectiva, o protagonismo juvenil é entendido por Costa, um dos estudiosos desta questão, como a participação dos jovens

[...] em atividades que extrapolam o âmbito de seus interesses individuais e familiares e que podem ter como espaço a escola, a vida comunitária (igrejas, clubes, associações) e até mesmo a sociedade em sentido mais amplo, através de campanhas, movimentos e outras formas de mobilização que transcendem os limites de seu entorno sócio-comunitário. (2000, p. 176).

O mesmo autor afirma ainda que,

[...] o protagonismo juvenil diz respeito à atuação criativa, construtiva e solidária do jovem, junto a pessoas do mundo adulto (educadores), na solução de problemas reais na escola, na comunidade e na vida social mais ampla. (2000, p. 22).

Ao incluir os educadores como coadjuvantes no protagonismo exercido pelos jovens, Costa menciona a oscilação entre heteronomia em relação aos adultos e a autonomia, peculiar à juventude, na condução de suas atividades diárias. Assim, ao se considerar o papel destacado do educador na promoção do protagonismo, observa-se que este desempenha uma função de “[...] pólo ordenador (irradiador de referências) da relação do adolescente consigo mesmo, com os outros adolescentes e com a situação sobre a qual ele está atuando.” (2000, p. 22).

Para o autor, não se trata de submeter o protagonismo juvenil à presença de um adulto/educador, sem a qual aquele não se daria, mas de ajudar o jovem a construir sua autonomia através do estabelecimento de co-responsabilidade pelo curso dos acontecimentos, que resulta de uma atuação conjunta. Os jovens são, assim, chamados e conduzidos ao envolvimento com o seu próprio desenvolvimento através da co-participação do educador.

---

<sup>36</sup> A documentação de referência do PJC é composta pelo Termo de Referência e pelo Manual de Execução, o que tratava de aspectos operacionais da execução do projeto. (BRASIL, 2006, 2008).

De acordo com o Termo de Referência do PJC, o incentivo ao protagonismo juvenil deveria permear o trabalho educativo em todas as vertentes do projeto e, através da ação protagonista, o jovem fundamentaria sua cidadania solidária que contribuiria para sua formação como pessoa, cidadão e trabalhador. (BRASIL, 2006).

Segundo Hart,

A participação é um importante antídoto às práticas educativas tradicionais, que correm o risco de deixar a adolescência alienada e exposta à manipulação. Por meio de uma participação genuína em projetos que levem à solução de problemas verdadeiros, os jovens desenvolvem capacidades que são essenciais para a autodeterminação de suas opções políticas. (1993 apud COSTA, 2000, p. 5).

Seguindo esta linha e buscando engajar os jovens participantes nos problemas relativos ao cotidiano da comunidade uberabense, o PJC, em sua edição local de 2006 e 2007, promoveu através de um de seus eixos principais, a prestação de serviços comunitários<sup>37</sup>. As modalidades e locais de prestação de serviços foram definidos segundo as necessidades da comunidade local e articulados pela equipe de coordenação do projeto.

As ações voluntárias desempenhadas pelos jovens na comunidade uberabense foram registradas pelos diversos periódicos da localidade, tendo sido clipadas eletronicamente e registradas no Anexo C (p. 131).

Ao conferir cor local à prestação de serviços à comunidade, o PJC priorizou a atuação dos jovens em elementos de sua vida diária e o envolvimento dos mesmos nesta realidade, engajando-os na solução e em sua vivência, promovendo a consciência da necessidade de sua intervenção na determinação de seu próprio futuro e incentivando a busca de desenvolvimento pessoal e profissional através da iniciativa do indivíduo.

O Termo de Referência do PJC, reforçando a atitude individual como fator preponderante para a inserção e atuação cidadã do jovem no mercado de trabalho e na vida em sociedade, determinava, além da valorização da iniciativa protagonista, que a qualificação fornecida pelo projeto incluísse conteúdos e metodologias que

---

<sup>37</sup> A prestação de serviços voluntários à comunidade compunha o eixo II da articulação do PJC, segundo seu Termo de Referência. (BRASIL, 2006).

levassem o jovem a estudar, analisar e refletir sobre, entre outras coisas, formas de empreendedorismo individual e coletivo<sup>38</sup>.

A cota de colocação de 30% dos jovens participantes do projeto no mercado de trabalho visava a incentivar a aproximação entre os jovens e sua primeira atividade econômica, ainda que esta acontecesse na informalidade, através dos diversos agentes citados e dos organizadores do projeto. O desenvolvimento de uma iniciativa de trabalho informal era aceito, desde que pudesse ser comprovado através do acesso a linhas de crédito que viabilizassem a atividade empreendedora juvenil. Para tanto, incentivou-se o fortalecimento da difusão do empreendedorismo entre os jovens participantes, no sentido de fomentar o desenvolvimento da capacidade de os mesmos perceberem oportunidades de iniciativas que pudessem ocupá-los com geração de renda própria e tomarem, a partir de então, as rédeas de sua atividade econômica.

Para autores que tratam dessa problemática em uma perspectiva crítica, a colocação de 30% no mercado de trabalho é, no mínimo, conflitante com o que ocorre na prática. Para Kuenzer, a cota de colocação e outros indicadores utilizados no acompanhamento das políticas públicas servem à necessidade de prestação de contas relativa à aplicação do recurso público, sem que haja o devido controle e medição de sua realização. Neste sentido, a meta “[...] presta-se a relatórios meramente formais, sem que se tenha indicadores de qualidade e efetividade social, e, por conseqüência, do bom uso dos recursos públicos.” (2006, p. 899). Essa afirmativa conduz à busca do entendimento do conceito em questão a partir de outra perspectiva.

De acordo com Dolabela, “[...] o empreendedorismo deve conduzir ao desenvolvimento econômico, gerando e distribuindo riquezas e benefícios para a sociedade.” (2008, p. 61).

---

<sup>38</sup> A qualificação profissional proposta pela documentação de referência do PJC constituiu-se, segundo estes documentos normativos, em construção social importante para a formação e inserção social cidadã dos jovens no mercado de trabalho e na vida em sociedade. A fim de promover a qualificação profissional, conforme dito acima, foram trabalhados conteúdos como: I - a realidade social, a fim de que possa situar-se no seu tempo e contexto (local e nacional); II - as transformações no mercado de trabalho - inovações tecnológicas, novas formas de organização e gestão do trabalho e o novo perfil do trabalhador; e III - as oportunidades e heterogeneização das formas de trabalho e renda, trabalho formal, autoemprego, formas de empreendedorismo individual e coletivo, dentre outras. (BRASIL, 2006).

A atitude empreendedora é assim associada à iniciativa individual, à promoção de recursos econômico-financeiros alavancados pelo próprio trabalhador e que, somados aos benefícios gerados pelo todo, integralizará os recursos de um determinado grupo social.

Essa visão é comumente associada ao quadro de precarização das relações de trabalho decorrente do fenômeno de economia globalizada, em que as grandes corporações foram desconstruídas através de fenômenos como o da terceirização, em que todas as atividades não diretamente relacionadas ao *core business* eram entregues a micro ou pequenas empresas, em geral, geridas ou operacionalizadas por empresários dotados de atitude empreendedora, em um movimento de individuação da pessoa jurídica, tendência esta alinhada com a tese de Antunes de que:

a sociedade do capital e sua *lei do valor* necessitam cada vez *menos* do trabalho *estável* e cada vez *mais* das diversificadas formas de trabalho parcial ou *part-time*, terceirizado, que são em escala crescente, parte constitutiva do processo de produção capitalista. (2006, p. 10). (Grifos do autor).

E, ainda neste sentido, de acordo com Harvey,

Em condições de acumulação flexível, parece que sistemas de trabalho alternativos podem existir lado a lado, no mesmo espaço, de uma maneira que permita que os empreendedores capitalistas escolham à vontade entre eles. (1992, apud ANTUNES, 2006, p. 30)

Esta visão encontra-se alinhada à de Bianchetti (1997) que, tratando das políticas educacionais dentro do modelo neoliberal, diz que as orientações refletidas na estrutura e nos conteúdos do currículo dependem não só das condições políticas de uma conjuntura histórica, mas também, das características e do poder dos grupos hegemônicos, no qual a lógica do mercado rege as análises. Ao mesmo tempo, as orientações acima mencionadas devem preocupar-se com o aparelho de produção dos bens públicos, como a defesa nacional, a administração da justiça, etc...

Desta forma, a criação de atitude empreendedora serviria de resposta à necessidade de formação de pessoas para atuar nas frentes empresariais terceirizadas, e a novos padrões de relações sociais que incluem o mercado, mas não se limitam a ele.

Conforme Dolabela em sua obra “Pedagogia Empreendedora”, estes novos padrões associam-se ao aumento da velocidade na transferência das informações e a um quadro geral de grandes inovações que leva à necessidade de atualização constante e que incluem:

- Viabilização de formas não-hierárquicas de concepção e organização da sociedade (estrutura em forma de rede);
- Distribuição homogênea da inteligência;
- Inovação intensa e permanente;
- Incentivo à imaginação criadora de indivíduos e grupos. (2003, p. 21).

Nesse quadro, o empreendedor é tomado pela capacidade de atualização constante, de automotivação para o desenvolvimento de soluções alternativas na busca da geração de renda.

A respeito da atitude empreendedora, Schumpeter, um dos mais importantes economistas do século XX, estabeleceu que:

Empreender é [...] inovar a ponto de criar condições para uma radical transformação de um determinado setor, ramo de atividade, território, onde o empreendedor atua: novo ciclo de crescimento, capaz de promover uma ruptura no fluxo econômico contínuo [...]. (Martes, 2010, p. 254). (Grifo nosso).

Ao empreender, criando condições para a transformação no ambiente em que vive, o empreendedor se tornaria agente da coletividade na qual vive. Esta é o ambiente no qual o empreendedor se relaciona com seus pares e busca promover a inovação e a difusão de novas formas de convívio social. A vivência em um ambiente de mutualidade, em que as iniciativas empreendedoras individuais contribuem para a coletividade e retornam como reação para o agente é descrito por Arendt (1997, p. 203), que afirma: “Pelo fato de que se movimenta sempre entre e em relação a outros seres atuantes, o ator nunca é simples agente, mas também, e ao mesmo tempo, paciente.”

Depreende-se das afirmativas de Dolabela, Schumpeter e Arendt a importância do aprendizado do empreendedorismo na preparação de pessoas para o ingresso no mercado de trabalho. Nessa perspectiva de análise, o ensino do empreendedorismo deve ser imbuído de novas formas de incentivo ao aprendizado colaborativo e ao relacionamento entre pares, uma vez que seus fundamentos não se encontram entre os conceitos formalmente difundidos na escola tradicional. Neste

sentido, a participação coletiva descrita por Hart (1993 apud COSTA, 2000) favorece o ensino do empreendedorismo e constitui-se em forte elemento incentivador do protagonismo juvenil e alinha os dois conceitos.

Os conceitos de empreendedorismo e protagonismo são mesmo considerados coincidentes por alguns autores, como em Franco, que afirma que:

Empreendedorismo significa protagonismo social, ruptura de laços de dependência, crença dos indivíduos e das comunidades na própria capacidade de construir o seu desenvolvimento pela cooperação entre os diversos âmbitos político-sociais que a caracterizam. (2000 apud DOLABELA, 2003, p. 32).

A respeito da questão do empreendedorismo, o Conselho Nacional de Juventude (CONJUVE) diz ser ele cultivado como “[...] uma qualidade fundamental a ser incentivada entre os jovens e, ao mesmo tempo, uma forma de inserção no mundo do trabalho por meio do auto-emprego, da abertura de um negócio próprio.” (2006, p. 29). Porém, o CONJUVE não deixa de trazer a responsabilidade de intervenção no mercado de trabalho para a criação de oportunidades aos jovens empreendedores para o governo. Ainda segundo o CONJUVE, “O empreendedorismo tem sido muitas vezes defendido como panacéia para os males do desemprego (estrutural) juvenil.” (Idem). No entanto, ainda para o Conselho, “[...] se não houver medidas governamentais que intervenham na forma como o mercado e o trabalho estão organizados e que apóiem iniciativas juvenis voltadas a outras formas de geração de renda, os resultados serão mínimos.” (idem, p. 30).

Assim, por um lado, com a inclusão de temas relacionados ao empreendedorismo e ao protagonismo juvenil na construção da qualificação profissional proposta pelos documentos normativos do PJC buscou-se incentivar a participação dos jovens no cotidiano da comunidade em que se inserem, através da vivência dos problemas inerentes à localidade, fomentando, ao mesmo tempo, através da convivência em grupo, o aprendizado coletivo e o desenvolvimento de redes sociais que favoreceriam a inteligência juvenil, levando ao aumento da capacidade inovadora e participativa dos participantes. Esta atitude tinha, então, como não poderia deixar de ser, uma relação com o desenvolvimento econômico regional e com a geração de renda, e encontrava-se, assim alinhada com uma política econômica mais ampla, mas tinha também fortes elementos relacionados ao desenvolvimento das capacidades dos jovens para atuarem em um mundo



globalizado, em que capacidade de atualização constante e criatividade são essenciais.

Por outro lado, os autores que adotam em suas abordagens uma perspectiva crítica dos efeitos da economia globalizada sobre a atividade econômica e sobre seus impactos nas políticas educacionais como Antunes (2006), Kuenzer (2007) e Bianchetti (1997), já referidos, associam as novas formas de aprendizagem propugnadas à precarização das relações de trabalho e à possibilidade de sua adoção a serviço do capital.

Por fim, entende-se, em função daquilo que foi exposto nas linhas até aqui traçadas, que o empreendedorismo e o protagonismo juvenil são elementos importantes na preparação dos jovens para o ingresso no mercado de trabalho e no fortalecimento de sua consciência enquanto membros agentes de uma coletividade.

No entanto, é importante cuidar para que a inclusão de conhecimentos relativos à atitude empreendedora nos programas e projetos engendrados em políticas públicas para a juventude não impinjam ao jovem a totalidade da responsabilidade por uma propensa iniciativa individual. Há que se lembrar da elevada taxa de mortalidade de empresas<sup>39</sup> existente, hoje, no Brasil, que dificulta a iniciativa empresarial e potencializa os fatores de insucesso – como a burocracia e dificuldades de obtenção de crédito, entre outros – podendo levar o jovem a uma falsa percepção de que uma eventual falha pode ser associada a sua inabilidade enquanto empreendedor.

## **2.2 Escolaridade e suas implicações com a empregabilidade juvenil**

A presente dissertação situou-se entre os campos do trabalho e educação, com um olhar a partir da qualificação e perpassou pela questão juvenil, sem que, no entanto, o foco tenha sido aí colocado. Nesse sentido, além da informação teórica, buscou-se, também, compreender as políticas de qualificação profissional, no contexto da política nacional para a juventude, no plano local, a partir de seu

---

<sup>39</sup> O relatório intitulado Fatores condicionantes e taxa de mortalidade de empresas de Minas Gerais, do SEBRAE, indicava que 50% das empresas mineiras não resistiam o terceiro ano após sua constituição e se fechavam. Em âmbito nacional, esta taxa sobe para 56,4% das empresas fechadas após três anos de existência. (SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DE MINAS GERAIS, MG – SEBRAE/MG, 2004).

movimento concreto, na busca da articulação entre resultados evidenciados e condições que os possibilitaram ou dificultaram.

O enfoque local dado ao problema visa a trazer à tona o fato de que, segundo Carrano:

É comum no Brasil ver o debate sobre as políticas de juventude ser “colonizado” pela esfera nacional, contudo, é preciso estar atento para as especificidades dos lugares que, em última instância, são a sede das ações onde se encontram sujeitos, instituições e objetividades que exercem seu peso específico de dificuldades e possibilidades criativas. (2007, p. 12). (Grifo do autor).

A observação de Carrano sobre as políticas de juventude pode ser aplicada às políticas de qualificação e de educação para jovens, sem que estas possam ser vistas como menos importantes entre si. É preciso diversificar o olhar buscando associá-las, compreendendo seus alinhamentos e divergências.

Nas próximas linhas, estabelecemos uma relação entre escolaridade e empregabilidade, objeto de análise desse capítulo. Antes, porém, examinaremos as condições de escolaridade da faixa etária em estudo. Para isso, tomaremos como ponto de partida o tratamento dado à questão pelo MTE no âmbito do Projeto Juventude Cidadã.

Assim, segundo o MTE, no Termo de Referência do PJC,

Dados da Pesquisa Nacional de Amostra Domiciliar – PNAD 2004 já apontavam que cerca de 19% (dezenove por cento) dos jovens entre 16 a 24 anos apenas estudam (não trabalham e não procuram trabalho), enquanto 19% (dezenove por cento) estudam e trabalham e 5% (cinco por cento) estudam e estão à procura de emprego. Por outro lado, cerca de 37% (trinta e sete por cento) apenas trabalham e não estudam e 7% (sete por cento) estão à procura de emprego e não estudam. Causa maior preocupação o dado de que cerca de 13% (treze por cento) não estudam, não trabalham e tampouco procuram trabalho. (2006, p. 3).

Uma análise dos dados dispostos acima mostra que, do total de jovens na faixa etária de atendimento do PJC, 57% não estudavam e, deste universo, aproximadamente 23% não desenvolviam qualquer atividade – quer seja ela laborativa, quer seja estudantil.

Não dispomos de dados da mesma natureza em anos posteriores para análises comparativas termo a termo. No entanto, levantamentos feitos por

organismos nacionais de alta confiabilidade, permitem esboçar uma análise aproximativa desse aspecto e possibilitam uma compreensão da questão.

Desta forma, considerando-se dados de natureza<sup>40</sup> similar, a partir da análise de informações da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED)<sup>41</sup> elaborada conjuntamente pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) e pela Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (SEADE) de São Paulo, foi elaborado o Gráfico 1, que compara a situação de trabalho e estudo dos jovens na faixa de dezesseis a 24 anos de idade, com a ocorrência de poucas alterações na relação estudantil ou laboral deste recorte da população. Mais uma vez, chama-se atenção para o grupo dos que não estudam, não trabalham e tampouco procuram emprego, que nesta pesquisa, apresentou-se inalterado de 2004 a 2008, indicando ausência de perspectiva de inserção, quer seja escolar, quer seja no mercado de trabalho, para este grupo. (DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS, SP-DIEESE, 2005, 2009a).

O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), por sua vez, em documento intitulado Comunicado da Presidência – Primeiras Análises da PNAD 2008, divulgou dados e informações referentes às categorias ora em discussão, inclusive com referências a séries estatísticas relativas a anos anteriores. A análise de dados do referido documento mostra que houve evolução significativa nos números referentes à média de anos de estudo da população na faixa de idade de 15 a 24 anos entre 1998 a 2008, conforme se pode observar no Gráfico 2. (IPEA, 2009b).

---

<sup>40</sup> Resguarda-se possíveis diferenças de critérios utilizados pelos dois organismos executores das pesquisas (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [IBGE] e Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos [DIEESE], respectivamente), não perdendo de vista sua confiabilidade.

<sup>41</sup> Os dados que derivaram à análise exposta foram extraídos da PED, com base nas informações relativas a cinco regiões metropolitanas (São Paulo, Porto Alegre, Belo Horizonte, Salvador, Recife) e ao Distrito Federal.

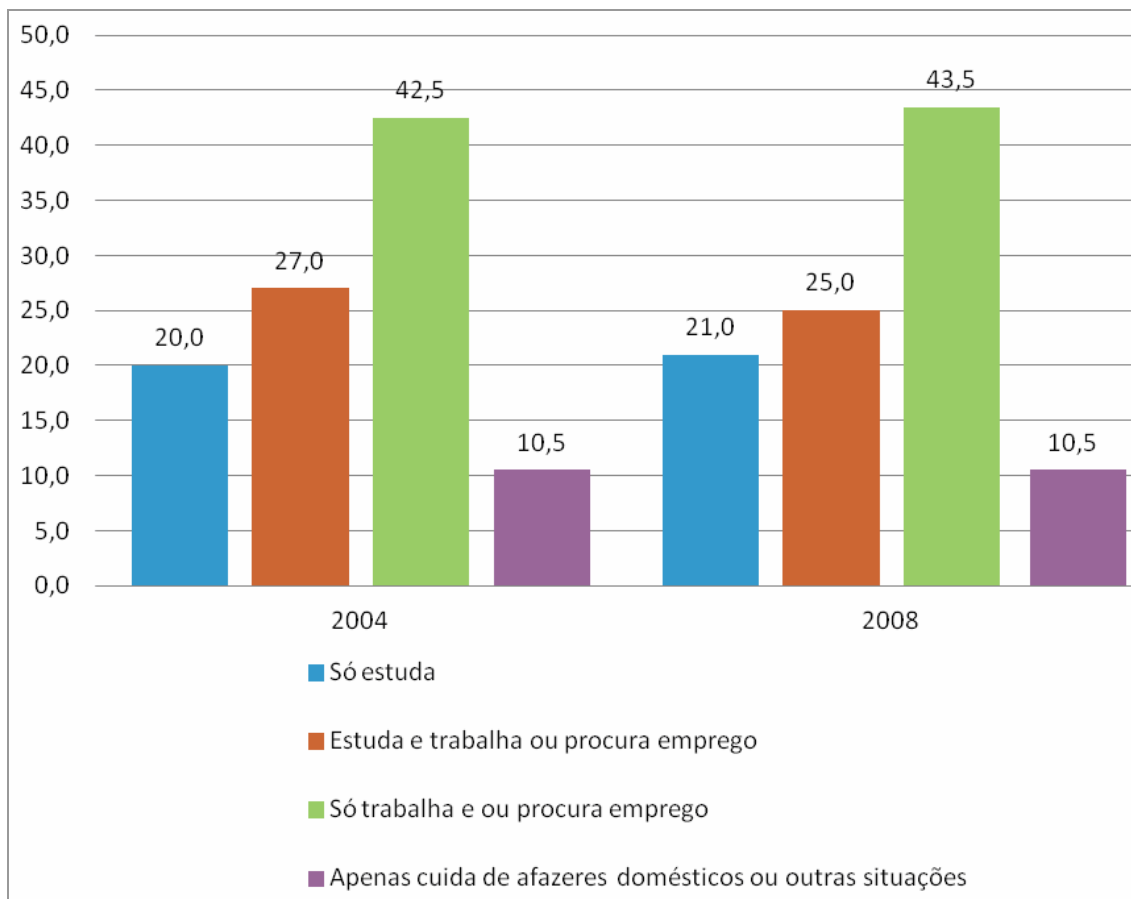


Gráfico 1 – Distribuição dos jovens de 16 a 24 anos de idade, segundo situação de trabalho e estudo.

Fonte: (DIEESE, 2005, 2009a). Elaboração própria.

A evolução da situação educacional para a faixa etária em questão, conforme se pode observar no Gráfico 2, foi de 0,19 ano de estudo por ano, contra 0,15 ano de estudo por ano, no mesmo período para o conjunto da população brasileira de 10 anos de idade ou mais.

Ainda segundo o documento do IPEA (2009b), a participação do grupo etário de 15 a 24 anos de idade no mercado de trabalho experimentou um decréscimo de 3% na última década, enquanto a taxa de desemprego para o conjunto da população atingiu em 2008 o menor valor da década: 7,2%, apresentando ainda tendência de queda.

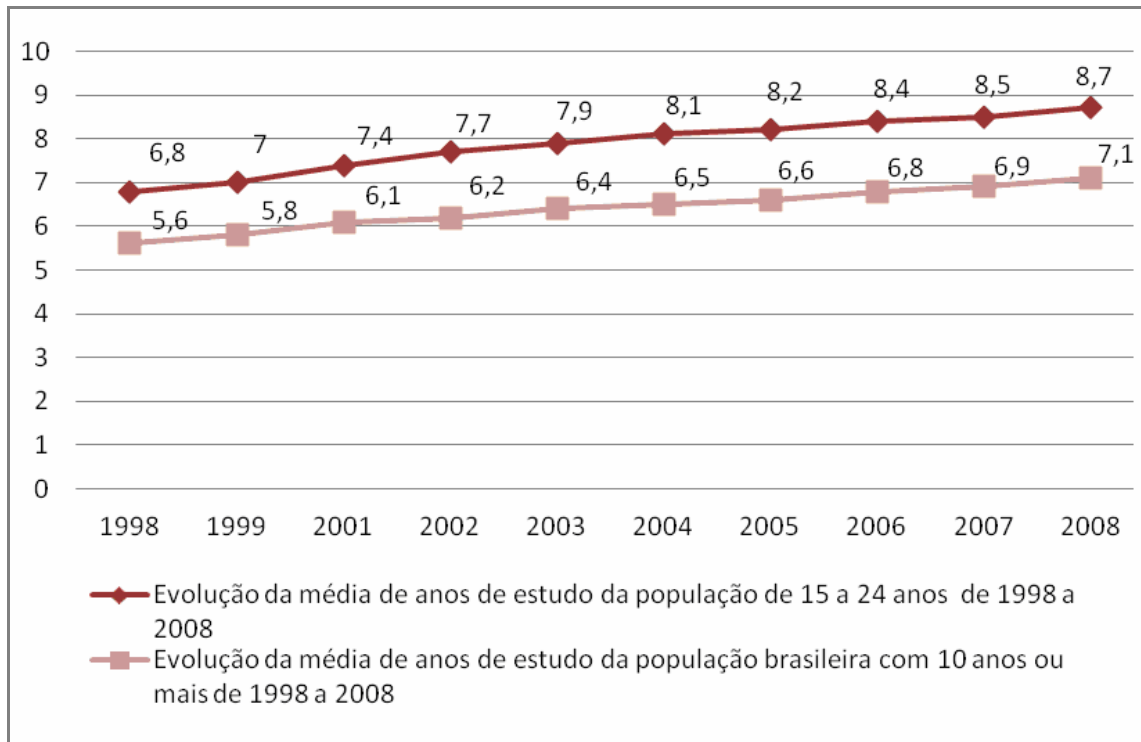


Gráfico 2 – Evolução da média de anos de estudo da população de 15 a 24 anos, de 1998 a 2008

Fonte: IPEA (2009b, p. 4). Elaboração própria.

Por outro lado, o aumento destacado da média de anos de estudo para o recorte da população em questão é um indicativo muito favorável se cruzado com outro dado do mesmo documento do IPEA que revela que o mercado mostra-se cada vez mais receptivo à força de trabalho com maior escolarização. Segundo a análise sobre os dados da PNAD 2008:

o grupo de trabalhadores com 11 ou mais anos de estudo completos foi o que mais cresceu no contingente de ocupados, com uma variação um pouco acima de 70%, na comparação entre valores de 2001 e 2008. (2009b, p. 18).

A análise dos dados do IPEA (2009b) indica que, a permanecer a tendência de aumento da escolarização do recorte observado e de contratação de profissionais com maior escolarização, a empregabilidade dos jovens na faixa etária em questão pode ser fomentada. Nesse sentido, a contribuição de políticas públicas que incentivem o aumento da escolaridade pode se tornar efetiva.

A respeito da questão da empregabilidade juvenil, o relatório da Organização Internacional do Trabalho (OIT), intitulado Tendências Mundiais do Emprego dos

Jovens 2010, apontava para o surgimento de uma “geração perdida” de jovens sem emprego. Segundo o referido relatório, o número de jovens sem emprego no mundo sofreu um acréscimo de nove por cento no período de 2007 a 2009. Segundo o relatório, por um lado, os jovens de países desenvolvidos, ao não conseguir emprego, estendem sua permanência na escola após experimentar períodos de inatividade. Por outro, os jovens dos países em desenvolvimento ou pobres perdem a oportunidade de ingresso formal no mercado ao trabalhar de forma independente ou em relações laborais desprovidas de benefícios sociais. Em ambos os casos, o relatório aponta para a desmotivação dos jovens para persistir na busca por uma oportunidade no mercado de trabalho.

Em contrapartida, no caso brasileiro, o relatório da OIT indica o Programa Bolsa Família como medida de resposta à crise do desemprego juvenil. O relatório indica ainda o Plano Nacional de Qualificação (PNQ) como intervenção de destaque no combate às barreiras ao emprego de jovens. De acordo com o documento, o índice de desemprego juvenil teria caído cerca de nove por cento no país, de 2007 a 2009, em decorrência de medidas como os programas acima citados.

Em trabalho realizado com base em dados da PNAD, Pochmann apresenta uma análise abrangente da problemática juvenil em relação ao emprego, no período entre 1995-2005 para a parcela da juventude entre quinze e 24 anos de idade. No período considerado, a quantidade de desempregados apresenta-se, em 2005, 107% maior entre os jovens, em relação a 1995, enquanto para as demais faixas da população economicamente ativas, foi 90,5% superior. Ainda neste sentido,

nota-se a rápida expansão na taxa nacional de desemprego dos jovens, com variação de 70,2% (de 11,4% para 19,4%), enquanto a taxa nacional de desemprego da parte restante da População Economicamente Ativa (PEA) aumentou 44,2% entre 1995 e 2005 (de 4,3% para 6,2%). Já a taxa nacional de desemprego para o conjunto da PEA brasileira cresceu 52,4% no mesmo período de tempo, passando de 6,1% para 9,3%. (POCHMANN, 2007, p. 3).

E ainda: “[...] a cada 100 jovens que ingressaram no mercado de trabalho no período de tempo em referência, somente 45 encontraram algum tipo de ocupação, enquanto 55 ficaram desempregados”. (POCHMANN, 2007, p. 4). Por ingresso no mercado de trabalho, o autor se refere à primeira iniciativa de procura do primeiro emprego por parte dos jovens.

A evolução da taxa de desemprego juvenil de 2006 a 2010, conforme levantamento realizado através da Pesquisa Mensal de Emprego, do IBGE, e disposto no Gráfico 3, aponta para a redução do desemprego no Brasil, quer seja para a população em geral, quer seja para a população jovem<sup>42</sup>. Porém, salienta-se que a taxa de desemprego para o recorte da população jovem ainda representa mais de duas vezes a taxa de desemprego para o conjunto total da população, apesar de todos os esforços empreendidos pelo governo federal no sentido da promoção da empregabilidade juvenil. Ao mesmo tempo, observa-se que a redução do desemprego juvenil se dá a uma taxa inferior (28%) à do conjunto total da população (33%), o que acentua o quadro de 1995 a 2005 descrito por Pochmann. Ou seja, quando há crescimento do desemprego, a taxa de aceleração da evolução deste para a população jovem é superior à população em geral. Por outro lado, quando há regressão da taxa de desemprego, a taxa desta redução, para a população jovem, é inferior à da população em geral. (IBGE, 2010a).

Embora tenhamos dito que a taxa de desemprego de jovens regrediu de 2006 a 2010, conforme exposto no Gráfico 3, é importante salientar não haver discrepância entre esta informação e aquela apresentada na PED do DIEESE que indica redução na empregabilidade de jovens que apenas trabalhavam ou procuravam trabalho. A base de cálculo da taxa de desemprego é o conjunto da População Economicamente Ativa (PEA), conjunto que não inclui os jovens que apenas estudam. A PED do DIEESE incluiu a condição de estudo exclusiva como componente de análise dos dados apresentados.

---

<sup>42</sup> Tratamos aqui da população de quinze a 24 anos de idade, ou seja, o recorte do IBGE, conforme indicado no início da presente dissertação.

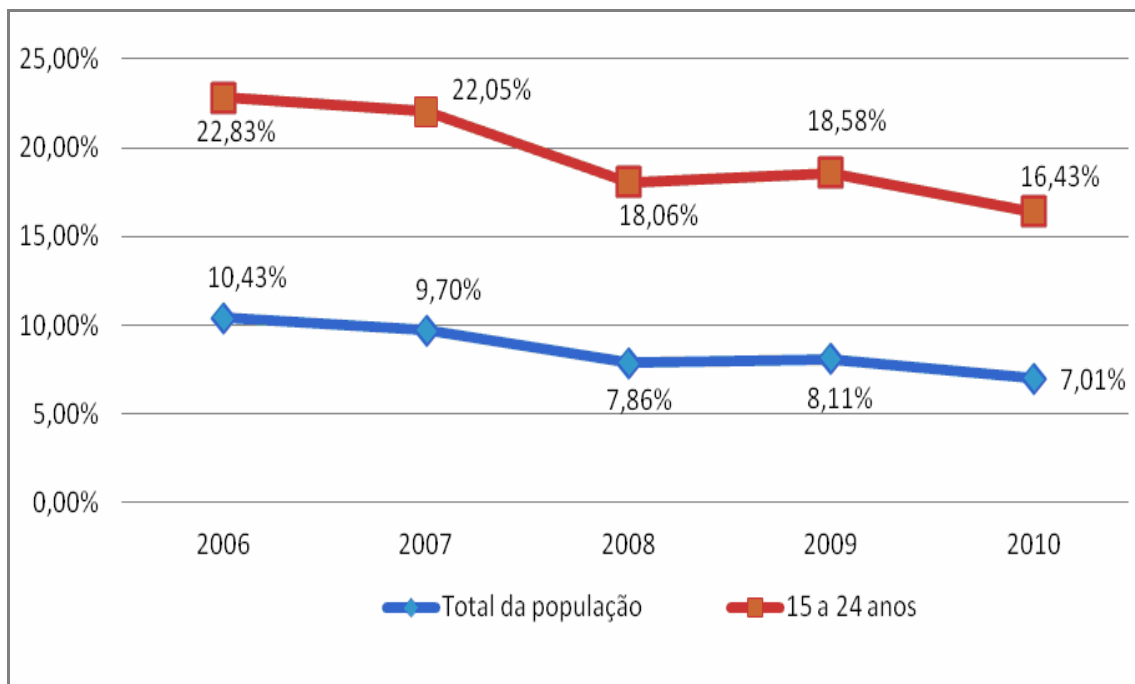


Gráfico 3 – Movimentação da taxa de desemprego juvenil e geral, no Brasil, de 2006 a 2010.

Fonte: Pesquisa Mensal de Emprego. (IBGE, 2010a). Elaboração própria.

A análise do Gráfico 4, elaborado com base em dados da PNAD 2008, a partir de compilação do IPEA (2009c), revela que o segmento comercial detinha, em 2008, a posição de liderança entre os que mais empregavam pessoas no país, o que incentiva a busca por formação para o setor, favorecendo a possibilidade de obtenção de emprego no ramo através da colocação dos egressos de cursos de qualificação e servindo de incentivo para a escolha das formações relacionadas à atividade.

Repercutindo localmente os dados apresentados no Gráfico 4, o Saldo da Movimentação<sup>43</sup> do mercado de trabalho em Uberaba, indicado por levantamento de dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) do MTE<sup>44</sup>, apontou uma retomada nas contratações do segmento comercial no município ainda no ano de 2006. A retomada do crescimento do Saldo de Movimentação Geral para

<sup>43</sup> O Saldo da Movimentação do CAGED é apurado através da diferença entre o número de admissões e o número de desligamentos no período de referência. (BRASIL, 2010h).

<sup>44</sup> O CAGED foi criado pela Lei 4.923 de 23 de dezembro de 1965, que o institui e estabelece medidas contra o desemprego e a assistência aos desempregados e dá outras providências. A apuração do CAGED é de periodicidade mensal e se constitui em importante fonte de informação do mercado de trabalho formal em âmbito nacional e local, apresentando dados relativos à movimentação de admissões e demissões de trabalhadores contratados.



o conjunto de atividades desempenhadas no município de Uberaba, somente se daria a partir do ano seguinte (2007), conforme se pode observar no Gráfico 5.

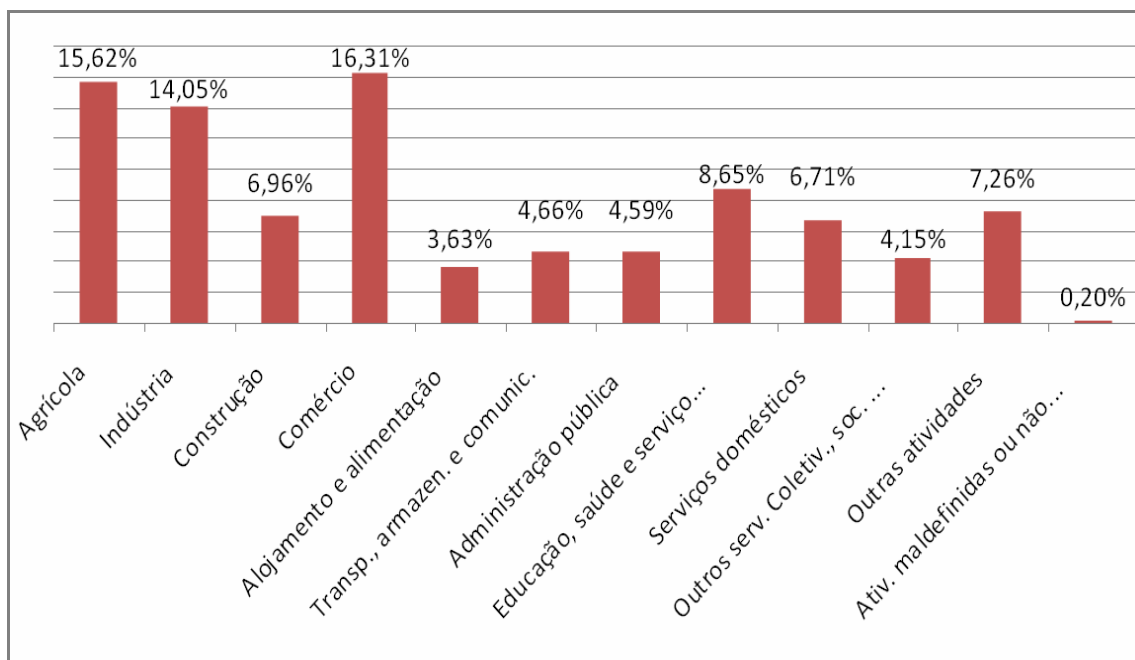


Gráfico 4 – Participação percentual de cada setor de atividade na ocupação da PEA em 2008.

Fonte: IPEA. (2009c, p. 23). Elaboração própria.

Especificamente para a ocupação de Vendedor de Comércio Varejista (VCV), ocupação que, como veremos adiante no Capítulo 3, será objeto de avaliação da inserção no mercado de trabalho dos jovens egressos da qualificação oferecida pelo PJC, a retomada do Saldo da Movimentação também ocorreu em 2006, conforme Gráfico 5, acompanhando a tendência do segmento. Cabe destacar que, para a ocupação ora em análise, no exercício<sup>45</sup> de 2006 o Saldo de Movimentação foi negativo, o que indica maior número de desligamentos do que de contratações naquele ano.

<sup>45</sup> Os números do CAGED apresentados neste texto dizem sempre respeito ao mês de dezembro de cada ano, fazendo referência à movimentação em cada exercício.

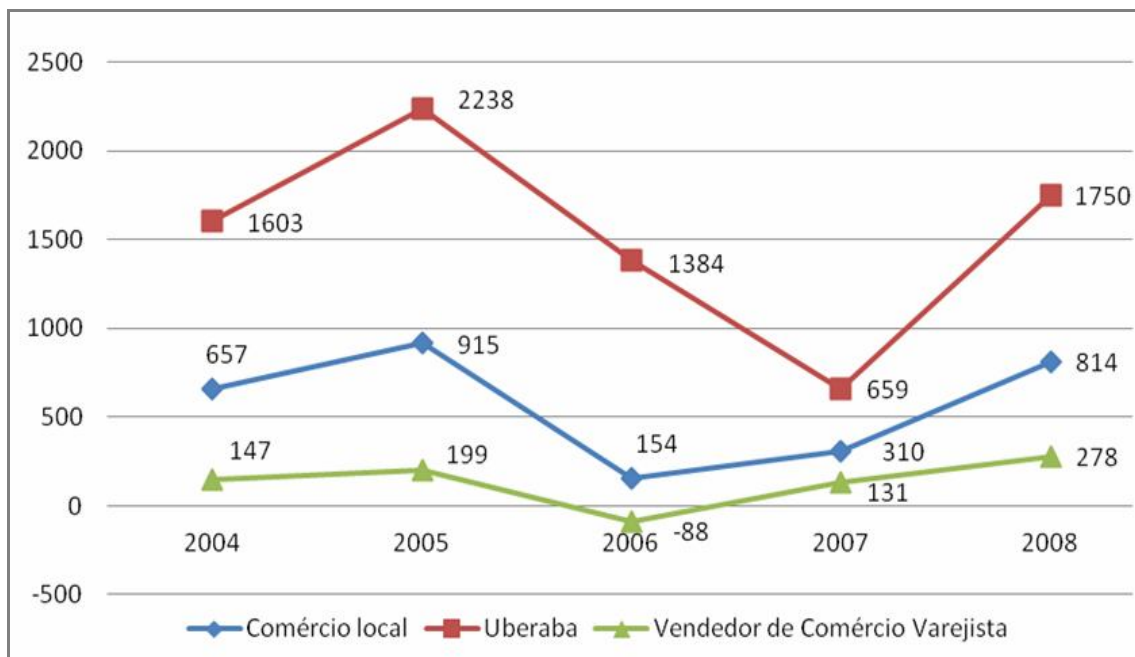


Gráfico 5 – Evolução do Saldo da Movimentação do mercado de trabalho de Uberaba segundo a CAGED.

Fonte: MTE – CAGED. (BRASIL, 2010i). Elaboração própria.

Considerando o momento de implementação do PJC em sua edição de Uberaba (setembro de 2006 a março de 2007), entende-se ser este coincidente com a retomada das contratações formais pelo segmento comercial em Uberaba, conforme apontado pelo Gráfico 5, e depreende-se constituir este em período fértil para início de carreira por parte dos jovens egressos do PJC.

Ao mesmo tempo e no mesmo sentido, segundo o DIEESE, é no segmento comercial que existem maiores facilidades para um jovem conseguir um posto de trabalho, comparativamente com os demais setores. Em consequência disto, em 2008, aproximadamente um quarto do contingente de empregados no segmento comercial encontrava-se na faixa etária de dezesseis a 24 anos de idade. (DIEESE, 2009b).

Os dados e números levantados nos diferentes organismos (IPEA, DIEESE, etc...) e apresentados até aqui indicam empregabilidade em alta com tendência de contratação de pessoas com maior número de anos de estudo por parte das empresas; de elevação da escolaridade dos jovens; de oportunidades de início de

carreira no segmento comercial. Este é, em parte, o ambiente no qual os jovens participantes do PJC concluíram seu envolvimento com o projeto.

Ressalta-se, ao analisar a situação de trabalho e estudo para a parcela da população compreendida na faixa etária dos dezesseis aos 24 anos de idade, o fato de não serem perceptíveis mudanças no quadro de um grupo (10,5%, segundo o DIEESE) que não apresenta qualquer envolvimento com a escola ou com o mercado de trabalho – quer seja através de uma ocupação, quer seja através da procura por trabalho. Para este grupo, aparentemente, os programas e ações componentes da PNJ não apresentaram qualquer resultado.

A discussão destes aspectos, juntamente com a avaliação da percepção dos participantes e do Gestor do Projeto acerca de sua operacionalização, trará à luz, nos capítulos finais desta dissertação, aspectos que tenham contribuído para sucessos ou insucessos do projeto em tela, visando à melhoria das condições de acontecimento de políticas similares.

No próximo capítulo serão apresentados aspectos relativos à metodologia de pesquisa e forma de operacionalização dos trabalhos que conduziram ao presente documento.

## CAPÍTULO 3

### APRESENTAÇÃO DA METODOLOGIA E OPERACIONALIZAÇÃO DA PESQUISA

“Como estar à escuta, cientificamente e com rigor, de palavras, de imagens, de textos escritos e discursos pronunciados? Como passar do uno ao múltiplo?” (BARDIN, 2010, p. 7).

Os capítulos anteriores foram dedicados a apresentar e analisar o objeto de estudo, o Projeto Juventude Cidadã (PJC), descrevendo-o em suas diferentes facetas e contextualizando-o no bojo da política pública federal para a juventude, e a discutir e explicitar os princípios que a ele dão sentido e justificam, do ponto de vista normativo e situacional na conjuntura da condição escolar e de trabalho do jovem no Brasil e, mais especificamente em Uberaba. Assim, foi elaborada, até o presente momento, uma análise que toma como referência estudos e textos já produzidos, e que são fundamentais para situar o problema em estudo em seu contexto.

Este capítulo trata da metodologia e das estratégias de trabalho formuladas, bem como de sua operacionalização, além dos dados gerados e dos resultados encontrados. Ou seja, do que se pode obter em consequência do trabalho realizado e das estratégias desenvolvidas para efetivá-lo.

Dessa forma, inicialmente, são apresentadas as formas de organização da pesquisa, os instrumentos formulados e as maneiras de proceder com os entrevistados, bem como as dificuldades, idas e vindas nesse caminho. Em seguida, são tratados e analisados os resultados obtidos.

A opção metodológica escolhida, como mencionou-se na introdução, para desenvolver o tema de estudo, buscando estruturá-lo sob o ponto de vista dos jovens que viveram a experiência do PJC, foi a de realização de pesquisa descritiva na cidade de Uberaba, Minas Gerais, com vistas a gerar dados que respondessem às necessidades do problema em estudo. Essa etapa do trabalho foi feita por meio da realização de entrevistas com egressos das turmas formadas em 2006 e 2007, especificamente aquelas voltadas para formação no segmento de comércio e serviços na área de Vendedor do Comércio Varejista (VCV).

Como é comum acontecer em investigações que envolvem algum contato com o campo, nem sempre o planejado pode ser realizado exatamente como previsto, situação em que se torna necessário ajustar os mecanismos de ação durante o processo para garantir o alcance dos objetivos. A presente pesquisa não transcorreu de maneira diferente. Essas situações são descritas de forma sistemática no decorrer do capítulo, a começar pela problemática da definição do universo de estudo, da seleção dos ex-participantes a serem entrevistados e das dificuldades de contatá-los.

### **3.1 Constituição do universo da pesquisa e seleção dos jovens a serem entrevistados**

Foram entrevistados 24 ex-participantes selecionados de um universo de 153 jovens inicialmente inscritos para participar do projeto e qualificar-se na formação de VCV. A quase totalidade<sup>46</sup> dos jovens encontrava-se na faixa de idade entre dezesseis e 24 anos, definida pelo perfil de ingresso no PJC. Os participantes, no momento de seu ingresso no programa, foram distribuídos pelo agente executor do PJC em quatro turmas estruturadas e voltadas para sua formação.

O grupo entrevistado era composto de dezessete indivíduos de sexo feminino e sete indivíduos de sexo masculino.

O ponto de partida para a seleção dos ex-participantes a serem entrevistados foi a segmentação do universo de pesquisa, com base nos registros escolares de conclusão das turmas do PJC, especificamente nas turmas voltadas para a formação comercial, recorte inicial estabelecido. Com esse propósito, tornou-se necessário mapear as ocupações oferecidas como objeto de formação pelo PJC em sua edição em Uberaba 2006/2007 e decidir a que turmas o foco de análise seria direcionado.

---

<sup>46</sup> Um dos jovens entrevistados alegou ter quinze anos ao ingressar no projeto, o que pode ser atribuído a um possível engano do participante quando da resposta à entrevista ou a uma flexibilização da idade de ingresso.

As ocupações, cujas formações foram contratadas através da licitação pública<sup>47</sup>, pela PMU, para atendimento à demanda por qualificação da população local, foram as seguintes, distribuídas em seus respectivos lotes:

- Lote I – Cursos na área de administração/atendimento ao público:
  - almoxarife;
  - auxiliar de escritório;
  - office-boy;
  - auxiliar administrativo;
  - vendedor lojista;
  - recepcionista de consultório médico ou dentário;
  - atendente de farmácia/balconista;
  - vendedor de comércio varejista;
  - recepcionista (hospitalidade/turismo);
  - repositor de mercadoria;
  - operador de microcomputador e telemarketing.
- Lote II – Cursos na área de agro extrativista:
  - fruticultura;
  - olericultura;
  - criador de pequenos animais.
- Lote III – Cursos na área de beleza e estética:
  - cabeleireiro;
  - manicure/maquiador/depilador.
- Lote IV – Curso na área de construção e reparos:
  - marceneiro;
  - pintor;
  - eletricista predial;
  - instalador de sistemas eletrônicos de segurança;
  - serralheiro;
  - costureira.
- Lote V – Curso na área de prestação de serviços:
  - porteiro/zelador;

---

<sup>47</sup> A contratação das entidades privadas responsáveis pelos eixos de formação e qualificação do PJC foi regida pelo Edital 0139/2006 cujo objeto foi a “contratação de instituição educacional para ministrar diversos cursos de qualificação profissional, dentro do Programa Federal “Juventude Cidadã””.

- o cozinheiro no serviço doméstico;
- o cozinheiro auxiliar;
- o cuidador de idosos;
- o cuidador de crianças;
- o monitor de recreação.

Além dos lotes acima descritos foi criado um sexto lote de licitação que dizia respeito ao eixo de formação em cidadania e direitos humanos e contemplava duzentas horas de cursos voltados a esta formação.

Assim, uma vez mapeadas as ocupações oferecidas às turmas do PJC em sua edição de Uberaba, no ano de 2006, e tendo como referência o setor de comércio, escolhido como segmento de estudo, conforme definição constante dos objetivos da pesquisa e do projeto de dissertação, tornou-se necessário especificar as turmas das quais se selecionariam os egressos a serem entrevistados. Esta foi a primeira questão relevante a ser considerada.

Dentre as ocupações oferecidas, duas estavam mais diretamente relacionadas às atividades de comércio, ou seja, correspondiam ao critério mais geral estabelecido para a seleção das turmas, podendo, portanto, serem incluídas no universo de estudo: a de VCV e a de Vendedor Lojista (VL). As duas ocupações são similares em alguns aspectos. Por isso, seguindo alguns critérios, optou-se por trabalhar apenas com as turmas da ocupação de VCV. O primeiro desses critérios está constituído pela importância da ocupação para o setor de comércio e de varejo. A ocupação escolhida é a que melhor responde a esse padrão, uma vez que prevê a atuação do profissional formado em todo o comércio de varejo. Ou seja, o primeiro critério de escolha da ocupação de VCV foi devido à natureza básica e essencial exercida pela referida ocupação para a atividade comercial. Entende-se este critério como de espectro mais amplo.

Um segundo critério, este mais específico, refere-se ao fato de a ocupação de VCV, ser a única, dentre as atividades comerciais oferecidas naquela edição do PJC, parametrizada pela Classificação Brasileira de Ocupações<sup>48</sup> (CBO) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Ao eleger esse critério, buscava-se

---

<sup>48</sup> A CBO define ocupação como “[...] um conceito sintético não natural, artificialmente construído pelos analistas ocupacionais. O que existe no mundo concreto são as atividades exercidas pelo cidadão em um emprego ou outro tipo de relação de trabalho (autônomo, por exemplo). Ocupação é a agregação de empregos ou situações de trabalho similares quanto às atividades realizadas.” A descrição da ocupação de Vendedor de Comércio Varejista, conforme a CBO, encontra-se disposta no Anexo D (p. 157).

trabalhar com uma ocupação que aproximasse os dados produzidos às referências oficiais dos organismos que regulamentam as relações de trabalho no Brasil.

Um terceiro aspecto norteou a exclusão dos egressos participantes da ocupação de VL da amostra de jovens a serem contatados durante o processo de entrevistas. O documento chamado Relação dos Temas – Ocupação – Código CBO<sup>49</sup> do PJC, documento norteador da ação, que em seu cabeçalho faz menção ao fato de ter servido de “base para negociação do plano de trabalho” do programa, traz a referida ocupação como pertencente ao segmento de “Madeira e Móveis”. Considera-se que esta segmentação tornar-se-ia limitadora do espectro de pesquisa e dada a sua especificidade, portanto, determinou a exclusão dos egressos desta ocupação visando uma melhor retratação da amplitude de atendimento possível ao universo de egressos do curso de VCV em detrimento de um segmento específico.

A associação entre esses três critérios sugeriu a exclusão da ocupação de VL. Em primeiro lugar, porque diferentemente da ocupação de VCV a de Lojista não aparece classificada na CBO em qualquer das categorias de referência existentes, não respondendo, portanto, ao segundo critério. Além disso, considerando-se que ocupação, segundo a mesma CBO, é “[...] a agregação de empregos ou situações de trabalho similares quanto às atividades realizadas” (BRASIL, 2010j), entende-se ser a ocupação de VL, uma similar mais restrita à de VCV, no sentido de que a primeira limitava-se, de acordo com a Relação dos Temas – Ocupação – Código CBO a atuar em empreendimentos de comercialização de móveis e madeira, enquanto a segunda permite atuação em todo o comércio varejista – ou seja, a ocupação escolhida como recorte de pesquisa abrange e inclui a ocupação de VL.

Chegou-se a considerar, no início, a possibilidade de trabalhar com os egressos das turmas das duas ocupações oferecidas na área do comércio. No entanto, os aspectos já mencionados sugeriram que trabalhar com apenas uma delas nos conduziria a melhores resultados. A entrada em campo e as dificuldades de contatar e realizar as entrevistas com os ex-participantes, mostraram o acerto dessa decisão.

Entre os aspectos que nos levaram a contatar os egressos das turmas de apenas uma das ocupações – a de VCV – figura o que diz respeito a trabalhar com

---

<sup>49</sup> A Relação dos Temas - Ocupação - Código CBO do PJC encontra-se no Anexo E, p. 159. Chama-se à atenção para o fato de, apesar de no cabeçalho do documento haver menção ao código da CBO das ocupações, o documento em si não traz esta referência.



um público que se considerava, em princípio, portador de relativa homogeneidade, produzida pela frequência continuada ao mesmo curso, pela convivência nas aulas e pela dinâmica do curso, supostamente voltada para seus objetivos. Em resumo, supunha-se que o curso do PJC poderia ter gerado no grupo além da qualificação profissional e do aumento de escolaridade, elementos de socialização que o unificasse em relação a esses elementos. Caso isso se confirmasse, seria possível percebê-los por meio da investigação de egressos de turmas da mesma ocupação.

Um outro aspecto se relaciona ao anterior e se baseia, por um lado, na hipótese de produção de certa convergência entre as respostas e análises obtidas do grupo nas entrevistas o que permitiria aprofundar as questões levantadas por esse público. Isso evitaria dispersão das respostas, resguardando-se do risco de ter que trabalhar com um número muito grande de aspectos, inviável no tempo de que se dispõe para a realização dessa dissertação. Por outro lado, o levantamento de questões divergentes poderia ser igualmente analisado.

Finalmente, a justificar a escolha por apenas uma das ocupações dentre as de VCV e VL, colocava-se a possibilidade de incrementar a viabilidade da localização de ex-participantes pelo pesquisador, possibilitada pelo contato entre eles, caso os endereços e telefones disponíveis estivessem desatualizados, como se verificou de fato, desde o início do trabalho de campo. Dessa forma, o recorte do universo de pesquisa recaiu sobre uma das ocupações, a de VCV. É esse o ponto de partida do presente estudo.

Outro recorte diz respeito à natureza do grupo a ser selecionado, o que abria, novamente, três possibilidades:

a) privilegiar os que tivessem permanecido até o final e, além disso, fossem aprovados no curso;

b) selecionar os que tivessem permanecido durante todo o período de duração do curso, tendo sido aprovados ou reprovados ao final, podendo então, colocar à prova a qualificação recebida;

c) e, ainda, selecionar o grupo a ser investigado de um universo mais abrangente, constituído das diferentes categorias de alunos, aí considerados os que tivessem permanecido até o final ou tivessem desistido do curso no processo, o que significa dizer, a totalidade dos inscritos.

A opção, com relação ao segundo recorte, recaiu sobre o grupo correspondente ao primeiro segmento indicado no parágrafo anterior (a), ou seja,

dos que permaneceram até o final do projeto, tendo sido aprovados. Como se trata de avaliar a inserção (ou não) dos ex-participantes no mercado de trabalho – sendo este um dos objetivos centrais da pesquisa – bem como o tipo de inserção ocorrida, essa se apresenta como escolha necessária, a fim de possibilitar a avaliação dos efeitos da qualificação recebida. É, portanto, com essa amostra que se trabalha durante a pesquisa.

No entanto, a análise da composição das turmas de VCV, obtida pela distribuição numérica dos sujeitos ao final do percurso – cujos dados são apresentados a seguir – levou-nos a investigar outro perfil de conclusão: dado o alto percentual dos que abandonam o projeto tendo-o frequentado de maneira inicial ou não (correspondente a 44% do total dos inscritos), optou-se por realizar entrevistas com parte desse grupo, buscando compreender os motivos do abandono que aparecem como importantes para formar uma compreensão mais abrangente do projeto. Por outro lado, é essencial estabelecer a ausência de pretensão em comparar os dados desse grupo com os dos concluintes. A questão do abandono saltou aos olhos do pesquisador dado o elevado percentual de jovens que deixaram o projeto, sem nem mesmo frequentar um só dia (desistentes) ou ao longo do percurso (evadidos)<sup>50</sup>.

Descreveremos informações sobre a estrutura desse universo que podem ser obtidas verificando-se sua composição. Houve, para o curso de VCV, 153 inscrições de jovens residentes na cidade de Uberaba/MG. Uma das formas de segmentar este conjunto é constituída pela distribuição dos inscritos em dois grandes grupos:

a) O grupo dos que permanecem até o final do curso (contando-se, nesse caso, os aprovados e os reprovados). Este segmento é composto por 85 jovens (56% do total) que se inscrevem e seguem o projeto até o final. Deste conjunto, 67 participantes (79%) são aprovados e dezoito (21%) reprovados.

b) O grupo dos que abandonam o projeto, podendo fazê-lo logo no início (desistentes) ou após cursar parte do programa, não chegando, no entanto, a concluí-lo (evadidos). Este grupo é composto por 68 jovens (44%) que abandonam o projeto<sup>51</sup>, podendo tê-lo feito logo no início (desistentes) ou após cursar parte do

---

<sup>50</sup> Cabe aqui destacar que esta é a nomenclatura adotada pelo SENAC, agente de formação da ocupação escolhida.

<sup>51</sup> Para efeitos desse trabalho, considera-se na categoria abandono os que evadiram após cursar parte do programa, bem como os que, tendo sido selecionados e feito sua inscrição, não chegaram a frequentar, desistindo do projeto no início.

programa, não chegando, no entanto, a concluí-lo (evadidos). Dos 68, cinquenta (73% de não concluintes) desistem logo no início das atividades do projeto, não chegando a frequentar nem mesmo uma aula; dezoito inscritos (27%) evadem ao longo do projeto, ou seja, inscritos, iniciaram o processo de qualificação e abandonaram a mesma em seu transcurso.

Portanto, após a análise dos números, tornou-se representativo o número de inscritos que não comparece ou abandona o curso sem concluí-lo, o que justifica e demanda sua inclusão no universo de estudo. Quando se leva em conta o grupo dos jovens que deixa de lado a oportunidade de participar de uma política pública de educação e inclusão, traz-se luz sobre os motivos que os levaram a esta atitude. Este fato indicou ao pesquisador a necessidade de entrevistar este grupo, muito embora sem mesclar esta amostra à dos concluintes, que traria luz sobre as questões relacionadas à ampliação de escolaridade e do potencial de empregabilidade dos jovens, a fim de não prejudicar a avaliação dos resultados relacionados aos objetivos iniciais de pesquisa.

Outra forma de categorizar esses dados é considerar a representação proporcional de cada grupo no conjunto, que pode ser assim configurada e representada no Gráfico 6:

- a) 67 participantes (44% dos inscritos) permanecem até o final e são aprovados, sendo, portanto; considerados os concluintes do projeto.
- b) 18 jovens (12% dos inscritos) permanecem e são reprovados, formando parte do grupo dos não-concluintes do projeto;
- c) 50 participantes (32% dos inscritos) desistem, sem comparecer desde o primeiro dia de aula;
- d) 18 jovens (12% dos inscritos) se evadem, após cursar parcialmente as aulas, mas sem conseguir 75% de presenças, percentual requerido para aprovação no quesito frequência.

Dentre os que abandonam, o percentual de desistentes é superior ao de evadidos. Esta situação ocorre em função de os primeiros terem sido substituídos no transcorrer do projeto, por ocasião da verificação de seu não comparecimento desde o primeiro dia de aula ou da ausência de conhecimentos escolares que embasassem a escolha pela ocupação de VCV. Apesar desta constatação, seus registros não eram suprimidos da relação de inscritos, justificando, assim, o elevado

número de desistentes desde o primeiro dia<sup>52</sup>. Já os evadidos não puderam ser ressupridos, uma vez que, na maioria das vezes, a detecção de seu abandono do PJC aconteceu após a possibilidade de reinserção de outros jovens em tempo de alcançar frequência mínima de aprovação.

Paralelamente à entrevista com os egressos, estabeleceram-se como prioridades de pesquisa o contato e entrevista com um gestor do PJC em sua edição em Uberaba. A entrevista com o Gestor do Projeto<sup>53</sup> em sua edição local buscou estabelecer o quadro de sua implantação no município sob a ótica do agente executor do PJC, bem como identificar os componentes operacionais que porventura possam ter dificultado/facilitado a implementação do PJC. O depoimento do gestor enumera e analisa, ainda, os eventos locais que podem ter contextualizado a condução do projeto em Uberaba.

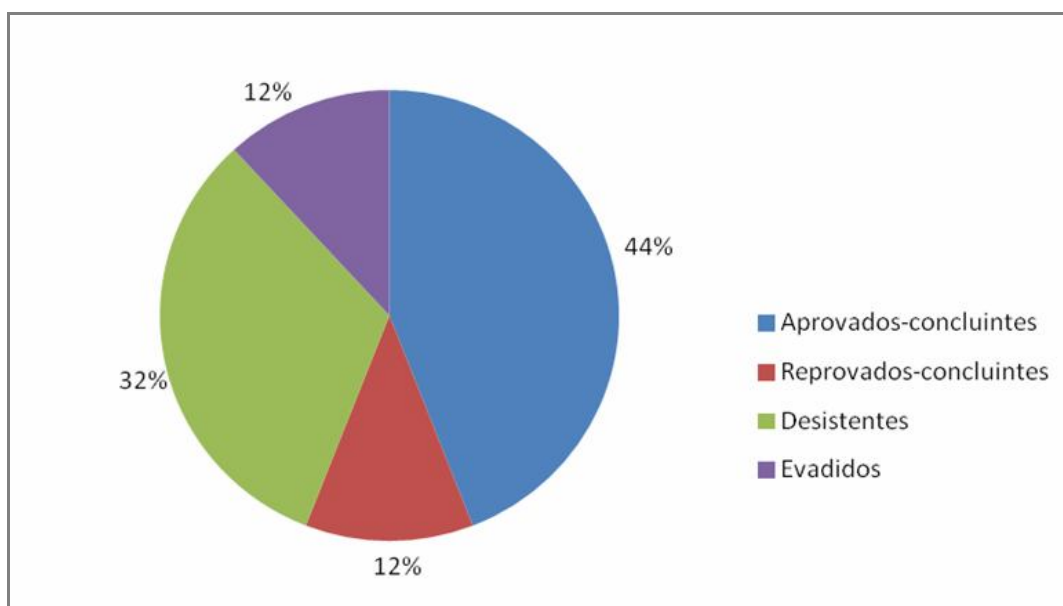


Gráfico 6 – Status de curso dos alunos de Vendedor de Comércio Varejista.

Fonte: BAYÃO JR., Levantamento de Dados de Participantes do PJC. (2009). Elaboração própria.

A esse respeito urge salientar que a entrevista com o Gestor do Projeto não se constituiu em componente estrutural de pesquisa, uma vez que o enfoque

<sup>52</sup> A não supressão dos registros de inscrição dos jovens que não apareceram desde o primeiro dia, quer seja por desinteresse ou por não apresentarem conhecimentos básicos que dessem subsídio ao aprendizado da ocupação de VCV – qualificados como desistentes – ocorreu em função de limitação do sistema informatizado de registro escolar da executora do curso, o SENAC, conforme indicado pelo Gestor do Projeto em sua entrevista.

<sup>53</sup> Foi adotado um nome fictício a fim de preservar a identidade do entrevistado.

estabelecido pelos objetivos de pesquisa recaiu sobre os resultados alcançados pelos egressos, bem como sobre sua percepção acerca desses resultados. Isso não significa, porém, atribuir aos depoimentos do gestor caráter secundário. Ao contrário, as informações apuradas com o Gestor do Projeto foram fundamentais para a composição do quadro de implantação do PJC em Uberaba na edição de 2006-2007, bem como para a compreensão de vários aspectos levantados pelos egressos nas entrevistas com eles realizadas.

### **3.2 Condução da pesquisa: primeiros contatos com o campo**

Foram feitas entrevistas com 24 ex-participantes, sendo dezesseis concluintes, o que significa dizer que permaneceram até o final do processo de formação e foram aprovados, e oito não-concluintes do projeto, sendo estes evadidos/desistentes.

Dos dezesseis concluintes, doze estão atualmente colocados no mercado de trabalho e quatro estão desempregados. É importante lembrar que a escolha dos jovens, aos quais a ligação telefônica para entrevista foi efetuada, ocorreu de acordo com a sequência em que estes apareciam na listagem de participantes do PJC e, muitas vezes, foi associada à possibilidade de contato estabelecido com os registros telefônicos deixados no momento do ingresso no projeto. Este é o conjunto com o qual se trabalha e que permitirá encontrar respostas para os objetivos da dissertação. A amostra corresponde, em termos percentuais, a 10,5% do total de inscritos as turmas de VCV e a 24% dos concluintes/aprovados dessas turmas, que compõem o universo passível de investigação com vistas ao alcance dos objetivos de pesquisa.

As entrevistas com o grupo de evadidos/desistentes<sup>54</sup> do projeto objetivam apenas levantar os motivos que levaram esses jovens a abandonar o projeto após a aceitação de sua inscrição pelas agências responsáveis pelo PJC e/ou após dedicar parte de seu tempo ao projeto. Os oito ex-participantes representam 5% do universo de alunos das turmas de VCV e cerca de 12% do total de evadidos/desistentes.

Na primeira tentativa de abordagem do campo, buscou-se realizar dezesseis entrevistas com jovens pertencentes ao universo antes descrito, para que se

---

<sup>54</sup> Ver a composição do universo de pesquisa no item 3.1

alcançasse uma aproximação de 10% do universo total de participantes inscritos no PJC na ocupação escolhida. Essas dezesseis entrevistas deveriam fornecer um primeiro mapeamento dos posicionamentos dos jovens sobre o PJC e das questões por eles levantadas com base em sua experiência no projeto. No entanto, inicialmente, obteve-se êxito em apenas seis oportunidades de contato (de um total de 53 tentativas) com os números telefônicos oferecidos pelos participantes no momento de sua inscrição no PJC. Este fato mostra um pouco das dificuldades de estabelecimento de contato com os jovens.

Optou-se pela realização das entrevistas com os jovens por telefone, através do software Skype, que permite ligações de computador para linhas telefônicas regulares; ao mesmo tempo, as ligações foram gravadas com o software Pamela, que permite o registro para posterior tratamento das conversas<sup>55</sup>. Os meios de contato com os ex-participantes resumem-se, uma vez concluído o projeto, aos endereços deixados no momento de sua inscrição no PJC e respectivos números telefônicos.

A opção pela ligação telefônica com gravação aconteceu, em primeiro lugar, pela impossibilidade de reunir os jovens, uma vez que se supunha que vários, após sua participação no projeto, estariam envolvidos com suas próprias atividades, inclusive de trabalho, sem que fosse possível se deslocarem. Isso foi confirmado quando se tentou realizar as primeiras dezesseis entrevistas, logrando êxito em apenas seis oportunidades. Em segundo lugar, supunha-se que os contatos por carta teriam baixíssimo retorno, em função da necessidade de envolvimento de tempo dos jovens para a redação de resposta e posterior remessa pelo correio, além de possíveis dificuldades de redação. Os contatos individuais com a procura dos egressos em seus endereços, por sua vez, tornaram-se inviáveis em função de o universo de jovens se encontrar disperso por toda Uberaba, o que demandaria tempo excessivamente superior ao disponível para o desenvolvimento da pesquisa.

Aqui é importante fazer referência a uma das dificuldades de condução da pesquisa mencionadas no início desse capítulo. O campo apresenta sua própria lógica e reserva sempre “surpresas” ao pesquisador, apesar do necessário preparo para a realização do trabalho antes de iniciá-lo. Em nosso caso, essa “surpresa” se revelou, principalmente, na grande dificuldade de encontrar os ex-participantes,

---

<sup>55</sup> Os depoimentos dos participantes encontram-se resumidos nos Anexos G (p.170) e H (p.173).

ocorrida por diferentes razões. Essas dificuldades dizem respeito às seguintes ocorrências:

a) o número fornecido pelos jovens no momento de sua inscrição havia mudado (17 tentativas);

b) o telefone fornecido possibilitou contato, no entanto, o interlocutor afirmou desconhecer os jovens participantes (11 tentativas);

c) em muitos casos, os terminais telefônicos estavam interrompidos temporariamente ou não atenderam;

d) os jovens não se encontravam no local no momento da ligação e vários deles não a retornaram. Essas duas últimas situações permitiram novas tentativas de contato posteriormente.

### **3.3 O roteiro das entrevistas: dimensões privilegiadas**

A fim de abordar os jovens egressos do PJC e buscar alcançar os objetivos específicos de pesquisa<sup>56</sup>, produziu-se um roteiro de entrevista semi-estruturada<sup>57</sup> voltado para estes que foram categorizados como se segue, de acordo com os elementos essenciais que se buscava identificar através do contato com os egressos<sup>58</sup>.

Para Bardin (2010, p. 145), a categorização é “[...] uma operação de classificação de elementos constitutivos de um conjunto por diferenciação e, seguidamente, por reagrupamento segundo o gênero (analogia), com os critérios previamente definidos.”

---

<sup>56</sup> Conforme descrito na Introdução deste texto, os objetivos específicos de pesquisa foram os de contextualizar o PJC no bojo da política de qualificação profissional para a juventude, hoje em andamento, em nível nacional; avaliar a contribuição qualitativa dos programas desenvolvidos para o aumento da empregabilidade e do nível de escolaridade de seus egressos; avaliar a percepção dos egressos dos programas desenvolvidos em relação à qualificação recebida e aos efeitos desta sobre sua colocação no mercado de trabalho e, por fim, buscar relacionar os efeitos de ampliação de empregabilidade e escolaridade com a percepção em relação à participação no Projeto

<sup>57</sup> O Roteiro de Entrevistas aplicado aos egressos do PJC encontra-se no Anexo F (p.163).

<sup>58</sup> Após a elaboração do roteiro de entrevista, procedeu-se à testagem do mesmo com dois profissionais distintos, ambos com nível de formação superior, um com experiência em pesquisa acadêmica e outro não, a fim de levantar eventuais problemas na condução da entrevista que pudessem impor entraves que culminassem em sua não conclusão ou mesmo no insucesso na busca das informações desejadas. O tempo de duração das entrevistas foi estimado e ajustado para evitar possíveis resistências em formulação das respostas em função da demora no processo de entrevistas. Após a testagem com pessoas alheias ao processo de pesquisa e ao ambiente do PJC, procedeu-se a aplicação da primeira entrevista que, em função da qualidade das respostas alcançadas, foi contemplada no certame de amostra ora em tratamento.

Neste sentido, o roteiro de entrevistas foi dividido em blocos, de forma a, através da organização das perguntas, possibilitar a identificação das idéias associadas aos diferentes critérios ligados às categorias e, conseqüentemente, aos objetivos específicos.

Do ponto de vista do conteúdo, um dos focos das entrevistas foi direcionado para a prospecção da inserção dos jovens em postos de trabalho antes, depois ou concomitante ao projeto, bem como sua relação com o setor de comércio e, mais especificamente, com a ocupação de VCV. Assim, selecionados os jovens a serem investigados e conhecidos os postos de trabalho eventualmente ocupados pelos mesmos, poder-se-ia obter um dos critérios de avaliação do projeto, dado pela inserção pós-projeto ou pela manutenção, ampliação ou redução das posições originalmente ocupadas.

Buscou-se detectar, como dimensão associada à anteriormente descrita, se havia entre os ex-participantes alguma perspectiva de formação de carreira no segmento comercial, prioritariamente – mesmo que ainda não realizada – ou em outro setor, com base na percepção dos jovens acerca do futuro profissional e se havia ou não relação com o Projeto.

Ao mesmo tempo, pretendia-se evidenciar, através da realização das entrevistas, aspectos indicativos de aumento de escolaridade, potencialmente induzidos pela formação proporcionada pelo PJC, bem como mensurar este aumento em termos de número de anos adicionais cursados pelos egressos do projeto.

Com esta perspectiva, algumas das dimensões elencadas, as mais específicas, foram abordadas de forma direta, enquanto outras foram extraídas dos depoimentos e respostas dos entrevistados às perguntas abertas. O primeiro dos blocos mencionados disse respeito à qualificação inicial dos sujeitos da pesquisa e foi direcionado, basicamente, a identificar as idades de ingresso e saída dos jovens do projeto.

No segundo bloco, buscou-se apreender percepções a respeito do ingresso do jovem no PJC e a efetiva contribuição do projeto para a qualidade de vida do participante, na visão do mesmo. Nesse bloco, buscava-se captar as motivações dos jovens para candidatar-se ao projeto e identificar como tomaram conhecimento do mesmo. E, nessa perspectiva, pretendia-se conhecer como se estabeleceu, inicialmente, o contato dos jovens com o PJC. Entende-se que essa é uma primeira



aproximação para sua avaliação. Além desses aspectos, entende-se que este bloco pode oferecer elementos para avaliação da categoria denominada Percepção de Resultados.

O terceiro bloco registrou o estágio de desenvolvimento escolar dos jovens no momento do ingresso no PJC e o estágio atual. Intentou-se ainda prospectar neste bloco de perguntas, questões relativas à valorização dos estudos por parte dos participantes, bem como sua expectativa de continuidade de estudos. Com o mesmo, buscou-se produzir informações diretamente relacionadas à dimensão da escolaridade dos jovens, um dos caminhos escolhidos para prospectar possíveis resultados alcançados pelo projeto. Este bloco serviu à apropriação de informações relativas à categoria Escolaridade.

Com o quarto bloco, procurou-se detectar a condição dos jovens participantes no que diz respeito à sua inserção no mercado de trabalho no momento do ingresso no PJC e no presente, bem como as perspectivas por ele percebidas em relação à futura atuação profissional; buscou-se ainda apreender a importância do segmento comercial em sua vida anterior ao PJC e posterior a sua formação para atuação no segmento. Este bloco relacionou-se à inserção e perspectivas profissionais dos jovens, outro caminho definido para avaliar os possíveis efeitos produzidos pelo PJC, e proveu informações para a categoria Empregabilidade.

O quinto bloco compôs-se de questões produzidas com vistas ao propósito de levantar aspectos relativos a possíveis efeitos do PJC para a formação social e pessoal como elementos de formação integral, bem como outros que falassem de sua percepção em relação ao projeto. Estas informações foram categorizadas enquanto elementos de Avaliação Geral. Este foi o nome dado à categoria de pesquisa.

Finalmente, no sexto bloco, buscou-se abrir campo para avaliações e posicionamentos dos jovens acerca do projeto, que pudessem ser apropriados como material de pesquisa. Nesse bloco teve-se a intenção de permitir que os jovens elejam os aspectos relativos ao PJC que, de seu ponto de vista, foram mais significativos e proporcionaram mais impacto sobre suas vidas. Ao mesmo tempo, as informações aqui produzidas contribuíram para complementar as análises sobre as categorias identificadas, dependendo dos aspectos escolhidos pelos jovens.

Descreveu-se, até agora, os elementos substantivos que se procurou abordar nas entrevistas, com vistas a produzir as informações necessárias à avaliação do

PJC de acordo com os propósitos dessa dissertação, tal como definidos pelos objetivos. Cabem, ainda, alguns esclarecimentos sobre a elaboração e formatação do roteiro, o tipo de entrevista selecionado, bem como a relação entrevistador-entrevistado que se privilegiou na condução desse processo.

O procedimento que se constituiu no eixo de condução da pesquisa descritiva, com vistas a produzir os dados necessários à caracterização do PJC, foi a entrevista semi-estruturada, resultado da combinação de duas modalidades de itens: aqueles constituídos por perguntas fechadas e os de pergunta aberta. Considera-se perguntas fechadas, os itens em que a natureza da resposta estava determinada pela questão, como as referentes à idade, sexo, série frequentada no momento em que o jovem ingressou no PJC e outras. Perguntas abertas são aquelas em que o entrevistado sente liberdade para formular sua resposta, aborda o tema da questão de seu próprio ponto de vista e discorre sobre ele com relativa liberdade.

Além disso, a ordem das perguntas no roteiro de entrevistas não era uma exigência para o entrevistador, podendo o entrevistado passar de um tema a outro e retornar ao anterior, de forma a explicitar seu próprio quadro de referência, sem que fosse inibido pelo pesquisador. Coube ao entrevistador cuidar para que todos os aspectos previstos nas questões fossem abordados pelos sujeitos investigados e para que se observassem os objetivos da pesquisa. A elaboração das perguntas abertas foi feita de forma a permitir essa flexibilidade. Focou-se, nestas perguntas, muito mais a qualificação das respostas do que sua quantificação.

Assim, as questões foram formuladas e as entrevistas conduzidas de forma a minimizar “[...] a pobreza da resposta, o desconhecimento dos quadros de referência, a indução da resposta pela formulação da pergunta etc.”, conforme observado por Thiollent (1980, p. 79). Esta opção buscou o estabelecimento de um discurso aberto com os entrevistados que possibilitasse respostas mais elaboradas e que fomentassem a construção de um quadro de referências para as respostas obtidas.

## CAPÍTULO 4

### APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DAS ENTREVISTAS REALIZADAS

O instrumento utilizado para produzir as informações com vistas a elucidar o que foi proposto nos objetivos enunciados foi a entrevista semi-estruturada direcionada, por um lado, aos participantes<sup>59</sup> do projeto; por outro, ao gestor do Projeto Juventude Cidadã (PJC), com quem se pretendeu mapear as linhas mestras e as grandes questões surgidas durante a implantação do projeto no município, do ponto de vista dos executores.

Essas entrevistas fornecem o material de análise para esse capítulo, que está constituído de duas partes: a percepção dos jovens participantes<sup>60</sup> sobre o PJC e a percepção do gestor.

O depoimento do gestor, obtido na entrevista realizada, por sua vez, além de falar da dinâmica da implantação do PJC em Uberaba, permite problematizar vários dos aspectos mencionados pelos participantes. Aí reside sua importância.

#### 4.1 A percepção dos jovens concluintes do PJC

A fim de prosseguir com a análise das entrevistas, focaremos nossa atenção sobre o grupo dos jovens concluintes, uma vez que, somente estes poderiam alcançar os resultados decorrentes da plena participação nos eventos propostos pelo PJC. Sendo assim, as considerações seguintes dirão respeito aos dezesseis jovens entrevistados que compõem o grupo dos que concluíram o PJC.

Em seguida, serão apresentados os motivos alegados, que levaram à evasão/desistência do grupo que não concluiu o projeto, num total de oito jovens. A fim de preservar as identidades dos jovens entrevistados, eles serão denominados Jovens Participantes e serão numerados, a fim de proporcionar diferenciação.

---

<sup>59</sup> Foram entrevistados, conforme dito anteriormente, dezesseis participantes concluintes do Projeto e, de forma complementar, oito participantes evadidos ou concluintes.

<sup>60</sup> As entrevistas realizadas foram transcritas e esquematizadas em quadro descritivo resumo que se encontra no Anexo H, p. 173.

Vamos começar com uma caracterização sumária do grupo antes referido – concluintes do PJC – de forma a contextualizar as análises e discussões desenvolvidas.

Os jovens concluintes entrevistados tinham, à época de seu ingresso no PJC, entre quinze e 24 anos, verificando-se tendência para a faixa de idade entre dezesseis e dezessete anos (dez jovens), sendo que, do grupo entrevistado, apenas um dos jovens encontrava-se nas idades limite superior (24) e inferior (quinze).

A faixa etária de ingresso no programa, efetivamente apurada, revelou uma flexibilização<sup>61</sup> da idade inicial que, segundo os instrumentos normativos do PJC, seria, prioritariamente, de dezesseis anos. Aparentemente, houve flexibilidade de acesso aos jovens que encontravam-se próximos de completar dezesseis anos, idade mínima de acesso ao projeto. (BRASIL, 2006).

Em relação ao gênero, o grupo de jovens entrevistados, concluintes do projeto em questão, era composto por onze indivíduos (69%) do sexo feminino contra cinco indivíduos (31%) do sexo masculino<sup>62</sup>.

A maioria (treze) dos jovens egressos entrevistados já concluíra o ensino médio no momento da entrevista. Do grupo, três jovens ainda cursam este nível de ensino, sendo que um deles relata trajetória de seguidas interrupções nos estudos, apesar de perceber a importância da escolaridade para seu futuro profissional, o que se expressa através da afirmação de que estudar é “[...] fundamental [...] pro profissionalismo da gente, pra cabeça, pra tudo faz bem estudar [...]” (JOVEM PARTICIPANTE 14, 2010).

Quando indagados sobre seu grau de escolaridade no momento do ingresso no PJC, a quase totalidade dos jovens (quinze em dezesseis) declarou encontrar-se no transcurso das atividades escolares do Ensino Médio. Apenas um desses jovens cursava a 8ª. série do ensino fundamental no momento da participação no PJC. Este encontra-se atualmente no Ensino Médio<sup>63</sup>.

O grupo de jovens entrevistados declarou, na sua totalidade, não estar colocado no mercado de trabalho no momento de seu ingresso no PJC, o que se constituía em pré-requisito de acesso ao projeto. Um dos critérios de seleção dos

---

<sup>61</sup> Um dos jovens declarou ter ingressado no PJC com 15 anos.

<sup>62</sup> Houve, para o curso de VCV, 153 inscrições de jovens entre 16 e 24 anos residentes na cidade de Uberaba/MG, constituídos, em sua maior parte por pessoas do sexo feminino, 66%, contra 34% do sexo masculino.

<sup>63</sup> É importante registrar que estamos trabalhando com as informações declaradas pelos jovens no momento da entrevista.

participantes do projeto era não ter tido, vínculo empregatício anterior à seleção, o que era comprovado através da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) isenta de anotações de quaisquer relações de trabalho.

#### **4.1.1 O Interesse pelo PJC, expectativas, perspectivas e aspirações com relação à empregabilidade**

No que se refere aos primeiros contatos e às expectativas e aspirações do grupo em análise com relação ao PJC, destacam-se, por um lado, as formas como os jovens concluintes tomaram conhecimento do projeto, o que ocorreu por diferentes canais, entre os quais os amigos, os vizinhos e a família possuem papel importante e conferem relevância às redes tradicionais de informação. Assim, nove dos jovens entrevistados declararam ter tido ciência do projeto por amigos ou pela mãe, enquanto quatro declararam ter tomado conhecimento pelo jornal, panfletos ou rádio; três deles não se lembravam.

Quanto às expectativas e aspirações, chamam a atenção, em primeiro lugar, os motivos que levaram o grupo a se interessar e a buscar o projeto ou a nele permanecer. Argumentos de duas ordens são associados pelos egressos a esse aspecto. Um deles, que não aparece como razão dominante, mas que é referido por alguns dos participantes, diz respeito à questão financeira. Assim, o Jovem Participante 4, quando entrevistado, faz referência a uma possível relação entre a busca do PJC por grande parte dos colegas e a percepção do incentivo da bolsa de R\$600,00 divididos ao longo de cinco meses de estudo, remuneração esta prevista pela regulamentação normativa do PJC. Afirmou o Jovem Participante 4 (2009):

A maioria das pessoas que fez o curso comigo era, vamos dizer [...] interessadas no dinheiro, só que eu pensei assim, eu comecei a fazer o curso de vendedor lojista (comércio varejista), aí eu pensei, gente, olha, aqui eu moro numa cidade onde tem muitas lojas, muita concorrência para poder ter um vendedor bom na sua loja. Aí eu falei, então, eu vou fazer este curso que quem sabe eu não arrumo um emprego como vendedor lojista (comércio varejista), que é uma área que eu já gosto, atendimento ao público [...]. Não foi por causa do dinheiro não, sabe, o dinheiro era o de menos, foi para me profissionalizar mais. (Grifo nosso).

Esta afirmativa sugeriu a relação entre a participação de jovens no projeto de qualificação e inserção e a motivação financeira. No desenvolvimento do processo

das entrevistas houve outras menções ao auxílio financeiro oferecido pelo projeto, as quais comentaremos a seguir.

Outro egresso, ao descrever o caminho percorrido para ingressar no projeto, afirma que “[...] a gente tinha curso e ainda era beneficiado com um pouco de dinheiro [...] que eu achei legal [...]”. (JOVEM PARTICIPANTE 12, 2010). Em outra situação em que houve menção ao incentivo financeiro, o participante associou a bolsa ao retorno à escola, indicando a percepção de que a ampliação de escolaridade incentivada pelo projeto poderia ter se dado através do retorno à escola decorrente da motivação financeira. De acordo com o Jovem Participante 6 (2009), a motivação financeira associada ao recebimento da bolsa mensal do projeto o incentivou a dar continuidade a seus estudos. Segundo ele, o auxílio financeiro “[...] para você continuar recebendo a quantia que eles te davam você tinha que estudar, então eu acho que incentivou sim.”

Há ainda outro depoimento no qual uma das jovens relata ter sido o recebimento do incentivo financeiro a maior contribuição do projeto para sua vida, sem que outro sentido tenha sido atribuído ao PJC, quer seja para o incremento de sua escolaridade quer seja para sua inserção no mercado de trabalho. (JOVEM PARTICIPANTE 8, 2010).

Em segundo lugar, na questão das expectativas e aspirações<sup>64</sup> dos jovens para o ingresso e permanência no PJC, chamam a atenção, sobretudo, os argumentos que enfatizam a possibilidade de incrementar as chances de ingressar no mercado de trabalho e de obter um emprego. A pretensão de obter um emprego como motivação para o ingresso no projeto foi indicada por doze jovens, correspondendo, portanto, a 3/4 dos dezesseis entrevistados. Os outros quatro egressos fazem menção ao desejo de se “profissionalizar mais” e à busca de uma melhor capacitação; dois deles declaram ter, na própria área escolhida, o motivo do ingresso, caracterizado pelo desejo de trabalhar na área de comércio varejista.

Com relação ao aspecto que estamos analisando, então, o que se mostra recorrente é a perspectiva de conseguir emprego ou de maior facilidade de colocação com a realização dos cursos. São diversos os depoimentos que

---

<sup>64</sup> Importante observar que as categorias analisadas não são excludentes, nem estão organizadas segundo qualquer critério de importância atribuído pelos jovens ou pelo pesquisador. Assim, alguns entrevistados dão depoimentos que recaem em mais de um dos campos analisados. Por exemplo, tiveram como motivação para ingressar no projeto o auxílio financeiro, mas também os moveu a possibilidade de ingresso no mercado de trabalho.

expressam essa idéia quando os jovens falam das razões que os levaram a buscar o PJC. Assim, a afirmação de que “[...] ele ia me abrir portas para entrar no mercado de trabalho, pois até então eu não tinha conseguido nenhum emprego” (JOVEM PARTICIPANTE 5, 2009), ou a de que “[...] eu achei que seria uma forma de oportunidade pra mim [...] de [...] aprender alguma coisa, poder arrumar um emprego [...]” (JOVEM PARTICIPANTE 2, 2009) ou ainda, de forma mais direta a de “[...] conseguir o primeiro emprego [...]” (JOVEM PARTICIPANTE 3, 2009).

Essa perspectiva, claramente declarada pela maioria dos participantes, conjuga-se aos motivos de interesse pela área de VCV. Ditos de outra forma, os motivos da opção pelo curso de VCV confirmam e reforçam a ideia da busca e da possibilidade de ingresso do mercado de trabalho. Tal ótica, afirmada por vários dos jovens entrevistados, abre campo para algumas possibilidades de análise, tais como as razões explícitas para tal escolha, a flexibilidade visualizada na área, entre outras motivações. Esse aspecto será detalhado adiante.

Uma parte do grupo, a minoria, emite respostas vagas como, dentre outras declarações similares, “[...] na época eu queria trabalhar [...] na área do curso” (JOVEM PARTICIPANTE 11, 2010) e “Ah, [...] porque eu gosto de vendas [...] por eu gostar de vendas.” (JOVEM PARTICIPANTE 3, 2009).

Examinaremos, de forma mais detalhada, a perspectiva já enunciada de que os motivos da opção pelo curso de VCV declarados pelos entrevistados, em sua maioria, confirmam e reforçam a ideia da busca e da possibilidade de ingresso no mercado de trabalho. Essa escolha estaria ainda relacionada, segundo as declarações, às condições favoráveis de desenvolvimento do setor de comércio em Uberaba, abrindo, por isso, maior possibilidade de ingresso no mercado de trabalho.

Nessa direção, a afirmativa do Jovem Participante 4 (2009) faz menção à expectativa de colocação no mercado de trabalho, no segmento comercial que, segundo o mesmo, em uma cidade de muitas lojas, torna-se atrativo. De fato, a amplitude de empreendimentos comerciais em Uberaba e a conseqüente maior facilidade de colocação no mercado de trabalho foi mencionada por muitos dos jovens que escolheram a qualificação em VCV como fator determinante desta escolha. Esta expectativa faz coro aos dados apresentados pelo Boletim Trabalho no Comércio de que o comércio é considerado de maneira geral como a principal porta de entrada no mercado de trabalho (DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS, SP – DIEESE, 2009).

Assim, para os que possuem uma ideia mais precisa do que buscam “[...] o comércio está [...] pegando muito em vendas e mais oportunidade para trabalhar” (JOVEM PARTICIPANTE 1, 2009) explicaria não só a busca pelo projeto, mas a área escolhida, uma vez que havia outras possibilidades de cursos oferecidos pelo próprio PJC, além de VCV.

Um fato que não passa despercebido pela população em geral e que contribui para a busca de ocupações no comércio foi revelado por uma pesquisa produzida por Amorim e Blanco (2003) para o Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade (IETS) e publicado pelo Serviço Social do Comércio (SESC) – Departamento Nacional. A referida pesquisa apresenta, entre outros dados, que os trabalhadores do comércio dispõem de uma vantagem comparativa em diversos quesitos relativos ao desenvolvimento humano<sup>65</sup> em relação à população global dos grandes centros urbanos do país, o que serve de fator de incentivo para a busca de uma colocação no segmento.

No entanto, esta não é a única razão a justificar a escolha. De forma complementar, alguns jovens que afirmaram ver na atividade de VCV condições favoráveis à inserção no mercado de trabalho, identificam na área a possibilidade de aquisição de aprendizagens e de relação com o próprio projeto que possam facilitar o acesso e a permanência no mercado de trabalho. É interessante visualizar essas formulações, ao se analisar alguns depoimentos.

Segundo o Jovem Participante 12 (2010), ele procurou “[...] o curso de comércio vendedor varejista que ensinava [...] como se habituar numa empresa, até mesmo como você montar uma empresa. Pelo menos administrativamente, né?” Aparece, aqui, claramente, a associação entre a formação para o comércio e conhecimentos administrativos, sendo que a menção à montagem de uma empresa pode sugerir uma relação com a iniciativa de abrir um negócio próprio no segmento comercial, o que demonstra relações com a iniciativa empreendedora.

Em outro depoimento, o Jovem Participante 6 (2009) associa a experiência com o curso na área comercial à comunicação com as pessoas e entende que esta experiência pode ser válida em qualquer situação profissional futura, mesmo no seu

---

<sup>65</sup> A pesquisa intitulada “As condições de vida dos trabalhadores no comércio dos grandes centros urbanos no Brasil” apontou, entre outras coisas, que o IDH dos trabalhadores daquele segmento em cada uma das cidades pesquisadas era superior, quando comparado com a população em geral nos períodos pesquisados. (AMORIM; BLANCO, 2003).



caso, que não pretende dar seguimento de carreira no comércio, uma vez que escolheu a tornearia mecânica.

Outro aspecto que aparece nos depoimentos, referente à questão que ora se discute, diz respeito ao fato de que, dentre os jovens participantes entrevistados, três apontam identificar que a formação para vendas lhes confere versatilidade para fazer frente às demandas do mercado de trabalho. Ou seja, detectam potencialidades associadas às competências de comercialização que, segundo os mesmos, teriam sido trabalhadas nos programas dos cursos e contribuiriam para o desempenho profissional em qualquer segmento de atuação; além disso, os jovens acreditam que, caso necessitem de uma recolocação, as competências associadas à ocupação de vendedor, desenvolvidas no curso, podem ser úteis na procura de outro emprego que, pode mesmo, ser no segmento comercial. Assim, conforme a Jovem Participante 5 (2009),

Ele [o PJC] enriqueceu meu currículo, em termos pessoais, eu fiz novas amizades que eu tenho até hoje, a partir do curso. Eu acho que me desinibiu um pouco, pela dinâmica do próprio curso, eu deixei de ser um pouco menos tímida do que eu era antes de ingressar e eu acho que conhecimento nunca é demais, então hoje eu tenho o conhecimento da área de vendas, então se hoje eu perder o meu emprego eu posso conseguir outro na área de vendas. (Grifo nosso).

Em alguma medida, as expectativas juvenis parecem encontrar respostas na dinâmica estabelecida pelo projeto. Aqui há que se destacar alguns aspectos em relação aos efeitos do PJC, no que diz respeito aos resultados concretos obtidos por seus participantes, de um ponto de vista mais objetivo como também com relação às avaliações dos egressos, que responderiam, em princípio às percepções dos participantes. Em vários pontos, o projeto parece ter sido favorável, quando se considera a versão dos egressos. Uma análise mais aprofundada, no entanto, mostra algumas inflexões no mínimo problemáticas.

Assim, concretamente, do total de jovens entrevistados, nove (56% do grupo de concluintes) afirmaram ter alcançado colocação no mercado de trabalho imediatamente após participar no PJC, o que indica, pelo menos dentre o grupo entrevistado, uma superação da meta de colocação de 30% dos egressos, proposta pelo projeto, muito embora não se possa afirmar que a inserção dos jovens no mercado de trabalho ocorrera por iniciativa do programa.

De fato, apenas um desses jovens deixa clara a indicação formal do projeto para que conseguisse o primeiro emprego. No entanto, quatro deles reconhecem ter havido influência do PJC na obtenção dessa colocação, ainda que não por indicação direta, uma vez que “[...] logo eu consegui um trabalho [...] com base no curso que eu tinha feito” (JOVEM PARTICIPANTE 5, 2009) ou, “[...] assim que eu terminei o curso, me chamaram na loja [...] foi meu primeiro emprego” (JOVEM PARTICIPANTE 10, 2010); ou, ainda, pelo simples fato de ter conseguido trabalho no segmento comercial. De forma complementar, um egresso, desempregado no momento da entrevista, mas que havia exercido atividades na área do comércio, inclusive com carteira assinada, após a conclusão do Projeto, nega, peremptoriamente, qualquer influência da equipe do PJC para a obtenção do cargo, ao afirmar que:

[...] eu não tava ligado... eu apresentei o currículo antigo meu [...] eu acho que eu tinha colocado sobre o PJC [...] no PJC eu tinha dezesseis anos ainda [...] consegui arrumar emprego um ano depois, acho que um ano depois, mais de um ano depois. Como tinha mais de um ano que eu tinha feito o curso, eu não coloquei no currículo não. (JOVEM PARTICIPANTE 16, 2010). (Grifo nosso).

Quando se considera a situação dos egressos no momento da realização das entrevistas – ou seja, cerca de três anos após a conclusão do PJC pelos entrevistados – doze jovens (75%) encontravam-se empregados<sup>66</sup>, e nove (56%) possuíam vínculo empregatício formal, expresso através do registro em sua CTPS.

Não se pode perder de vista a situação do grupo representado pelos jovens que não conseguiram se colocar no mercado de trabalho ou o fizeram precariamente: quatro dos concluintes entrevistados não tinham ocupação no momento da entrevista, dentre os quais dois exerceram alguma atividade na área de vendas, sem que pudessem permanecer no mercado.

O grupo que declara estar ocupado configura um quadro diversificado. Entre os que exerciam atividade profissional no momento da entrevista, o emprego formal, configurado pelo registro da atividade em CTPS, não foi alcançado por apenas três dos jovens egressos atualmente empregados, sendo que um deles encontra-se envolvido em trabalhos domésticos, um trabalhava no comércio e outro trabalhava em uma academia de ginástica, recebendo honorários como horista. Este dado

---

<sup>66</sup> Inclui-se entre os empregados um egresso que havia terminado um estágio e declarou que iniciaria o trabalho dali a dois dias.

revela um percentual de formalidade na relação de trabalho, frente ao total do grupo de egressos empregados, de 75%.

De doze ex-participantes que se diziam empregados no momento da entrevista, apenas quatro jovens (25%) exerciam atividades relacionadas ao setor de comércio. Dos quatro jovens empregados no segmento comercial, três trabalhavam com carteira assinada e um alegou não possuir contrato de trabalho em função de estar trabalhando em caráter temporário. Cabe lembrar que o trabalho temporário não exige o empregador do registro em CTPS. Os demais componentes do grupo de egressos empregados estavam distribuídos por diferentes áreas: área administrativa, academia, segurança, etc...

Um aspecto desse problema torna-se perceptível quando se considera o ingresso e a permanência dos concluintes do PJC no setor do comércio. Além dos quatro jovens mencionados acima e que exerciam atividades relacionadas ao segmento comercial, um jovem manifestou ser trabalhador do comércio, mas encontrava-se desempregado quando entrevistado. Desta forma, percebe-se que o contingente de jovens que associa sua condição de emprego e possível formação de carreira ao segmento comercial é de cinco jovens, ou 31% do grupo estudado. Outros jovens, antes mencionados, desenvolveram atividades no setor comercial, sem que nele permanecessem e sem, portanto, que fossem confrontados com a possibilidade de formação de carreira, nesse setor.

Segundo o Jovem Participante 13 (2010),

eu trabalhei na área do comércio um bom tempo. Eu trabalhei [...] eu acho que uns [...] 10 meses na área de comércio, né? Primeiro, na loja Avenida, depois eu passei pra área de atendimento, que foi no Bretas, depois eu voltei pra área de atendimento também [...] em recepção que foi no [...] na empresa da UBP, da Uberaba Petrolífera, de petróleo, e agora que eu saí da UBP e comecei a trabalhar na área de segurança. (Grifo nosso).

Este depoimento exemplifica um problema que atinge o segmento comercial, representado pela elevada rotatividade de empregos. Nenhum dos jovens hoje colocados no comércio, em um horizonte de tempo relativamente curto para uma carreira profissional, permanece no mesmo emprego desde sua saída do PJC. Este dado conduz à constatação de possíveis dificuldades de formação de carreira no segmento, sobretudo no caso dos trabalhadores em início de vida profissional.

A rotatividade de trabalhadores no comércio em Uberaba pode estar associada à ausência de possibilidades concretas de crescimento profissional nos empreendimentos comerciais locais, em sua maioria de micro e pequeno porte, além da inexistência de uma política de remuneração que preveja comissões associadas ao incremento das vendas. Diagnóstico empresarial recentemente desenvolvido naquela cidade pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), em parceria com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), a Câmara dos Dirigentes Lojistas de Uberaba (CDL Uberaba), a Associação Comercial e Industrial de Uberaba (ACIU) e a Prefeitura Municipal de Uberaba (PMU) mostrou que a gestão de pessoas nos empreendimentos de comércio de rua de Uberaba demandava atendimento prioritário por iniciativas que promovessem seu aprimoramento. (SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM COMERCIAL - SENAC, 2010).

Desenvolvemos, até o momento, a ideia de que os entrevistados reconhecem, em sua maioria (75%), as contribuições proporcionadas pelo PJC para sua empregabilidade. Segundo o Jovem Participante 11 (2010), “[...] [o projeto] contribuiu, né, com aprendizagem e aperfeiçoamento [...] lá [enquanto frequentava o PJC] eu tive um [emprego] e agora voltei pra outro [...] depois do curso é o primeiro [...] as duas [experiências] com carteira assinada.” (Grifos nossos).

A análise dos depoimentos dos jovens à luz dos objetivos específicos de pesquisa mostra, na análise inicial até agora desenvolvida, um quadro de empregabilidade satisfatória dos jovens egressos no horizonte de tempo de quatro anos após o encerramento das atividades do projeto, uma vez que 75% (doze jovens) encontravam-se empregados no momento de entrevista. No entanto, se comparada à taxa de ocupação dos jovens de quinze a 24 anos de idade no mês de maio de 2010, segundo a Pesquisa Mensal de Emprego do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que foi de 82,6%<sup>67</sup>, a ocupação dos jovens egressos do PJC pode ser considerada relativamente baixa. (IBGE, 2010a).

---

<sup>67</sup> A taxa foi calculada com base no percentual de Pessoas Ocupadas no grupo etário, sobre o total da População Economicamente Ativa (PEA) na semana de referência de maio de 2010. Havia, no período e universo pesquisado, 3.464 pessoas ocupadas e 729 desocupadas, dentro do grupo etário de interesse.

A esse respeito é importante destacar que são classificadas como ocupadas pelo IBGE “as pessoas que tinham trabalho<sup>68</sup> durante todo ou parte desse período. Incluíram-se, ainda, como ocupadas as pessoas que não exerceram o trabalho remunerado que tinham no período especificado por motivo de férias, licença, greve, etc.” (IBGE, 2010a).

Quando o problema é visto sob a ótica das percepções e avaliações dos entrevistados, a situação não é muito diferente. Os jovens tendem a enunciar ganhos efetivos, mas algumas restrições são apontadas, entre elas, marcadamente, com referência ao encaminhamento e inserção dos participantes no mundo do trabalho. As avaliações, nesta direção, podem ser sintetizadas com o depoimento da Jovem Participante 8 (2010), quando diz que:

[...] eu acho que teria [que] dar mais ênfase na questão de tentar não digo assim de arranjar um emprego mas de apresentar as pessoas que fez o curso, dar uma carta de apresentação [...] até ingressar mesmo as pessoas no mercado de trabalho, porque isso aqui pelo menos quando eu fiz faltou. (Grifo nosso).

É necessário deixar claro, contudo, que a avaliação geral do grupo em relação ao projeto é favorável: dos dezesseis jovens entrevistados, quinze (94%) afirmam perceber os resultados alcançados em decorrência de diversos motivos, associados à inserção no mercado de trabalho, à condição de emprego, ao aumento da qualificação ou mesmo à socialização.

Neste sentido, observa-se que o conjunto das ações oferecidas pela estrutura do projeto em seu todo foi percebida como elemento favorável por parte dos jovens egressos, contribuindo para suplantar possíveis frustrações de expectativas iniciais. De forma geral, doze (75% do total de concluintes entrevistados) manifestaram

---

<sup>68</sup> A PME não traz uma definição do que entende por trabalho. O conceito de trabalho adotado pelo IBGE em outras pesquisas e análises é o de “[...] exercício de: a) ocupação remunerada em dinheiro, produtos, mercadorias ou em benefícios, como moradia, alimentação, roupas etc., na produção de bens e serviços; b) ocupação remunerada em dinheiro ou benefícios, como moradia, alimentação, roupas etc., no serviço doméstico; c) ocupação sem remuneração na produção de bens e serviços, exercida durante pelo menos uma hora na semana: em ajuda a membro da unidade domiciliar que tem trabalho como empregado na produção de bens primários (atividades da agricultura, silvicultura, pecuária, extração vegetal ou mineral, caça, pesca e piscicultura), conta-própria ou empregador; em ajuda a instituição religiosa, beneficente ou de cooperativismo; ou como aprendiz ou estagiário; d) ocupação exercida durante pelo menos uma hora na semana: na produção de bens do ramo que compreende as atividades da agricultura, silvicultura, pecuária, extração vegetal, pesca e piscicultura, destinados à própria alimentação de pelo menos um membro da unidade domiciliar; ou na construção de edificações, estradas privadas, poços e outras benfeitorias, exceto as obras destinadas unicamente à reforma, para o próprio uso de pelo menos um membro da unidade domiciliar.” (IBGE, 2010b).

associar a evolução em seu potencial de empregabilidade com a participação no projeto.

Apesar de a expectativa para alcançar uma colocação no mercado de trabalho ter sido a motivação de ingresso da maioria dos jovens – doze (75%) dos dezesseis entrevistados – a frustração desta expectativa parece ter prejudicado a avaliação do grupo que não obteve colocação apenas parcialmente. Há, no grupo de jovens que manifestou ter ingressado no PJC com vistas ao primeiro emprego, três jovens (25%) que não se encontram, atualmente, colocados no mercado de trabalho. Destes, dois (66%) jovens manifestam associar a participação no projeto com uma possível evolução de sua condição de empregabilidade.

#### **4.1.2 O PJC e a evolução da condição escolar de seus egressos**

A associação entre a participação no PJC e a evolução em sua escolaridade é reconhecida pela maioria dos jovens (doze). Segundo o Jovem Participante 13 (2010), quando questionado sobre o entendimento de que sua participação no PJC havia contribuído para a continuidade de seus estudos,

[...] [o projeto] contribuiu, sim, depois do curso que eu tive mais motivação pra estar continuando [...] o pessoal do curso mesmo, os professores e os gestores do curso me incentivaram bastante pra estar entrando num curso superior depois [...] me deu bastante apoio na área de estudo mesmo, me incentivando bastante. (Grifo nosso).

Percebe-se, no depoimento do Jovem Participante 13, o engajamento da equipe gestora do projeto, bem como o da equipe de profissionais envolvidos na formação profissional com o incentivo à permanência dos jovens na escola com consequente ingresso em níveis mais avançados de ensino. Ainda neste sentido, de acordo com a Jovem Participante 5 (2009),

Ah, sim, a metodologia que os professores usavam [...] e eles passavam pra gente essa importância, né, de estudar, de continuar depois do curso, quer seja na área que for. Eu acho que os professores estimularam muito a gente a continuar estudando, mesmo depois do curso. (Grifo nosso).

Por outro lado, não encontramos nos depoimentos do grupo de jovens quaisquer menções a ações complementares com os demais agentes sugeridos pelo Termo de Referência do PJC em seu subitem 7.4.3, que sugere a participação

de familiares, lideranças comunitárias, profissionais, atletas, artistas, que debatessem com os jovens sobre a importância e o papel da escola em seu processo de desenvolvimento pessoal e profissional. (BRASIL, 2006).

Atualmente, dos dezesseis concluintes entrevistados, nove (56%) continuam estudando, sendo que, destes, seis (37,5% do total) encontram-se cursando o ensino superior, dos quais dois jovens no curso de Administração, um jovem no curso de Design de Interiores, um jovem no curso de Educação Física, um jovem no curso de Direito e um jovem no curso de licenciatura em Biologia. Um jovem encontra-se com matrícula trancada no curso de Direito e manifesta interesse em concluir seu curso. Os dois jovens participantes que hoje se encontram cursando administração identificaram associar os conhecimentos auferidos por ocasião do curso de Vendedor de Comércio Varejista (VCV) com os conhecimentos estudados no curso de Administração.

Para concluir esse item, mencionaremos dois outros aspectos ressaltados pelos participantes como relevantes para suas vidas, não contemplados nos itens anteriores.

Um desses aspectos diz respeito à valorização pessoal produzida no participante pelo envolvimento em atividades como as proporcionadas pelo programa, conforme pode-se observar no depoimento da Jovem Participante 1 (2009) que afirma:

[Minha mãe me] via como à toa, né, sem fazer nada o dia inteiro em casa, só ela trabalhando, só ela fazendo as coisas [...] então [...] depois eu fiquei com mais responsabilidade de ter horário do curso, entrada e saída, de estar correndo, ir para a escola. (Grifo nosso).

Neste cenário, frente a um pai (ou mãe) mantenedor, o jovem identifica a possibilidade de apresentar condições efetivas de contribuição com a manutenção do exercício da própria responsabilidade frente a seus atos e necessidades, o que é motivador para o aumento de sua escolaridade, uma vez que, mais e mais, se envolve com as próprias iniciativas.

E ainda, conforme o Jovem Participante 4 (2009),

A gente aprende mais sobre os direitos da gente mesmo [...] Quando eu comecei o curso eu não tinha nenhuma noção do que é ética e cidadania, agora a pessoa pode perguntar que eu vou saber formalmente. Pode ser na escola, ou então se eu arrumar um emprego, o que está exigindo também é a escolaridade e a ética e

cidadania, a postura, é o que mais se está exigindo no serviço, quando você vai arrumar um emprego. Eu acho que foi isto que contribuiu demais. (Grifo nosso).

Esta declaração indica a valorização dos conhecimentos relativos à ética, cidadania e direitos humanos, contemplados em um eixo específico do PJC e que, muito embora não sendo objeto específico de investigação durante o processo de pesquisa, foi relacionado por alguns dos jovens como elemento de fortalecimento de laços com o mercado de trabalho.

#### **4.2 A questão dos evadidos e desistentes**

Durante a análise da composição do grupo de participantes da qualificação de VCV do PJC em sua edição de Uberaba em 2006-2007, chamou-nos a atenção o fato de que 68 jovens, dos 153 inicialmente inscritos para participarem do projeto, abandonaram-no sem completar, ou mesmo sem iniciar sua participação.

Este elevado percentual sugeriu a investigação dos motivos que teriam levado estes jovens a deixar de lado uma oportunidade de supostamente alcançar uma primeira oportunidade de emprego.

A investigação foi procedida através da entrevista a um grupo de oito jovens evadidos ou desistentes, sendo que não houve critério de escolha entre eles, a não ser o da possibilidade de contato através dos registros fornecidos no momento do ingresso (essencialmente números telefônicos).

Foi elaborado um instrumento de entrevista<sup>69</sup> específico que qualificasse os jovens, de forma similar ao roteiro de entrevistas aplicadas aos concluintes do projeto, porém, não foram abordadas as questões relativas aos resultados alcançados com a participação no PJC. Nesse caso, tinha-se o propósito direcionado para o mapeamento das razões que levaram os jovens a abandonar o projeto – vários deles, como se mostrou anteriormente, sem frequentá-lo – o que permitiria verificar se esses motivos apresentam relação com a concepção ou a operacionalização do PJC, agregando, portanto, um elemento que poderia complementar sua avaliação.

No entanto, os jovens entrevistados não revelaram quaisquer razões que se mostrassem relacionadas à concepção ou operacionalização do projeto. Para quatro

---

<sup>69</sup> O roteiro de entrevista aplicado aos jovens evadidos e desistentes encontra-se no Anexo F, p. 163.



deles, metade do grupo, portanto, o motivo do abandono diz respeito à obtenção de uma oportunidade de trabalho. Assim, a razão que os levou, em sua maioria, a ingressar no projeto é a mesma que os leva a abandoná-lo: uma primeira oportunidade de trabalho.

Em um dos casos de abandono da ação, uma jovem fez menção à dificuldade de conciliação entre escola e atividades inerentes ao projeto. Outra jovem mencionou dificuldades em conciliar o tempo envolvido nas atividades do projeto com os cuidados de um filho pequeno<sup>70</sup>. Em dois casos, os entrevistados não declararam motivos específicos para abandonar o projeto, e alegaram perda de vontade de frequentar as atividades relacionadas ao PJC.

Ainda que interessantes, as razões alegadas pelos jovens para abandonar o PJC não apresentam relação com a estrutura ou operacionalização do projeto. Desse ponto de vista, portanto, possuem pouca relevância para os objetivos desse estudo.

#### **4.3 A visão do gestor do PJC**

Com a finalidade de avaliar a condução da edição do PJC em Uberaba prospectando possíveis dificuldades ou peculiaridades na edição local, procedeu-se a entrevista com um o gestor do projeto na edição de Uberaba em 2006-2007.

O roteiro de entrevista<sup>71</sup> foi, como no caso dos demais entrevistados, desenvolvido de forma semi-estruturada e foi articulado com a finalidade de estabelecer um quadro que possibilitasse a contextualização do projeto em Uberaba, bem como identificar relações entre as ações desenvolvidas em seu escopo e suas possíveis implicações sobre empregabilidade, escolaridade e a percepção dos jovens egressos, bem como a avaliação do gestor acerca de possíveis resultados alcançados.

Para tanto, articulou-se o roteiro de entrevista com o gestor em cinco blocos. O primeiro bloco voltou-se para a formação do quadro local em que se desenvolveu

---

<sup>70</sup> Os motivos de abandono apresentados pela metade do grupo entrevistado mostram alinhamento com aqueles apresentados pelos jovens do sexo masculino na pesquisa “Juventudes Brasileiras”, realizada pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), em 2004, que indicou que 42,2% dos jovens do sexo masculino que abandonavam os estudos o faziam em função de uma oportunidade de trabalho. Já para os indivíduos do sexo feminino, a principal razão de abandono é a gravidez (21,1%). (IPEA, 2008).

<sup>71</sup> O Roteiro de Entrevista com o Gestor encontra-se no Anexo F, p.163.

o projeto. Buscou-se com os questionamentos formulados neste momento inicial da entrevista identificar possíveis componentes políticos que influíssem diretamente no estabelecimento de metas e na operacionalização do projeto, bem como contextualizá-lo no contexto geral do município naquele momento.

O segundo bloco de questões do roteiro de entrevista realizada com o gestor do projeto voltou-se para a inserção dos jovens no mercado, buscando identificar ações que foram conduzidas com vistas à promoção deste elemento estruturante do projeto, que almejava a meta de 30% de colocação dos egressos. Procurou-se também identificar possíveis fatores dificultadores desta colocação que levariam a possíveis insucessos.

O terceiro bloco de questões foi dirigido à escolha das ocupações para as quais foi promovida a qualificação de jovens. Procuramos com as questões formuladas identificar os motivos que levaram a equipe gestora do projeto a escolher as ocupações a serem oferecidas no momento da qualificação dos jovens. Ao mesmo tempo, buscou-se identificar as ações e critérios adotados para identificar a real demanda por educação profissional no município de Uberaba, ou seja, quais seriam as ocupações das quais o município era mais demandante e poderia, por conseguinte, absorver com maior facilidade os jovens egressos.

Com as perguntas do quarto bloco de questões tentamos identificar possíveis ações de acompanhamento da trajetória dos jovens após a conclusão da ação. Entende-se que a simples realização das ações sem continuidade de acompanhamento dificilmente produziria efeitos duradouros na condição de colocação dos jovens egressos no mercado. Procurou-se com as questões deste bloco, avaliar a percepção do gestor a este respeito, bem como identificar a realização, ou não, destas ações.

Por fim, no quinto bloco, foi franqueada a palavra ao gestor para que ele complementasse informações relativas aos outros quatro blocos de questões e ajudar a compor, através de sua própria leitura, o quadro geral do PJC em Uberaba.

O gestor entrevistado afirmou, inicialmente, não ter participado da movimentação política que antecedeu o início das atividades do PJC em Uberaba, não tendo, por isto, grandes conhecimentos deste momento, o que impossibilitou a composição do quadro político que antecedeu o início das ações do PJC e que porventura possa ter influído em sua condução.

As colocações do Gestor do Projeto podem ser subdivididas em três momentos distintos da realização do projeto: planejamento, operacionalização e pós-implantação.

O gestor aponta dificuldades de vulto no momento do planejamento das ações envolvidas no projeto. Segundo o Gestor do Projeto, “[...] o Juventude Cidadã veio num número muito grande de jovens participantes do programa [...] seriam 2.000 jovens para uma cidade que não respondia a essa demanda. Foi um problema assim muito grave que nós, depois, até questionamos.”

Essa afirmação do Gestor do Projeto é referendada por dados indicados anteriormente no Capítulo 1. O critério de distribuição de recursos e disponibilização de vagas por município foi definido através do Saldo de Movimentação do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED)<sup>72</sup> do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) nos últimos doze meses (BRASIL, 2006). O levantamento do Saldo de Movimentação nos meses que antecederam o início do PJC em Uberaba revelou, conforme indicado na Tabela 1, à p. 35, uma redução que enquadraria a quantidade de vagas a ser ofertada, em 750, número que representaria menos da metade das vagas efetivamente oferecidas. Esta movimentação indicava necessidade de cuidado no dimensionamento das vagas, sob pena de colocar em risco as possibilidades de inserção dos jovens egressos do projeto.

Observa-se, acima de tudo, uma diferença muito grande entre as faixas de oferta de vagas – entre a faixa de 750 e a de 2000 jovens não há intermédio. O PROJOVEM, programa que hoje encampa o PJC, traz em seu Termo de Referência (BRASIL, 2010k) critérios ampliados de dimensionamento da distribuição de recursos, valendo-se de variáveis que buscam embasar melhor a alocação da verba entre os diferentes municípios. Assim, o PROJOVEM estabelece em seu modelo de definição de metas, a utilização de indicadores como a taxa de desemprego juvenil; taxa de participação na vulnerabilidade sócio-econômica juvenil; a média do saldo do Cadastro-Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) dos últimos três anos e o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) da localidade. Este modelo, conforme a documentação normativa do programa, seria aplicado a números relativos às unidades federativas, e não aos municípios que, apesar disto, são entes gestores do programa. Neste sentido, o critério se perde, a partir do momento em

---

<sup>72</sup> A questão do dimensionamento da quantidade de vagas oferecidas no PJC em Uberaba é discutida no Capítulo 1, p. 34 desta dissertação.

que não se estabelece regras específicas de distribuição para as unidades municipais, mas sim, estaduais, que, por sua vez, têm ação limitada na esfera local. No entanto, observa-se tratar de um modelo que pondera variáveis mais adequadas à movimentação do emprego dos jovens, que incluem indicadores específicos da faixa etária em questão.

Ao mesmo tempo, ainda na etapa de planejamento, na avaliação do Gestor do Projeto, a definição da quantidade de vagas destinadas a Uberaba, bem como o estabelecimento das ocupações para as quais se deveria formar os jovens, com vistas a promover sua efetiva colocação no mercado de trabalho, deveria ter sido embasada em critérios técnicos que estabelecessem a real necessidade de pessoas qualificadas para os respectivos segmentos e carreiras então demandadas pelas empresas uberabenses.

O contato com as empresas locais, aquelas que possivelmente receberiam os jovens formados, somente foi promovido após grande parte do transcurso da formação destes, já na operacionalização da ação. Segundo o Gestor do Projeto, “[...] como nós não tínhamos experiência na área, no início, nós deixamos o programa acontecer e lá quase no final é que nós corremos atrás das empresas.” (2010).

Este avançado momento de execução já não permitia mudanças, possivelmente necessárias, em virtude da existência de prazo limite para prestação de contas ao MTE e que não permitiria alterações de curso. Neste sentido, desconsiderou-se uma premissa estabelecida pelo Termo de Referência do PJC e pelo PNPE que era o envolvimento dos agentes empresariais que deveriam ser mobilizados, inclusive através de incentivos econômicos, na formação da demanda para efetiva colocação dos jovens. (BRASIL, 2006).

Outra limitação apontada pelo entrevistado diz respeito à formação da equipe gestora. Não teria havido, segundo ele, ações específicas quanto à qualificação ou quantidade de pessoas envolvidas na condução da ação, o que dificultou o acompanhamento da execução e limitou a condição de produção de efeitos positivos.

Já na fase de operacionalização do PJC, o Gestor faz considerações acerca de dificuldades no processo de inscrição dos jovens que teriam sido provocadas por insuficiências no planejamento. Nas palavras do Gestor,

Então, nós devíamos ter feito, assim, uma leitura crítica do programa. Pra entender porque o programa estava na cidade, qual é a demanda do programa, quem são as pessoas que vão participar desse programa. Isso não aconteceu. Outro problema também aconteceu na hora que nós fomos fazer a inscrição [...] por ordem de chegada. Então, o menino que chegou primeiro escolhia qual curso que ele queria fazer. (GESTOR DO PROJETO, 2010). (Grifo nosso).

A definição de vagas sem critério embasado na demanda real de mercado de trabalho, que poderia ter sido definida através de pesquisas entre os diversos agentes empresariais locais, implicou em oferta desalinhada com a necessidade por formação de pessoas das empresas de Uberaba, tanto em vulto (quantidade total de pessoas formadas), quanto em escopo (formações oferecidas). Conseqüentemente, o critério de acesso às vagas por parte dos jovens, baseado na ordem de chegada e escolha, contribuiu para o baixo aproveitamento por parte dos egressos e para posteriores dificuldades de colocação no mercado, decorrentes de formação insuficiente, uma vez que muitos dos participantes não possuíam preparação anterior adequada para ingresso em alguns dos cursos escolhidos, e essa opção teria se dado em função de uma suposta facilidade de colocação no mercado de trabalho.

Nas palavras do Gestor do Projeto (2010),

Se nós tivéssemos feito uma leitura [...] vamos dizer assim, mais crítica, nós poderíamos ter colocado alguns quesitos básicos pro menino fazer o curso. Então você pega assim, o menino que vai fazer vendedor, varejista, então precisa ter [...] vamos dizer [...] pelo menos o ensino médio [...] pra ele ter uma noção de saber [...] falar bem [...] saber entender o que está sendo passado. O menino que vai fazer o curso de informática, da mesma forma. Então esses meninos eles escolhiam por quê? Eles escolhiam na idéia de que era mais fácil de arrumar emprego, mas, tinham outros fatores que inviabilizavam isso. (Grifo nosso).

Essa dificuldade com pré-requisitos de ingresso para algumas ocupações, segundo o Gestor do Projeto (2010), implicou na movimentação de alguns jovens entre as diferentes turmas que se voltavam às diferentes formações e, em outros casos, na interrupção da participação no projeto, decorrente da dificuldade de acompanhamento. Assim, um jovem que, inscrito em um curso para o qual demonstrava maior dificuldade de aproveitamento, foi remanejado para outro curso para o qual apresentaria maior facilidade de conclusão e chegar ao final do projeto.

Desta forma, a insuficiência de critérios de triagem, orientação e encaminhamento<sup>73</sup> dos jovens às diferentes formações, ocasionou deficiências relativas à possível condução do egresso à qualificação em uma ocupação para a qual não apresentava vocação. Depreende-se desta situação uma relação entre a movimentação dos jovens por diferentes ocupações e a elevada taxa de evasão do projeto, decorrente da desmotivação pela atuação em campos para os quais não apresentavam interesse ou vocação.

Ao mesmo tempo, as movimentações dos jovens entre os diferentes programas, voltados às diferentes ocupações, contribuíram para a elevação da taxa de evasão dos participantes, não só pela questão da dificuldade de identificação da vocação dos mesmos, mas por problemas relativos ao sistema de registro escolar informatizado da executora que manteve o cadastro dos jovens inscritos e movimentados e qualificou-os como evadidos. Assim, um jovem que figurava como evadido em uma determinada ocupação, não necessariamente evadiu-se do projeto, mas foi movimentado para outra ocupação em decorrência de dificuldades de aproveitamento e foi classificado como evadido naquela ocupação.

Segundo o Gestor do Projeto (2010), foram beneficiários das ações do PJC em Uberaba, aproximadamente<sup>74</sup> 1.789 jovens, número inferior aos 2.000, inicialmente propostos. Ao final da ação, procedeu-se a apuração da inserção destes jovens no mercado de trabalho através de parceria estabelecida com a Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social (DATAPREV) que indicou a colocação efetiva de aproximadamente 496 egressos, ou seja, aproximadamente 28% dos jovens inicialmente inscritos.

A meta de inserção de 30% foi buscada através da criação de uma cooperativa de serviços, cujo projeto fora encaminhado à PMU e que seria criada e acompanhada pela equipe do projeto posteriormente à sua conclusão. Cabe lembrar que a documentação normativa do PJC estabelecia a possibilidade de colocação dos jovens através de formas alternativas de ocupação e geração de renda e que

---

<sup>73</sup> Não houve, na condução das ações prévias à realização do PJC em sua edição de Uberaba, qualquer envolvimento de psicólogos ou assistentes sociais que pudessem ter auxiliado no encaminhamento dos jovens a um ajustamento mais refinado quanto a seu perfil e a suas vocações e as ocupações efetivamente oferecidas pelo projeto.

<sup>74</sup> Foram realizadas diversas tentativas junto à FETI para ter acesso aos relatórios do PJC na edição de Uberaba, sem sucesso. Desta forma, valemo-nos dos números informados pelo Gestor do Projeto para promover uma avaliação quantitativa da inserção dos egressos.

incluíam o cooperativismo. Este projeto não foi levado a cabo e, portanto, a meta quantitativa do projeto não alcançada. (Gestor do Projeto, 2010).

A proposição de criação da referida cooperativa, com posterior acompanhamento da manutenção de sua existência por parte da equipe do projeto, constituiu-se, no entendimento do entrevistado, em ação que visava a continuidade das ações do PJC. No entanto, após o encerramento do prazo de execução pactuado entre o MTE e a Prefeitura Municipal de Uberaba (PMU) nenhuma ação foi conduzida, fazendo com que não houvesse acompanhamento ou repercussão das ações. No entendimento do Gestor do Projeto, este acompanhamento poderia produzir resultados mais efetivos com relação à inserção dos jovens no mercado de trabalho.

Nesse sentido, o caráter ocasional do projeto decorrente da necessidade de prestação de contas sobre a aplicação do recurso financeiro acabou por prejudicar a condução da ação, uma vez que a celeridade com que algumas ações aconteceram, prejudicou sua boa condução e fizeram com que iniciativas que viriam a contribuir para sua efetividade, fossem deixadas de lado a fim de atender a prazos contratuais celebrados entre entes executores.

Na avaliação do entrevistado foram empreendidas ações que incentivaram a manutenção dos jovens na escola. Há que se destacar, em relação a esta questão, dois aspectos. Um referente ao aumento real de escolaridade dos jovens, que somente poderia ter sido acompanhado em horizonte de tempo ampliado, condição esta que, conforme foi apontado acima, não aconteceu; Outro, caracterizado pelo incentivo ao regresso à escola e manutenção da condição escolar durante a participação no projeto, o que efetivamente ocorreu, nos dizeres do Gestor do Projeto (2010), como se pode perceber abaixo, quando questionado acerca de efeitos sobre o aumento da escolaridade:

[...] nós mandávamos questionários praticamente mensais pras escolas, pra saber se esse jovem estava na escola, pra saber se ele era frequente, se não era frequente, acompanhamos também o boletim desses jovens pra sabermos as dificuldades que eles apresentavam, inclusive no próprio programa nós criamos uma equipe [...] pra fazer um acompanhamento dessa juventude. Porque nós sabíamos que muitos desses jovens estavam afastados da escola há muito tempo. [...] Então, no campo da escolaridade, eu tenho plena consciência que nós conseguimos cumprir [...] não na totalidade, mas [...] nós caminhamos assim [...] pro êxito. (Grifo nosso).

No entanto, mais uma vez, como na questão da ampliação da empregabilidade, a manutenção de possíveis efeitos sobre a escolaridade de jovens não foi acompanhada após o encerramento das ações do projeto, o que faz com que possíveis resultados alcançados se percam.

Com relação à avaliação de resultados, a produção de relatórios para remessa ao MTE foi baseada exclusivamente em critérios quantitativos que justificassem a aplicação dos recursos públicos, de acordo com o depoimento do entrevistado. O foco não residiu em condições qualitativas que pudessem permitir, quer seja melhores resultados em novas edições de projetos similares na mesma cidade, quer seja contribuições para o desenvolvimento do projeto no sentido de aprimorar edições em outras localidades.

Por fim, após a análise das entrevistas aplicadas aos atores envolvidos na condução do PJC, entende-se que apesar das dificuldades decorrentes de um planejamento pouco condizente com a realidade local e das questões relacionadas à sua operacionalização e acompanhamento, o grupo de jovens egressos do PJC em Uberaba percebeu evolução em sua condição de escolaridade e empregabilidade.

A taxa de ocupação (75%) dos egressos do curso de Vendedor de Comércio Varejista, apurada através das entrevistas realizadas, após o projeto aproxima-se da taxa de ocupação para o segmento jovem da população apropriada pelo IBGE, principalmente considerada a amplitude da segmentação de ocupação adotada por aquele instituto. Entende-se ser possível que, solucionados os problemas de planejamento, gestão e acompanhamento posterior do PJC, resultados melhores poderiam ser alcançados, tanto na colocação dos jovens quanto na formação de carreira no segmento comercial, posto que este se encontrava em ampliação do número de contratações.

A análise da escolarização dos jovens egressos do PJC mostrou que muitos deles chegaram ao ensino superior e, de forma complementar, encontrou-se um quadro de formação ou inclusão no ensino médio. No entanto, não constataram-se iniciativas de acompanhamento sistemático, por parte da equipe gestora do Projeto, da evolução da escolaridade destes jovens.

Em relação à avaliação de resultados efetivos do projeto, não foram observadas iniciativas de avaliação qualitativa dos resultados alcançados pela edição do PJC em Uberaba, quer seja pelo agente financiador (MTE), quer seja pelo agente executor (PMU), o que revela preocupação acentuada com a prestação de



contas da efetiva aplicação de recursos públicos, mas não demonstra foco na evolução qualitativa do projeto, quer seja para novas edições na mesma localidade, quer seja para edições futuras em outros municípios. O foco qualitativo poderia contribuir sobremaneira para o desenvolvimento do projeto no contexto da política pública na qual ele se insere, a Política Nacional de Juventude (PNJ).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A construção dessa dissertação fez-se em torno de grandes questões relacionadas à temática que se propôs analisar, qual seja, aquela afeita ao Projeto Juventude Cidadã (PJC). Tentaremos, a título de considerações finais, problematizar algumas questões relacionadas aos campos da juventude, da educação e do trabalho, campos estes em cujos âmbitos o PJC buscava alcançar resultados.

Em primeiro lugar, em relação à natureza e à gestão do PJC, cabe mencionar que ele se situa entre os três campos anteriormente mencionados, igualmente problemáticos, seja no Brasil ou em diferentes países, onde são alvo de estratégias propostas pelos governos locais engendradas em planos propugnados por organismos internacionais, como, por exemplo, a Organização das Nações Unidas (ONU), através de sua Declaração do Milênio.

Dada a complexidade da relação entre os campos ora em análise (juventude, educação e trabalho), entende-se que o pensamento de Delors acerca das políticas educativas aplica-se a quaisquer medidas no campo social que pretendam, efetivamente, produzir mudanças no quadro existente, seja quanto a sua natureza, ou quanto a sua gestão. A tal respeito, Delors afirma que:

[...] as políticas educativas devem ser políticas a longo prazo, o que supõe que fica assegurada a continuidade das opções e concretização das reformas. Este motivo porque, em educação, se deve ultrapassar a fase das políticas de vista curta ou as reformas em cascata que são postas em causa a cada mudança de governo. Esta capacidade de antecipação deve apoiar-se numa análise rigorosa da situação dos sistemas educativos: diagnósticos confirmados, análise prospectiva, informação sobre o contexto social e econômico, conhecimento das tendências mundiais da educação, avaliação de resultados. (1998, p. 175).

Assim, enfatiza-se a necessidade de uma política de estado de longo prazo, que valorize as questões educacionais às quais destinam atendimento e que possibilite a correta prospecção de demanda, do contexto social e econômico e o devido acompanhamento dos egressos das ações e projetos inseridos em seu contexto, processo que ainda recebe cuidados frágeis no país e que, claramente, não foram observados na implantação do PJC em sua versão em Uberaba em 2006-2007.

Da maneira como as medidas da natureza do PJC foram implantadas, reforça-se o caráter fragmentário e ocasional de ações voltadas para o campo das políticas públicas, caráter para o qual os estudiosos vem, há algumas décadas, chamando a atenção insistentemente. Não se trata, portanto, de uma característica do atual governo. As ações conduzidas no bojo das políticas públicas em curso no país e envolvidas nos campos da juventude, da educação e do trabalho coadunam com esse princípio. No dizer de Kuenzer (2006), essa característica impede a instalação de “[...] uma *política de Estado* que contemple, de forma orgânica, o financiamento e a gestão pública.” (p. 903). (Grifo do autor).

Em relação à forma de gestão, a formação de 2000 jovens teria sido superdimensionada para a cidade de Uberaba, consideradas as dificuldades enfrentadas pelo grupo de coordenação do projeto, no momento da inserção dos jovens, na visão do Gestor do Projeto. Este apontou, ainda, falhas na especificação das carreiras indicadas para a qualificação dos jovens, uma vez que as empresas locais não foram acionadas previamente, na busca da identificação da demanda por formações existente no mercado de trabalho de Uberaba. Houve, assim, um desalinhamento entre as carreiras oferecidas e a demanda por formação das empresas uberabenses, o que, certamente, impactou as possibilidades de emprego dos jovens egressos.

A formação para o empreendedorismo, forte elemento da documentação de referência do PJC, continua constante na documentação de referência dos programas e projetos que o seguiram, como no caso do PROJOVEM. Ainda neste sentido, o incentivo da iniciativa individual de ingresso dos jovens no mercado de trabalho segue sendo aceita como indicativo de alcance de meta de inserção, através de ações como a abertura de microempresa, aquisição de máquinas ou participação em cooperativas, como, mais uma vez, é o caso do PROJOVEM. (BRASIL, 2010k).

Entende-se importante que os jovens brasileiros sejam formados em conhecimentos como o empreendedorismo e o protagonismo, a fim de que tenham iniciativa frente às dificuldades que, muitas vezes, fazem-se presentes no momento de seu ingresso no mercado de trabalho. Porém, não é possível entender que o fornecimento destas ferramentas exima o poder público de prover políticas que efetivamente estimulem a inserção destes jovens no mercado de trabalho, deixando-os à própria sorte.

Em segundo lugar, ainda em relação à forma de gestão, mas mais especificamente quanto à questão da duração das ações envolvidas em políticas públicas, é importante salientar que, na prática, o PJC mostrou-se uma ação de curto prazo, principalmente, se considerarmos a mudança de critérios do público alvo de atendimento, formas de gestão, resultados esperados, tanto de seu predecessor, o Serviço Civil Voluntário (SCV), quanto de seu sucessor, o PROJOVEM. As mudanças de critérios operadas nos programas e projetos acima descritos ocorreram, muitas vezes, sem que tivesse havido tempo para que elas produzissem os resultados pretendidos. Um indicativo disto é o fato de o PROJOVEM ampliar sua faixa de atendimento para os 29 anos sem que houvesse justificativa explícita, levando a entender que a faixa dos quinze aos 24 anos teria sido plenamente atendida, o que não é fato.

Nesse sentido, a ausência de planejamento calcado em “[...] diagnósticos confirmados, análise prospectiva, informação sobre o contexto social e econômico [...]”, conforme apontado por Delors (1998) e verificado na edição do PJC em Uberaba, conforme indicado pelo Gestor do Projeto, implicou em deficiências no estabelecimento de prioridades que prejudicaram o atendimento ao público jovem e, conseqüentemente, a relação orgânica, proposta por Kuenzer, entre a medida e a localidade.

Em relação à questão da avaliação de resultados, apontada por Delors como elemento de fortalecimento da visão de longo prazo no campo das políticas públicas educacionais, a ausência de apresentação de relatório qualitativo indicada pelo Gestor do Projeto aponta para deficiências no acompanhamento que não esteja calcado em números voltados à prestação de contas ao orçamento. Perde-se, com isto, a condição de desenvolvimento das ações e programas, inseridos no bojo de uma política consistente, baseada na análise qualitativa de suas edições anteriores.

Os aspectos até aqui mencionados falam do primeiro objetivo específico identificado para a presente pesquisa, o de contextualizar o PJC no bojo da política de qualificação profissional para a juventude hoje em andamento em nível nacional.

Em terceiro lugar, há que se considerar a questão da situação escolar e de trabalho da juventude brasileira. A análise de dados pesquisados e publicados por diversos e confiáveis organismos de pesquisa<sup>75</sup> trouxe-nos à composição de um

---

<sup>75</sup> A saber: IBGE, DIEESE, IPEA.

quadro de empregabilidade crescente e de evolução do número de anos de estudo da população na esfera nacional.

No entanto, há aspectos que apontam para a manutenção de condições problemáticas na escolarização dos jovens bem como em sua qualificação para o mercado de trabalho. Uma destas condições, apontada pela movimentação da taxa de desemprego para jovens, indica que esta, apesar de todos os esforços de incentivo à inserção juvenil no mercado de trabalho, ainda se encontra em patamares superiores ao dobro da taxa para o conjunto global da população. Esta condição é agravada pelo fato de a taxa de redução da condição de desemprego para jovens ser inferior à do restante da população. Assim, a evolução do desemprego juvenil, no Brasil, acontece segundo uma taxa superior à do restante da população. Em contrapartida, o movimento contrário se dá de forma mais lenta, o que acentua as diferenças.

Reforçando esta condição, observou-se, ao analisar a situação de trabalho e emprego para a população jovem de 2004 a 2008, haver, considerando-se os dados segundo a Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) do DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS (DIEESE), uma aparente ausência de alterações neste quadro. Ou seja, os percentuais da população juvenil que só estuda, somente trabalha, ou trabalha e estuda apresentaram pouca alteração entre os anos analisados. No entanto, mais preocupante é o dado referente à população que não se enquadra em nenhuma das situações descritas, ou seja, o jovem que não trabalha e não estuda, grupo este que teve seu percentual inalterado, frente à totalidade do conjunto do contingente, o que indica a permanência de problemas para os quais a política de juventude ora em desenvolvimento no país não produz resultados.

Os resultados de escolaridade dos jovens egressos do projeto demonstram evolução nesta questão. Todos os jovens participantes entrevistados haviam concluído ou estavam em curso do ensino médio e sete deles haviam alcançado o ensino superior, ainda que um deles tivesse trancado sua matrícula.

Os resultados de empregabilidade dos participantes demonstram-se alinhados com a tendência de aumento do nível de contratações no país, apesar de apresentar um número inferior (75%) ao da taxa de empregabilidade indicada pelo IBGE, é importante observar que a taxa de colocação calculada para os egressos do PJC leva em conta apenas a atividade remunerada e não considera a atuação em

atividades comunitárias e outras não remuneradas, aceitas pelo IBGE. Os aspectos mencionados falam dos resultados decorrentes da iniciativa de pesquisa na busca do alcance do objetivo de verificar a contribuição do PJC quanto à empregabilidade e o nível de escolaridade de seus egressos.

Por fim, mas não menos importante, há que se considerar os resultados de empregabilidade e escolaridade dos jovens egressos do PJC. A maioria dos egressos afirma perceber os efeitos produzidos por sua participação no projeto. Observa-se que, ainda que as expectativas iniciais em relação aos resultados do projeto não tenham sido plenamente atingidas, principalmente aquelas relacionadas ao primeiro emprego, para uma parcela destes jovens, outros componentes do projeto aparentam ter contribuído. Esta questão identificada no transcurso dos trabalhos de pesquisa fala do objetivo específico de avaliar a percepção dos egressos do projeto com relação à qualificação recebida e com relação aos efeitos desta sobre sua colocação no mercado de trabalho.

Como visto, a trajetória fragmentária da política de juventude, conduzida através de programas e ações desarticuladas, indica ainda haver passos a serem dados na busca de resultados efetivos. Nesse sentido, e sugerindo a intenção de fazer frente aos desafios da sistematização desta política, a recente promulgação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da Juventude<sup>76</sup>, pelo Congresso Federal, insere o termo jovem no capítulo dos Direitos e Garantias Fundamentais da Constituição Federal e traz à pauta a necessidade de cuidado constante com a questão juvenil e, em seu bojo, com o campo da educação e trabalho para jovens.

---

<sup>76</sup> A PEC da Juventude, uma vez promulgada, transformou-se na Emenda Constitucional nº. 65.

## REFERÊNCIAS

AMORIM, E.; BLANCO, M. (coord.) **As Condições de Vida dos Trabalhadores do Comércio dos Grandes Centros Urbanos do Brasil**. Rio de Janeiro: SESC, Departamento Nacional, 2007. 140p.

ANTUNES, R. **Adeus ao Trabalho?**: Ensaio sobre as Metamorfoses e a Centralidade do Mundo do Trabalho. São Paulo: Cortez; Campinas, SP: Editora de Universidade Estadual de Campinas, 2006. 200p.

ARENDT, H. **A condição humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997. 352p.

ARENDT, H. **O que é Política?** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. 240p.

ARISTÓTELES. **Política**. Coleção A Obra-Prima de Cada Autor. São Paulo: Martin Claret, 2005.

BANCO MUNDIAL. **Vulnerabilidade entre Crianças e Jovens: Pobreza, Exclusão e Risco Social em Cinco Estados Brasileiros**. Brasília: Banco Mundial, 2004. 144p.

BAYÃO JR., M. C. **Levantamento de dados de Participantes do Projeto Juventude Cidadã**. Uberaba, 2009.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2010. 281p.

BIANCHETTI, R. G. **Modelo Neoliberal e Políticas Educacionais**. S. Paulo: Cortez, 1997. 119p.

BRASIL. Decreto nº. 5.490, de 14 de julho de 2005. Dispõe sobre a composição e funcionamento do Conselho Nacional de Juventude – CONJUVE, e dá outras providências. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5490.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5490.htm)>. Acesso em 23 jul. 2010d.

\_\_\_\_\_. Decreto nº. 6.629, de 4 de novembro de 2008. Regulamenta o Programa Nacional de Inclusão de Jovens – Projovem. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2008/Decreto/D6629.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Decreto/D6629.htm)>. Acesso em 31 mai. 2010g.

\_\_\_\_\_. Lei 10.748, de 22 de outubro de 2003, atualizada pela Lei 10.940/2004 e revogada pela Lei 11.692/2008. Cria o Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego para Jovens – PNPE, acrescenta dispositivo à Lei 9.608 e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil/leis/2003/L10.748.htm>>. Acesso em: 22 jul. 2010a.

\_\_\_\_\_. Lei 11.129, de 30 de junho de 2005. Institui o Programa Nacional de Inclusão de Jovens – ProJovem; cria o Conselho Nacional da Juventude – CONJUVE e a Secretaria Nacional de Juventude. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2005/Lei/L11129.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11129.htm)>. Acesso em: 31 mai. 2010c.

\_\_\_\_\_. Lei 11.692, de 10 de junho de 2008. Dispõe sobre o Programa Nacional de Inclusão de Jovens – Projovem. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2008/Lei/L11692.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11692.htm)>. Acesso em: 31 mai. 2010f.

\_\_\_\_\_. Medida Provisória nº. 238, de 1º. de fevereiro de 2005. Institui, no âmbito da Secretaria Geral da Presidência da República, o Programa Nacional de Inclusão de Jovens – ProJovem, cria o Conselho Nacional de Juventude – CONJUVE e cargos em comissão, e dá outras providências. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/legisla07.pdf>>. Acesso em 22 jun. 2010e.

\_\_\_\_\_. Ministério do Trabalho e Emprego. Cadastro Geral de Empregados e Desempregados. Evolução do Emprego do CAGED. Brasília: MTE, 2010. Disponível em: <<http://estatistica.caged.gov.br/>>. Acesso em: 26 jun. 2010i.

\_\_\_\_\_. Ministério do Trabalho e Emprego. **Classificação Brasileira de Ocupações**. Informações Gerais. Brasília: MTE, Portal do Trabalho e Emprego, 2010. Disponível em: <<http://www.mtecbo.gov.br/cbosite/pages/informacoesGerais.jsf>>. Acesso em: 25 jul. 2010j.

\_\_\_\_\_. Ministério do Trabalho e Emprego. **Juventude Cidadã-Manual de Execução**. Brasília: MTE, PNPE, 2006. Disponível em: <<http://www.mte.gov.br>>. Acesso em: 10 out. 2008.

\_\_\_\_\_. Ministério do Trabalho e Emprego. **Nota Técnica MTE 078/2009**. CAGED: Orientações para utilização das bases de dados. Brasília: MTE, 2009. Disponível em: <[http://www.mte.gov.br/pdet/ajuda/notas\\_comunic/nt07809.asp](http://www.mte.gov.br/pdet/ajuda/notas_comunic/nt07809.asp)>. Acesso em: 26 jun. 2010h.



\_\_\_\_\_. Ministério do Trabalho e Emprego. **Projeto Juventude Cidadã – Termo de Referência**. Brasília: MTE, PNPE, 2006. 14p. Disponível em: <<http://www.mte.gov.br>>. Acesso em: 10 out. 2006.

\_\_\_\_\_. Ministério do Trabalho e Emprego. **PROJOVEM Trabalhador - Juventude Cidadã – Termo de Referência**. Brasília: TEM, 2008. 13p. Disponível em: <<http://www.mte.gov.br>>. Acesso em: 25 jul. 2010k.

\_\_\_\_\_. Ministério do Trabalho e Emprego. **Serviço Civil Voluntário: Resultados e Perspectivas**. Brasília: MTE, PLANFOR, 2001. Disponível em: <<http://www.cinterfor.org.uy/public/spanish/region/ampro/cinterfor/temas/youth/doc/not/libro292/libro292.pdf>>. Acesso em: 26 jun. 2010b.

\_\_\_\_\_. Secretaria Geral da Presidência da República. **Atribuições da Secretaria Nacional de Juventude**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/secgeral/frame\\_juventude.htm](http://www.planalto.gov.br/secgeral/frame_juventude.htm)>. Acesso em: 30 mai. 2009.

CARRANO, P. Ações públicas para jovens na cidade: o caso de Niterói. Trabalho apresentado na 30ª. Reunião da ANPEd (GT n° 3). Caxambu, 07-10 out. 2007.

CONSELHO NACIONAL DE JUVENTUDE. **Política Nacional de Juventude: diretrizes e perspectivas** – São Paulo: Fundação Friedrich Ebert, 2006. 140 p.

COSTA, A. C. G. Educação para o empreendedorismo: uma visão brasileira. In: NOVAES, R.; VANNUCHI, P. (Orgs.). **Juventude e Sociedade: trabalho, educação, cultura e participação**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2007. P. 242-259.

\_\_\_\_\_. **Protagonismo Juvenil: adolescência, educação e participação democrática**. Salvador: Fundação Odebrecht, 2000. 332p.

DELORS, J. et al. **Educação: um tesouro a descobrir**. Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: MEC: UNESCO, 1988. 288p.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS. **Anuário dos Trabalhadores: 2005**. São Paulo: DIEESE, 2005. 252p.

\_\_\_\_\_. **Anuário dos Trabalhadores: 2009**. São Paulo: DIEESE, 2009a. 264p.

\_\_\_\_\_. **Boletim Trabalho no Comércio**. Ano I. nº. 3. São Paulo: DIEESE, 2009b.

DOLABELA, F. **Oficina do Empreendedor**. Rio de Janeiro: Sextante, 2008. 319p.

DOLABELA, F. **Pedagogia Empreendedora**. São Paulo: Editora de Cultura, 2003. 144p.

FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.; RAMOS, M. A política de educação profissional no governo Lula: um percurso histórico controvertido. **Revista Educação & Sociedade**, Campinas, vol. 26 - Especial, p. 1087-1113, 2005.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Mapa do mercado de trabalho: estrutura e evolução da ocupação formal em Minas Gerais. Fundação João Pinheiro. Centro de Estatística e Informação. Belo Horizonte, 2008. Disponível em: <<http://www.fjp.gov.br/index.php/servicos/81-servicos-cei/61-mapa-do-mercado-de-trabalho-em-minas-gerais>>. Acesso em: 27 jun. 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA. Pesquisa Mensal de Emprego. Brasília: IBGE, 2010. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/pesquisas/pme/default.asp?o=18&i=P>>. Acesso em: 26 jul. 2010a.

\_\_\_\_\_. Indicadores Sociais Mínimos. Brasília: IBGE, 2010. Disponível em: <[http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/indicadoresminimos/default\\_minimos.shtm](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/indicadoresminimos/default_minimos.shtm)>. Acesso em: 26 jul. 2010b.

\_\_\_\_\_. **População Jovem no Brasil**. Disponível em: <[http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/populacao\\_jovem\\_brasil/default.shtm](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/populacao_jovem_brasil/default.shtm)>. Acesso em: 19 mai. 2009.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Comunicado da Presidência no. 31 - PNAD 2008**: Primeiras Análises – Demografia, Trabalho e Previdência. Brasília. IPEA, 2009c.

\_\_\_\_\_. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Comunicado da Presidência no. 32 - PNAD 2008**: Primeiras Análises – Educação, Gênero e Migração. Brasília. IPEA, 2009a.

\_\_\_\_\_. **Políticas Sociais** - Acompanhamento e Análise. Nº. 15. Brasília. IPEA, 2008.

\_\_\_\_\_. **Políticas Sociais** - Acompanhamento e Análise – Vinte Anos da Constituição Federal – Volume 3, Nº. 17. Brasília. IPEA, 2009b.

KUENZER, A. Z. A educação profissional nos anos 2000: a dimensão subordinada das políticas de inclusão. **Revista Educação e Sociedade**. Campinas, vol. 27, n.96 – Especial, p.877-910, 2006.

\_\_\_\_\_. Da dualidade assumida à dualidade negada: o discurso da flexibilização justifica a inclusão excludente. **Revista Educação e Sociedade**. Campinas, vol. 28, n.100 – Especial, p.1153-1178, 2007.

LIMA, A. B. (Org.). **A produção de trabalhos científicos**: algumas orientações metodológicas. Uberlândia, UFU, 2008. (MIMEO).

MARTES, A. C. B. Weber e Schumpeter: a ação econômica do empreendedor. **Revista de Economia Política**. São Paulo, vol. 30, n. 2 (118), p. 254-270, 2010.

NOVAES, R., Juventude, oportunidade e apostas. Brasília, 2005. Disponível em: <<http://www.presidencia.gov.br/secgeral/juventude/arquivos>>. Acesso em: 11 out. 2010.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração do Milênio**. Cimeira do Milênio. Nova Iorque: ONU. 2000. 20p.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA. **Declaração de Lisboa**. Lisboa. 1998. 11p.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Tendências mundiais do emprego dos jovens**. Genebra. 2010. 80p.

POCHMAN, M. Situação do jovem no mercado de trabalho no Brasil: um balanço dos últimos 10 anos. São Paulo. 2007. (MIMEO).

ROCHA, J. M. O bairro que tem orgulho de ter a FETI. **Jornal de Uberaba**, Uberaba, 08 ago. 2007. Caderno Bairros. Disponível em: <<http://www.jornaldeuberaba.com.br>>

/?MENU=CadernoB&SUBMENU=Bairros&CODIGO=3182>. Acesso em: 28 abr. 2008.

SAMPAIO, I.M.; FRANÇA, R.L. O PNPE na política do Ministério do Trabalho e Emprego e a formação do jovem: precarização e captura da subjetividade. **Revista Estudos do Trabalho**. Marília, n. 5, 2009. Disponível em: <<http://www.estudosdo.trabalho.org/RevistaRET05.htm>>. Acesso em 22 jul. 2010.

SAVIANI, D. História da escola pública no Brasil. In: LOMBARDI, J. C.; SAVIANI, D.; NASCIMENTO, M. I. M. (Orgs.). **A escola pública no Brasil**. História e Historiografia. Campinas, SP: Autores Associados, 2005.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DE MINAS GERAIS. Fatores condicionantes e taxa de mortalidade de empresas de Minas Gerais. Belo Horizonte: SEBRAE/MG, 2004. 26 p. il.

SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM COMERCIAL. **Relatório final**: Desenvolvimento do comércio e serviços de Uberaba-MG. Uberaba: SENAC, 2010. (MIMEO).

SILVA, A. M.; PINHEIRO, M. S. F.; FRANÇA, M. N. **Guia para normalização de trabalhos técnico-científicos**: projetos de pesquisa, trabalhos acadêmicos, dissertações e teses. Uberlândia: UFU, 2006.

SPOSITO, M. P.; CARRANO, P. Juventude e Políticas Públicas no Brasil. In: ANPED. **Revista Brasileira de Educação**. Nº 24, São Paulo: ANPED, 2003.

SPOSITO, M. P.; CORROCHANO, M. C. A face oculta da transferência de renda para jovens no Brasil. **Tempo Social: Revista de Sociologia da USP**, São Paulo, v. 17, nº 2, p. 141-172, novembro/2005.

THIOLLENT, M. **Crítica metetodológica, investigação social e enquete operária**. São Paulo: Polis, 1980. 270p.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS. **Fiscalizando com o TCE**. Belo Horizonte: TCE, 2010. Disponível em: <<http://www.tce.mg.gov.br/>>. Acesso em: 23 jul. 2010.

## **ANEXO A**

**Termo de referência do Projeto Juventude Cidadã**

## PROJETO “JUVENTUDE CIDADÃ”

### TERMO DE REFERÊNCIA

#### 1 Histórico do Projeto

As graves conseqüências sociais decorrentes de duas décadas de baixo crescimento econômico tornam-se ainda mais sérias quando são combinadas com a insuficiência de cobertura da rede de proteção social. O jovem que se encontra fora do mercado de trabalho e da escola ou com baixa escolaridade é um daqueles atingidos mais rápida e diretamente por essas conseqüências.

Entretanto, o processo de qualificação necessário para seu efetivo ingresso no mercado de trabalho foi se tornando cada vez mais exigente e excludente.

**1.1** Em 1996, a idéia do Projeto **Serviço Civil Voluntário - SCV** surgiu como uma das respostas a esse desafio no âmbito do **Programa Nacional de Direitos Humanos**, com a preocupação de criar alternativas de qualificação profissional para os jovens com idade a partir de 18 anos, especialmente àqueles de baixa escolaridade, vivendo em situação de risco iminente e que foram excluídos do serviço militar obrigatório. Os Ministérios do Trabalho e Emprego e da Justiça uniram-se para definir um programa específico para esse público, com a participação de várias autoridades, inclusive militares, representantes de governos estaduais, Organizações Não-Governamentais - ONGs e especialistas em programas para a juventude.

**1.2** Em 2003, o SCV passou a integrar o Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego para os Jovens - **PNPE**, com base em algumas diretrizes do Plano Nacional de Qualificação – PNQ do Ministério do Trabalho e Emprego. Ampliou-se então a faixa etária, incorporando jovens a partir de 16 anos e priorizando o atendimento a jovens egressos de medidas sócio-educativas.

O SCV passou a ser submetido às diretrizes do MTE para as políticas públicas de emprego de forma mais incisiva: a qualificação social e profissional adquire peso mais expressivo e inclui a exigência de inserção do jovem no mercado de trabalho.

**1.3** Para cumprimento desse objetivo foi incorporada ao Termo de Referência a obrigatoriedade de os convenientes inserirem no mercado de trabalho uma parcela de, no mínimo, 30% (trinta por cento) dos jovens beneficiários do programa. Tal medida provocou impactos de diversas naturezas: adequação dos cursos de qualificação às demandas do mercado de trabalho local, articulação entre os diversos atores e instituições (comissões de emprego, entidades executoras, organizações patronais de jovens e adolescentes, sindicatos, SINE, etc) interessados nas questões da valorização do jovem e das ações de apoio à escolarização, incorporação de diretrizes na qualificação social e profissional que tenham um caráter de focalização no desenvolvimento regional, respeito à cultura local e no protagonismo da juventude na resolução de questões de interesse de sua comunidade.

**1.4** Neste mesmo ano o MTE celebrou convênio com vinte e cinco unidades da federação e com o Distrito Federal, estabelecendo como meta atender cinco mil jovens e adotando como critério para distribuição da cota de jovens por estados, o tamanho da População Economicamente Ativa (PEA) - Jovem e seu grau de vulnerabilidade social. A execução do SCV ocorreu ao longo dos anos de 2004 e 2005.

## **2. Justificativa**

A situação da juventude mundial e brasileira, em um quadro de crise do sistema de produção cujo padrão de geração de postos de trabalho se restringe, somado ao fato de atravessarmos há décadas um forte processo de concentração das riquezas do País e o de termos a maior porcentagem de jovens de 16 a 24 anos de toda a nossa história, exige que as políticas de inclusão social voltadas para a juventude desenvolvam um conjunto de ações formativas e as combine com ações criativas e incisivas de conquista ou mesmo criação de postos de trabalho.

**2.1** O Governo Federal continuamente efetua estudos técnicos com o objetivo de aprimorar e articular as políticas públicas que implementa, procurando maior eficácia e efetividade na difícil tarefa de combater a miséria e a exclusão social, sem deixar de promover a emancipação da camada mais vulnerável da população.

**2.2** Certos de que a escolha deste caminho nos levará a alcançar melhores resultados nos objetivos pretendidos no Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego para os Jovens - PNPE, que é uma política com o objetivo de inserção produtiva de jovens em postos formais de trabalho ou em atividades empreendedoras para a geração de renda, o MTE implementará alterações nos pontos que considera fundamentais para o alcance dos objetivos que se pretende atingir.

**2.3** Em primeiro lugar, o antigo Serviço Civil Voluntário, passa a chamar-se “**Juventude Cidadã**”. A adoção de um novo nome que se aproxime mais da concepção atual do projeto, voltada para a construção da cidadania e do protagonismo jovem por meio da qualificação sócio-profissional para a inserção na atividade produtiva, vem acompanhada das seguintes mudanças:

I - expansão do projeto aos municípios, que passam a ter o direito de celebrar convênios diretamente com o MTE;

II - o investimento em qualificação sócio-profissional estará atrelado ao comportamento do mercado de trabalho local, monitorado pelo MTE. Isto significa que os municípios que apresentem mais condições de absorver a mão-de-obra qualificada pelo Juventude Cidadã poderão receber mais recursos e assim oferecer mais vagas aos jovens de baixa renda;

III - a principal obrigação das instituições conveniadas será a inserção de, no mínimo, **30%** (trinta por cento) dos jovens em atividades produtivas ao final do período de qualificação sócio-profissional;

IV - critérios para a seleção de jovens, além da obrigatoriedade de correspondência com o perfil definido pela Lei 10.748, de 2003, que criou o PNPE, nos seguintes termos:

a) até trinta por cento dos jovens selecionados para o projeto deverão, preferencialmente, ser membros de famílias beneficiárias do *PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA*; e

b) o restante das vagas deverá ser preenchida, preferencialmente, por jovens já cadastrados no PNPE, nas unidades descentralizadas do MTE.

V - para cumprir a obrigatoriedade de inserção efetiva de, no mínimo, 30% (trinta por cento) de jovens, firmada em convênio, as instituições conveniadas poderão contar com o apoio da equipe gestora do Programa, que fará a articulação interna do Juventude Cidadã com outras ações do PNPE voltadas para a inserção de jovens, tais como:

a) concessão de incentivo econômico às empresas que criarem novos postos de trabalho para os jovens com o perfil do PNPE;

b) concessão do SELO DE RESPONSABILIDADE SOCIAL às empresas que criarem novos postos de trabalho para os jovens cadastrados no PNPE;

c) encaminhamento preferencial de jovens qualificados pelo Projeto às empresas que celebram acordos de cooperação técnica com o MTE se comprometendo a cumprir a obrigação de contratarem aprendizes com o perfil PNPE; e

d) encaminhamento e análise de projetos de atividades empreendedoras de jovens egressos do Projeto Juventude Cidadã, com o objetivo de facilitar a concessão de crédito.

### **3. CONCEPÇÃO DO PROJETO**

Dados da Pesquisa Nacional de Amostra Domiciliar - PNAD 2004 já apontavam que cerca de 19% (dezenove por cento) dos jovens entre 16 a 24 anos apenas estudam (não trabalham e não procuram trabalho), enquanto 19% (dezenove por cento) estudam e trabalham e 5% (cinco por cento) estudam e estão à procura de emprego. Por outro lado, cerca de 37% (trinta e sete por cento) apenas trabalham e não estudam e 7% (sete por cento) estão à procura de emprego e não estudam. Causa maior preocupação o dado de que cerca de 13% (treze por cento) não estudam, não trabalham e tampouco procuram trabalho.

**3.1** Pretende-se que o alcance desses objetivos contribua para o desenvolvimento de cada jovem como:

I - pessoa, mediante a aquisição de níveis crescentes de autonomia, de definição dos próprios rumos, de exercício de seus direitos e de sua liberdade;

II - cidadão, consciente da importância do papel protagônico da juventude e da necessidade da sua efetiva participação no aprimoramento da democracia, na defesa dos direitos civis, políticos e sociais e no exercício da solidariedade para a mudança social; e

III - trabalhador, qualificado social e profissionalmente para a inserção ativa, cidadã, no mundo social e do trabalho e para o exercício do protagonismo, do empreendedorismo e da economia solidária.

**3.2** A integração dessas três dimensões do seu desenvolvimento – como pessoa, como cidadão e futuro trabalhador –, sob a perspectiva de uma educação para a solidariedade social e para a cidadania fundada no protagonismo juvenil, são o que faz do projeto “Juventude Cidadã”, no contexto da preparação para o primeiro emprego, um observatório



de experimentação de política pública voltada ao desenvolvimento integral das novas gerações, assegurando-lhe o estatuto de um elemento estruturante na construção de uma política de juventude para o Brasil.

**3.3** Nesse sentido, o Projeto Juventude Cidadã adota uma estratégia de qualificação social e profissional que privilegia a aprendizagem pela experiência, sem negligenciar a preparação prévia, adequada e cuidadosa do jovem para “o fazer”. Nesse caso, a formação de saberes necessários à inserção do jovem no mercado de trabalho e à vida em sociedade se dá, principalmente, por meio do seu engajamento efetivo na prestação de serviços comunitários, precedido, complementado e articulado com o desenvolvimento de conhecimentos referidos no item 6 - “Conteúdo e Duração dos Projetos” - deste Termo de Referência.

**3.4** Essa estratégia é coerente com a concepção de qualificação como uma construção social, relacionada ao aprendizado que vai além da aquisição de conhecimentos técnicos e habilidades específicas limitadas ao desempenho de uma ocupação.

**3.5** O Projeto Juventude Cidadã pretende contribuir para ampliar as oportunidades de qualificação, expandindo as possibilidades de inserção e permanência dos jovens no mundo do trabalho.

## **4. OBJETIVOS**

### **4.1 GERAL**

Oferecer oportunidades formativas inovadoras e criativas de desenvolvimento pessoal, social e profissional para que os jovens participantes possam construir um caminho ao exercício pleno da cidadania, mediante sua formação integral aliada à vivência concreta da prestação de serviços voluntários à comunidade, por meio de ações de qualificação sócio-profissional para inserção na atividade produtiva.

### **4.2 ESPECÍFICOS**

I - contribuir para a efetiva inserção de jovens no mercado de trabalho, inserindo ao final do projeto o mínimo de 30% (trinta por cento) do total de jovens qualificados em atividades produtivas;

II - promover ações que contribuam para o reconhecimento e a valorização dos direitos humanos e da cidadania, e à superação das desigualdades e diferenças de classe, raça, orientação sexual, etnia, gênero e geração, mediante a prestação de serviços voluntários à comunidade; e

III - estimular e criar condições objetivas para elevação da escolaridade dos jovens participantes do projeto.

## **5. PÚBLICO PARTICIPANTE**

Nos termos das políticas públicas de juventude já desenvolvidas ou em fase de desenvolvimento no atual governo, o projeto deverá destinar-se à parcela da juventude brasileira caracterizada pela alta vulnerabilidade frente ao mercado de trabalho, segundo perfil definido pela Lei nº 10.748, de 2003.

**5.1** Tal orientação respalda-se nas diretrizes, concepções e estratégia geral de implementação do Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego para os Jovens.

**5.2** O público prioritário do projeto é formado por jovens com idade entre 16 a 24 anos, em sua maioria com escolaridade inferior ao ensino médio completo, conforme cota estabelecida na Lei 10.748, de 2003, renda familiar *per capita* de até meio salário mínimo, que não tenham tido vínculo empregatício anterior e que não sejam os beneficiários diretos do Programa “Bolsa-Família”, do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, ou seja, que o cartão de recebimento não esteja em seu nome.

## **6. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DOS PARTICIPANTES**

Em conformidade com a Lei 10.748, de 2003, que criou o PNPE, os beneficiários devem ser jovens com idade entre dezesseis a vinte e quatro anos em situação de desemprego involuntário, que atendam cumulativamente aos seguintes requisitos:

I - não tenham tido vínculo empregatício anterior;

II – sejam membros de famílias com renda mensal *per capita* de até 1/2 (meio) salário mínimo, Incluídas nesta média eventuais subvenções econômicas de programas congêneres e similares, nos termos do disposto no art. 11 desta Lei;

III – estejam matriculados e freqüentando regularmente estabelecimento de ensino fundamental ou médio, ou cursos de educação de jovens e adultos, nos termos dos arts. 37 e 38 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, ou que tenham concluído o ensino médio; e IV – estejam cadastrados nas unidades executoras do Programa, nos termos desta Lei.

**6.1** Uma das principais responsabilidades do Projeto “Juventude Cidadã”, a mobilização e seleção dos jovens, deverá ser realizada em articulação com outras políticas em desenvolvimento pelo Governo Federal, como o Bolsa Família e as outras ações de qualificação e inserção do PNPE, de forma a garantir:

I - inclusão, sempre que possível, de até trinta por cento dos jovens pertencentes a famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família;

II - destinação do restante das vagas, preferencialmente, a jovens já cadastrados nas unidades descentralizadas do Ministério do Trabalho e Emprego e nas unidades do SINE;

III - concessão de incentivo econômico às empresas que criarem novos postos de trabalho para os jovens cadastrados no PNPE;

IV - inclusão, respeitado o limite previsto em lei, de jovens com ensino médio completo, com o objetivo de dar continuidade a outras políticas;

V - preferência aos jovens qualificados para o encaminhamento às empresas que celebram acordos de cooperação técnica com o MTE se comprometendo a cumprir à obrigação de contratarem aprendizes com o perfil PNPE;

VI - facilidade de encaminhamento para a concessão de crédito a Projetos de atividades empreendedoras de jovens egressos do Projeto Juventude Cidadã; e

VII - concessão do Selo “Empresa Parceira do Programa Primeiro Emprego” às empresas que criarem novos postos de trabalho para os jovens cadastrados no PNPE, na modalidade Responsabilidade Social, ou seja, sem recebimento da subvenção econômica de que trata a Lei nº 10.748, de 2003.

## **7. CONTEÚDO DOS PROJETOS**

A fim de dar cumprimento aos objetivos do “Juventude Cidadã”, o projeto, devidamente articulado, terá como eixos principais:

I - formação em cidadania e direitos humanos;

II - prestação de serviços voluntários à comunidade

III - qualificação social e profissional;

IV - estímulo e apoio efetivo à elevação da escolaridade;

V - inserção no mercado de trabalho.

### **7.1 FORMAÇÃO EM CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS**

A Secretaria Especial de Direitos Humanos e o MTE, por meio da Secretaria de Políticas Públicas de Emprego, atuarão em parceria nas ações dos segmentos dos Direitos Humanos e Cidadania e da Prestação de Serviços Voluntários à Comunidade.

**7.1.1** Os conteúdos e atividades a serem desenvolvidas durante as horas destinadas a este segmento devem estar de acordo com as Diretrizes do Quadro Referencial de Conteúdos, em anexo, definido conjuntamente pelo MTE e pela Secretaria Especial de Direitos Humanos, e em consonância com o Plano de Trabalho apresentado.

### **7.2 QUALIFICAÇÃO SOCIAL E PROFISSIONAL**

A qualificação social e profissional inclui, mas não se limita, à aquisição de conhecimentos técnicos e habilidades específicas necessárias ao desempenho de uma ocupação, relacionando-se ao aprendizado da vida. Consiste, portanto, em uma construção social importante para a inserção e atuação cidadã do jovem no mercado de trabalho e na vida em sociedade.

**7.2.2** Nesse sentido, adquirem importância conteúdos e metodologias que levem o jovem a estudar, analisar e refletir sobre:

I - a realidade social, a fim de que possa situar-se no seu tempo e contexto (local e nacional);

II - as transformações no mercado de trabalho - inovações tecnológicas, novas formas de organização e gestão do trabalho e o novo perfil do trabalhador; e

III - as oportunidades e heterogeneização das formas de trabalho e renda, trabalho formal, autoemprego; formas de empreendedorismo individual e coletivo, dentre outras.

**7.2.3** A construção curricular deve incluir, de forma transversal, conteúdos de formação geral e específica, observando-se o caráter complexo da qualificação em um mundo onde as desigualdades e diferenças de classe, raça, orientação sexual, etnia, gênero e geração exercem influência sobre as oportunidades de inserção social.

**7.2.4** Nesse sentido, a lista dos temas abaixo, utilizada como referência no MTE, no âmbito do *Programa Nacional de Qualificação – PNQ*, do *PNPE* e do *ProJovem - Programa Nacional de inclusão de Jovens: Educação, Qualificação e Ação Comunitária*, implementado pela Presidência da República em parceria com outros Ministérios, dentre eles o MTE, é uma construção coletiva que deve orientar o processo de qualificação dos jovens para inserção no mercado de trabalho.

Vejam os:

I – Administração

II - Agro Extrativista

III – Alimentação

IV - Arte e Cultura

V - Beleza e Estética

VI - Comunicação e Marketing Social

VII - Construção e Reparos (Revestimentos e Instalações)

VIII – Educação

IX - Empreendedorismo e Economia Solidária

X - Esporte e Lazer

XI - Gestão Pública e Terceiro Setor

XII – Gráfica

XIII – Joalheria

XIV - Madeira e Móveis

XV - Meio Ambiente, Saúde e Promoção da Qualidade De Vida

XVI – Metalmeccânica

XVII - Pesca / Piscicultura

XVIII - Promoção da Igualdade Racial e Equidade e Gênero

XIX - Promoção dos Saberes Indígena e Popular

XX - Segurança Alimentar e Promoção da Qualidade de Vida no Campo

XXI - Serviços Domiciliares

XXII – Telemática

XXIII – Transporte

XXIV - Turismo e Hospitalidade

XXV – Vestuário

XXVI - Voluntariado e Trabalho Social

**7.2.5** Os conteúdos e atividades desenvolvidas nas duzentas horas destinadas à qualificação sócio-profissional, além de estarem em sintonia com o projeto técnico encaminhado junto com o plano de trabalho, deve ser definido com base na Classificação Brasileira de Ocupações – CBO.

Solicita-se, também, a adequação dos cursos aos processos de desenvolvimento local, o que pressupõe uma anterior avaliação das potencialidades do mercado de trabalho local.

### **7.3 PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS VOLUNTÁRIOS À COMUNIDADE**

Eixo estruturador do projeto, a prestação de serviços voluntários à comunidade, regida pela Lei nº 9.608, de 18 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 5.313, de 16 de dezembro de 2004, destina-se a oferecer aos participantes oportunidades de vivências e práticas em projetos e atividades sociais e propiciar aos jovens momentos de reflexão sobre a importância do papel da juventude na transformação social e na promoção e defesa dos direitos humanos.

**7.3.1** O estímulo ao protagonismo dos jovens deverá permear o trabalho educativo em todas as vertentes do projeto. Neste sentido, o tipo de serviço prestado deve ser definido segundo as necessidades de cada comunidade, com a participação dos jovens em todas as etapas, desde o diagnóstico da situação, até o planejamento, execução, monitoramento e avaliação das ações.

### **7.4 ESTÍMULO E APOIO EFETIVO À ELEVAÇÃO DA ESCOLARIDADE**

Nenhum programa social dirigido a jovens pode prescindir de exercer um impacto positivo sobre a escolaridade de seus destinatários. As ações de estímulo e apoio à elevação da escolaridade dos participantes pressupõem encontrar caminhos alternativos que possam levar à motivação para o ingresso, regresso e permanência do jovem na escola. Essas ações devem estar articuladas com as atividades pertinentes aos demais objetivos específicos do projeto.

**7.4.1** Desse modo, dentre as atribuições e responsabilidades básicas das Secretarias Estaduais de Trabalho e das Prefeituras, na condição de contrapartida, estão a de criação de oportunidades de acesso e permanência dos jovens na escola, no ensino regular ou na

modalidade de Educação de Jovens e Adultos, ou ainda em programas alternativos disponíveis em seu meio, de educação presencial ou à distância.

**7.4.2** Com esse propósito, deve ser pactuado com os jovens que ainda não tenham concluído a Educação Básica e se encontram fora da escola um prazo de carência, dentro do qual eles deverão estar matriculados e freqüentando a escola, como condição de permanência no projeto.

**7.4.3** Uma lição que os programas de apoio ao regresso e à permanência dos jovens na escola têm ensinado é que este não é um trabalho que possa ser satisfatoriamente desempenhado por atores isolados. Nesse propósito se inclui a mobilização das famílias e do entorno sócio comunitário dos jovens através da participação em atividades como:

I - articulação regular com a escola garantindo o ingresso, reingresso e acompanhamento da permanência e do desempenho dos jovens;

II - práticas e vivências com familiares e amigos engajados na escola;

III - realização de reuniões com lideranças significativas da comunidade, além de profissionais, atletas, artistas etc., que possam debater com os jovens sobre a importância e o papel da escola em seu processo de desenvolvimento pessoal e profissional; e

IV - realização de atividades ou apresentações voltadas para a questão da orientação profissional, buscando ampliar a visão dos jovens em relação às suas possibilidades de inserção social.

**7.4.4** Por fim, o projeto deve mobilizar também a contribuição de órgãos governamentais e não governamentais, especialmente as secretarias, delegacias, conselhos e comissões de educação, trabalho e outros.

## **7.5 INSERÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO**

Conforme estabelecido em convênio, a cota de inserção de jovens no mercado de trabalho é de, no mínimo, 30% (trinta por cento) dos jovens atendidos pelo projeto, posto que serão consideradas nesta cota, todas as modalidades já implementadas no PNPE, o que inclui, além da contratação formal e dos contratos especiais de aprendizagem, as formas alternativas de ocupação e geração de renda, definidas a partir das ações de empreendedorismo, associativismo e cooperativismo, o que inclui possibilidades de acesso a linhas de crédito para criação de empreendimentos.

## **8. DISTRIBUIÇÃO DA CARGA HORÁRIA**

O projeto será desenvolvido em seiscentas horas, assim distribuídas:

I - formação em cidadania e direitos humanos.....100 horas

II - qualificação social e profissional.....200 horas

III - planejamento e prestação do serviço voluntário pelo jovem à comunidade.....125 horas

IV - estímulo e apoio à elevação da escolaridade.....100 horas

V - ações para inserção do jovem no mercado de trabalho.....75 horas

**8.1** Propõe-se que as atividades do projeto sejam iniciadas pela dimensão intitulada "Formação em Cidadania e Direitos Humanos", com o objetivo de sensibilizar e mobilizar os jovens para a prestação de serviços voluntários à comunidade, que deverá acontecer durante todo o processo, de acordo com a legislação que dispõe sobre o assunto.

**8.2** É recomendável que sejam desenvolvidas no mínimo 20 horas dessa formação inicial de preparação do jovem (1/5 da carga horária) antes da efetiva prestação do serviço voluntário à comunidade e, conseqüentemente, início do recebimento do auxílio financeiro de que trata o art. 3º-A da Lei nº 9.608, de 1998, conforme preceitua o art. 3º do Decreto 5.513, de 16 de dezembro de 2004. Dessa forma garante-se que o jovem esteja melhor preparado e possa desenvolver as ações conforme especificado no item "Prestação de Serviços Voluntários à Comunidade" tratado neste Termo de Referência.

**8.3** Do mesmo modo, sugere-se que as ações do projeto sejam avaliadas durante todo o processo e que ao final os jovens tenham a oportunidade de realização de um balanço crítico do Projeto Juventude Cidadã como um todo.

## **9. PAPEL DOS ATORES ENVOLVIDOS**

### **9.1 DA SECRETARIA DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE EMPREGO - SPPE/MTE:**

I - definir, em articulação com a SEDH/PR, a formatação e a operacionalização do projeto;

II - proceder à análise técnico-pedagógica dos projetos do "Juventude Cidadã";

III - orientar as equipes técnicas das Secretarias de Trabalho e das prefeituras para implementação do "Juventude Cidadã", bem como para sua correta divulgação, de acordo com o modelo previamente definido;

IV - formular orientações relativas aos conteúdos de qualificação social e profissional do projeto;

V - prover informações gerenciais sobre o projeto, por meio de sistema informatizado;

VI - financiar parcialmente as ações do projeto mediante a celebração de convênios com os estados e prefeituras;

VII - identificar e articular fontes alternativas de financiamento, públicas ou privadas;

VIII - coordenar a gestão do projeto junto as convenentes; e

IX - elaborar o sistema de avaliação e monitoramento da modalidade, em articulação com a SEDH/PR.

## **9.2 DA SECRETARIA ESPECIAL DOS DIREITOS HUMANOS - SEDH/PR:**

As atribuições da SEDH/PR serão definidas em Acordo de Cooperação Técnica a ser firmado entre o MTE, por intermédio da SPPE, e a SEDH/PR.

## **9.3 DAS DELEGACIAS REGIONAIS DO TRABALHO – DRTs:**

I - apoiar a execução do plano de avaliação e monitoramento dos projetos do “Juventude Cidadã”, em articulação com a SPPE/MTE e a SEDH/PR; e

II - acompanhar *in loco*, monitorar e supervisionar a execução dos convênios firmados pelo MTE com os estados e municípios no âmbito do “Juventude Cidadã”, mantendo o MTE informado de todos os fatos que lhe sejam pertinentes.

## **9.4 DA PREFEITURA:**

I - elaborar e encaminhar à SPPE/MTE o projeto de implementação do “Juventude Cidadã” – Plano de Trabalho, de acordo com as orientações deste Termo de Referência e da Instrução Normativa STN nº 1, de 15 de janeiro de 1997, acompanhado da documentação necessária à celebração do convênio;

II - selecionar as entidades públicas ou privadas que irão executar as ações constantes no Plano de Trabalho, de acordo com os procedimentos normativos da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e da IN/STN nº 1, de 1997;

III - coordenar o processo seletivo de jovens de acordo com o “Item 6” - **CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DOS PARTICIPANTES** – deste Termo de Referência;

IV - apoiar e orientar as entidades executoras na formação de parcerias para o projeto;

V - garantir ao jovem egresso ou em cumprimento de medidas sócio-educativas, se for o caso, acompanhamento psicológico e de assistência social durante a duração do Projeto;

VI - promover e facilitar a articulação do projeto com outras secretarias e organismos públicos, bem como com entidades sem fins lucrativos;

VII - incluir o “Juventude Cidadã” em foros de debates regionais ou locais, que visem mobilização de parceiros, divulgação, discussão e aprimoramento da qualificação social e profissional, bem como apresentação de seus resultados às comunidades beneficiadas e à sociedade como um todo;

VIII - garantir a contrapartida às ações do projeto, conforme estabelecido no item 13.2;

IX - coordenar a divulgação do projeto no âmbito local;

X - acompanhar e monitorar a implementação do projeto;

XI - disponibilizar informações qualitativas de resultados do projeto;



XII - acompanhar a execução físico-financeira do projeto;

XIII - articular com as instituições públicas ou privadas sem fins lucrativos locais a viabilização da prestação do serviço voluntário pelo jovem participante do Projeto;

XIV - promover e acompanhar a inserção dos egressos do “Juventude Cidadã” em outros projetos públicos de emprego ou no mercado de trabalho; e

XV - acompanhar, fiscalizar e comprovar, periodicamente, perante o MTE, o cumprimento da carga horária do serviço voluntário prestado pelo jovem à comunidade.

## **10. CRITÉRIOS DE DISTRIBUIÇÃO DE RECURSOS, SELEÇÃO DE MUNICÍPIOS E NÚMERO DE VAGAS POR MUNICÍPIO.**

O critério de distribuição de recursos e de disponibilização de número de vagas por município terá por parâmetro o saldo de movimentação do CAGED nos últimos 12 meses, de acordo com as faixas a seguir:

<b>Saldo do CAGED</b>	<b>Número de vagas</b>
Menor que 0	60
De 1 até 100	75
De 101 a 250	200
De 251 a 500	400
De 501 a 1000	750
De 1001 a 2500	2.000
De 2501 a 5000	3.000
De 5001 a 10.000	5.000
Maior que 10.000	7.000 (*)

(\*) Terão direito a 7.000 vagas APENAS as prefeituras que acumularem duas condições:

- saldo CAGED maior que 10.000 E
- População igual ou maior que 250.000 habitantes.

**10.1** Os municípios que apresentaram saldo CAGED menor em função de algum desvio provocado por fatores sazonais ou ambientes econômico desfavoráveis poderão optar pelo critério de vagas por número de habitantes, de acordo com a tabela abaixo:

<b>Municípios com população</b>	<b>Número de vagas</b>
Entre 50 mil a 300 mil habitantes	120
Entre 300 mil e 600 mil habitantes	240
Maior que 600 mil habitantes	480

## **11. SELEÇÃO DAS ENTIDADES EXECUTORAS**

A seleção e contratação das entidades que irão executar as ações constantes no Plano de Trabalho serão feitas pelo município, com base nas disposições da Lei 8.666, de 1993.

## **12. OPERACIONALIZAÇÃO**

A operacionalização das ações do Juventude Cidadã se dará por meio de celebração de convênio entre o MTE e a Prefeitura Municipal, que executará as ações através de entidades privadas ou públicas, de acordo com procedimentos normativos da Lei nº 8.666, de 1993 e da IN/STN nº 1, de 1997.

## **13. FINANCIAMENTO**

O Projeto “Juventude Cidadã” será financiado com recursos do Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego para os Jovens - PNPE, coordenado pelo MTE.

**13.1** Sempre que possível, será desejável a captação de recursos públicos ou privados adicionais, para a ampliação do orçamento disponível e do universo de jovens a serem atendidos.

**13.2** O MTE financiará:

I - o auxílio financeiro ao jovem voluntário participante do Projeto, no valor de 600 (seiscentos) reais, distribuídos em 5 (cinco) parcelas de R\$ 120,00; e

II - trezentas horas de qualificação por jovem, no valor de R\$ 2,57 (dois reais e cinquenta e sete centavos) por hora/aula, assim distribuídas:

a) formação em Cidadania e Direitos Humanos ..... 100 horas; e

b) qualificação social e profissional..... 200 horas.

**13.2** Como contrapartida, as instituições conveniadas deverão garantir:

a) supervisão das ações de prestação de serviços voluntários à comunidade (125 horas);

b) ações concretas de estímulo e apoio à elevação de escolaridade (100 horas); e

c) ações concretas de inserção dos educandos no mundo do trabalho, por meio de contratação formal, auto-emprego, iniciativas de cooperativismo, associativismo e economia solidária, dentre outras formas possíveis. (75 horas).

## **14. REFERÊNCIAS LEGAIS**

- Lei nº 10.748, de 22 de outubro de 2003, que Cria o Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego para os Jovens - PNPE.

- Lei nº 9.608, de 18 de fevereiro de 1998. que Dispõe sobre o Serviço Voluntário e dá outras providências.

- Decreto nº 5.313, de 16 de dezembro de 2004, que. Regulamenta o art. 3º-A da Lei nº 9.608, de 1998, que dispõe sobre o serviço voluntário.
- Instrução Normativa STN nº 1, de 15 de janeiro de 1997, que disciplina a celebração de convênios de natureza financeira, que tenham por objeto a execução de projetos ou realização de eventos.
- Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que institui normas para licitações e contratos da Administração Pública.
- Resolução nº 333, de 10 de julho de 2003, do CODEFAT.
- Portaria nº 356, de 08 de julho de 2005, que regulamenta o pagamento do auxílio financeiro ao jovem participante do Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego.

## **ANEXO B**

### **Quadro referencial de Conteúdos do Projeto Juventude Cidadã**

Quadro Referencial de Conteúdos  
ANEXO I

Núcleo Básico					
Objetivos	Contribuir para o reconhecimento e a valorização dos direitos humanos e da cidadania, e do desenvolvimento do aprendiz como: Pessoa, mediante a aquisição de níveis crescentes de autonomia, de definição dos próprios rumos, de exercício de seus direitos e de sua liberdade; Cidadão, consciente da importância do papel protagônico da juventude e da necessidade de sua efetiva participação no aprimoramento da democracia, na defesa dos direitos civis, políticos e sociais e no exercício da solidariedade para a mudança social; Trabalhador, qualificado social e profissionalmente para a inserção ativa, cidadã, no mundo social e do trabalho e para o exercício do protagonismo, do empreendedorismo e da economia solidária.				
Módulos	Cidadania e Direitos Humanos	Temas Transversais	Apoio à elevação da escolaridade	Inserção digital	Temas Relacionados ao Trabalho
Competências	Compreender os conceitos de cidadania, direitos civis e sociais garantidos pelos instrumentos legais.	Compreender a diversidade de temas que perpassam a sua vida, no contexto social, ambiental, cultural, em que está inserido e diante dos quais precisam se posicionar.	Desenvolver a capacidade de aprendizagem.	Dominar os conceitos básicos necessários à comunicação no mundo digital e ao desenvolvimento das atividades laborais.	Conhecer o novo mundo do trabalho, seus desafios e oportunidades. Desenvolver postura profissional. Adotar atitudes autônomas, demonstrando iniciativa, responsabilidade, ética, saber trabalhar em equipe. Compreender os processos do trabalho empreendedor: Associativismo, cooperativismo, auto-emprego.

Módulos	Núcleo Básico (continuação)				Temas Relacionados ao Trabalho
	Cidadania e Direitos Humanos	Temas Transversais	Apoio à elevação da escolaridade	Inserção digital	
	Transformação Social	Educação Ambiental, Fiscal, Previdenciária, de Tránsito.	Desenvolvimento de métodos próprio de Aprender	Domínio de softwares para edição de Textos, Planilha de Cálculo, Apresentação de Slides.	Empregabilidade: mercados, desafios, oportunidades, Contextualização da empresa contratante no cenário econômico, político, social e administrativo, Missão da Empresa, Valores, Histórico do Setor.
	Construção da democracia	Diversidade Cultural	Interpretação de textos	Uso da INTERNET e ambientes de rede	Introdução às Ações de Empreendedorismo, Cooperativismo e Associativismo, Visão dos processos do empreendedorismo: identificação de oportunidades de negócios, planejamento e gestão coletiva, Desenvolvimento de habilidades empreendedoras
	Ética	Sexualidade e Afetividade	Incentivo à leitura e elaboração de textos	Novas Tecnologias no Trabalho	Segurança no trabalho
	Instrumentos legais: Constituição federal, Lei 8.609 de 13.07.1990;Estatuto da Criança e do Adolescente-ECA;	DST/AIDS	Introdução de práticas de raciocínio lógico-matemático.		Teste Vocacional
	Legislação Trabalhista: Código de Defesa do Consumidor, Direitos da Pessoa Com Deficiência, Estatuto dos Idosos.	Violência			Higiene pessoal e ambiental. Organização pessoal e do ambiente de trabalho
	Direitos civis, Políticos e Sócias	Drogas lícitas e ilícitas			Relações Intra e Interpessoais
	Voluntariado e Trabalho Social				Postura Profissional
					Globalização de Mercados
					Elaboração de Currículum vitae



## **ANEXO C**

**Clipagem eletrônica de notícias sobre o Projeto Juventude.**



# JORNAL DE UBERABA

Cidade

20/07/2006 às 08:01

## Feti abre inscrições para o Juventude Cidadã nesta quinta

Projeto Juventude Cidadã - convênio celebrado entre o Ministério do Trabalho e Emprego e a Prefeitura Municipal de Uberaba, objetivando a execução das ações, define o processo de inscrições para os cursos a serem oferecidos à comunidade, informa o diretor Executivo da Feti (Fundação de Ensino Técnico Intensivo "Dr. René Barsan"), Luiz Alberto Uliani. A iniciativa faz parte do Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego Para Jovens (PNPE), e é destinado a jovens de baixa renda que estejam matriculados no ensino fundamental, médio ou supletivo, e ainda não tenham tido registro em Carteira Profissional.



*No ato das inscrições a serem realizadas na Feti, os candidatos devem apresentar os documentos exigidos*

Para esta fase, podem se inscrever interessados em cursar as seguintes áreas: almoxarifado, atendente de farmácia/balconista, cabeleireiro, costureira, cozinheiro auxiliar, cozinheiro e serviço doméstico, criador de pequenos animais, cuidador de crianças, cuidador de idosos, eletricitista predial, fruticultura, instalador de sistemas eletrônicos de segurança, manicure/maquiador/depilador, marceneiro, monitor de recreação, office-boy, olericultura, operador de microcomputador, pintor, porteiro/ zelador, recepcionista (hospital e turismo), recepcionista de consultório médico ou dentário, repositor de mercadoria, serralheiro, telemarketing, vendedor de comércio varejista e vendedor lojista.

De acordo com Luiz Alberto Uliani, só poderá inscrever-se jovem entre 16 a 24 anos de idade. Ser membro de família com renda "per capita" de até meio salário mínimo. Não seja o beneficiário direto do programa Bolsa Família (que o cartão não esteja em seu nome). Não tenha vínculo empregatício anterior. E estar matriculado e freqüentando regularmente estabelecimento de ensino fundamental ou médio, ou curso de educação de jovens e adultos.

No ato da inscrição, o candidato terá que apresentar documentos como certidão de nascimento (original e cópia), carteira de identidade e CPF (se tiver), título de eleitor, carteira de trabalho (se tiver), declaração de matrícula da escola (caso esteja estudando) ou atestado de escolaridade e comprovante de residência (conta da Cemig ou Codau).

O período de inscrições estará aberto a partir de hoje, com término no próximo dia 28, no horário das 8h às 12h e das 13h às 17h, na sede da Feti, rua Equador, 49, bairro Fabrício. Informações complementares podem ser obtidas pelo telefone 3338-6689.

# JORNAL DE UBERABA

## Política

23/08/2006 às 08:56

### O primeiro emprego

Ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, desembarca hoje em Uberaba. Ex-presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT), Marinho lança o projeto Juventude Cidadã, às 15h, no Cine Metrópole. A iniciativa faz parte do Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego Para Jovens (PNPE), e é destinado a jovens de baixa renda que estejam matriculados no ensino fundamental, médio ou supletivo, e ainda não tenham tido registro em Carteira Profissional. O programa deve beneficiar dois mil jovens, que vão receber, inclusive, uma ajuda de custo.



# JORNAL DE UBERABA

## Política

24/08/2006 às 08:41

### Ministro desembarca com atraso para encontrar jovens de Uberaba

Com uma hora e 45 minutos de atraso, o ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, chegou ontem, ao Cine Metrópole, no centro de Uberaba, onde o aguardavam cerca de dois mil jovens (entre 16 e 24 anos) para a aula magna do projeto Juventude Cidadã, que está sendo implementado na cidade através de convênio entre a Prefeitura Municipal e o governo federal/Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego Para Jovens (PNPE). Do lado de fora do cinema, dezenas de cabos eleitorais dos candidatos às elei es de 2006, principalmente da base aliada do governo Anderson Adauto (PL),



*Luiz Marinho integra a mesa da aula magna, ao lado do prefeito Anderson Adauto*

balançavam bandeirinhas e distribuíam panfletos, movimento que foi intensificado quando os jovens deixaram o local, ao final da aula inaugural do programa. O espaço também era dividido com representantes de sindicatos filiados   Central única dos Trabalhadores (CUT), entidade que foi presidida por Luiz Marinho, e que o aproximou do PT e do presidente Luiz In cio Lula da Silva.

O ministro negou que a instala o do programa, neste momento de campanha, em que Lula   candidato   reelei o, tenha algum cunho eleitoral. Marinho admitiu que o Juventude Cidadã deveria ter sido implantado em Uberaba no começo do ano, mas alegou que isso não foi possível por causa do atraso na vota o do Orçamento da União, pelo Congresso Nacional.

Destinado a jovens de baixa renda que estejam matriculados no ensino fundamental, médio ou supletivo, e ainda não tenham tido registro em Carteira Profissional, o programa vai beneficiar dois mil jovens, que vão receber, inclusive, uma ajuda de custo.

Para esta fase, estão se inscrevendo jovens interessados nos cursos de almoxarifado, atendente de farmácia/balconista, cabeleireiro, costureira, cozinheiro auxiliar, cozinheiro e serviço doméstico, criador de pequenos animais, cuidador de crianças, cuidador de idosos, eletricitista predial, fruticultura, instalador de sistemas eletrônicos de segurança, manicure/maquiador/depilador, marceneiro, monitor de recrea o, office-boy, olericultura, operador de microcomputador, pintor, porteiro/ zelador, recepcionista (hospital e turismo), recepcionista de consultório médico ou dentário, repositor de mercadoria, serralheiro, telemarketing, vendedor de comércio varejista e vendedor lojista.

Giselda Campos

# JORNAL DE UBERABA

## Política

24/08/2006 às 08:42

### **Marinho diz que Uberaba perdeu 2,7 mil empregos no governo FHC**

O saldo positivo do emprego em Uberaba foi de 2.777 pessoas incluídas no mercado de trabalho nestes três anos e sete meses de governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), segundo disse ontem, na cidade, o ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho. De acordo com ele, existem dificuldades hoje, para se recompor "o que foi destruído nos oito anos anteriores". O ministro chegou a citar número. Disse que Uberaba perdeu cerca de 2.700 empregos. O Brasil, na avaliação do ex-presidente nacional da Central Única dos Trabalhadores (CUT), ficou economicamente parado nos anos anteriores ao atual governo federal, se referindo à gestão do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso (PSDB).

Sobre os dez milhões de empregos prometidos por Lula na campanha eleitoral de 2002, o ministro desafiou a imprensa a mostrar onde o número está citado no programa de governo. Mas garantiu que o atual governo já atingiu mais de oito milhões de empregos, sendo 4,5 milhões de empregos com carteira assinada.

Especificamente sobre o Juventude Cidadã, ele disse que o programa está beneficiando 63 mil jovens em todo o Brasil, através de convênios com 42 prefeituras. Avaliou que o programa é a solução para se qualificar os jovens de forma a torná-los preparados para o mercado de trabalho. (GC)



# JORNAL DE UBERABA

**Cidade**

14/10/2006 às 08:07

## **Projeto Juventude Cidadã na Secretaria de Trânsito**

A partir de segunda-feira cerca de 300 jovens participantes do Projeto Juventude Cidadã começam a colocar em prática o que aprenderam nos setores da Posturas e Educação no Trânsito da Secretaria de Trânsito e Transportes Especiais e Proteção de Bens e Serviços Públicos, Settrans.

De acordo com Dalci Borges, responsável pela Educação no Trânsito, os jovens serão inseridos no trabalho atuando como responsáveis pelo diagnóstico de problemas que estão espalhados pela cidade. Como exemplo ela citou a identificação de terrenos baldios na cidade que precisem de fiscalização na questão da limpeza. Outras aplicações para o trabalho dos jovens será, dentro de alguns dias, a identificação de problemas no trânsito. "Cada um deles vai atuar como agente fiscalizador e de auxílio importantíssimo para o trabalho da Secretaria" explicou.

Segundo ela, serão aproximadamente 50 jovens em cada bairro da cidade fazendo o trabalho.

O número inicial é de 300 jovens, mas até o final do mês de janeiro de 2007 serão 1500 jovens inseridos na Secretaria auxiliando no desenvolvimento de novos projetos para a cidade.

O curso instrutivo para a primeira turma terminou essa semana e a partir do dia 16 já começaram a ir para as ruas.

Para Dalci, a maior importância de inserir o jovem nos trabalhos é mostrar a eles os verdadeiros e necessários valores para a comunidade. Além disso, desenvolver neles a capacidade que cada um tem de fazer trabalhos voluntários para o crescimento da cidade.

**Débora Moraes**

# JORNAL DE UBERABA

*Cidade*

21/10/2006 às 08:20

## **Juventude Cidadã oferece vagas**

O Projeto Juventude Cidadã tem cerca de cem vagas disponíveis aos jovens com idades entre 16 e 24 anos, com renda per capita familiar de meio salário mínimo e em busca do primeiro emprego. As inscrições para o projeto devem ser feitas na Fundação de Ensino Técnico Intensivo (Feti), localizada na rua Equador, 49, bairro Fabrício. Serão repassados recursos em torno de R\$ 81 milhões para a iniciativa em nível nacional. Cada jovem recebe um auxílio financeiro no valor de R\$ 600, em cinco parcelas de R\$ 120, além de lanche e vale-transporte.

# JORNAL DE UBERABA

**Cidade**

26/10/2006 às 08:00

## **Projeto "Jovem Cidadão no Bairro"**

O Projeto "Jovem Cidadão no Bairro" é um braço do Programa Juventude Cidadã, do governo federal, desenvolvido em Uberaba pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura e que objetiva proporcionar uma formação sócio-profissional a jovens na faixa etária de 16 a 24 anos que não tenham vínculo empregatício. No município o programa está atendendo dois mil jovens. Ampliando este programa a Secretaria de Trânsito e Transportes Especiais e Proteção de Bens e Serviços Públicos (Settrans) criou o Projeto "Jovem Cidadão no Bairro".



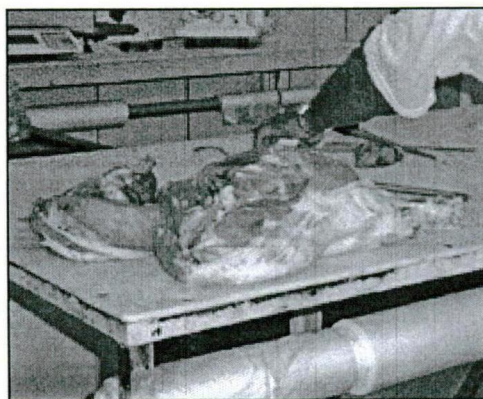
# JORNAL DE UBERABA

**Cidade**

25/11/2006 às 09:40

## **Pesquisa de Natal do Procon inclui comércio dos bairros**

Programa de Proteção e Defesa do Consumidor (Procon-Uberaba) inova e vai realizar pesquisa de preços de produtos natalinos também nas lojas instaladas nos bairros da cidade. A coordenadora interina do Procon, advogada Eliane de Freitas de Melo Montes, revela, em entrevista ao JORNAL DE UBERABA, que a equipe já está nas ruas desenvolvendo o trabalho que estará concluído até os primeiros dias do mês de dezembro, e disponibilizado ao consumidor através do site [www.uberaba.mg.gov.br](http://www.uberaba.mg.gov.br), bastando clicar à esquerda o nome do Procon. Quem não tiver acesso à internet pode procurar a pesquisa, pessoalmente, na sede do Procon, localizada na avenida Guilherme Ferreira, 333, após o dia 1º do mês que vem.



*Procon amplia pesquisa de produtos natalinos e inclui carnes, frutas e verduras*

**Competitividade** - A elaboração da pesquisa, segundo Eliane, segue o modelo de anos anteriores. O diferencial, diz, é a inclusão de estabelecimentos comerciais de bairros que têm alto fluxo de consumidores e a parceria com os jovens integrantes do projeto Juventude Cidadã. Ela observa que a iniciativa objetiva atender quem não tem o hábito de se deslocar até o centro da cidade para fazer suas compras. A pesquisa nos bairros, acrescenta, é uma maneira de atender aqueles consumidores e de incentivar a concorrência entre os comerciantes daquela localidade. "Não deixa de ser uma iniciativa para valorizar o comércio do bairro", frisa. A consulta de preços vai envolver, além do centro, entre outros bairros, Grande Abadia, Boa Vista, Fabrício, Mercês e Parque das Américas.

**Ampla** - De acordo com a coordenadora, a pesquisa não se restringirá aos produtos de época, como panetones, champanhes, castanhas e frutas secas, mas se estenderá ao mercado de carnes, de hortifrútiis, e outros gêneros alimentícios, já que neste ano as expectativas são de mesas de Natal mais fartas e diversificadas.

**Diferença** - Às famílias que querem promover uma boa ceia de Natal, Eliane recomenda atenção antes de comprar qualquer produto. Observa que a diferença de preço de um mesmo produto pode atingir percentual expressivo, valendo a pena andar um pouco mais. Uma das dificuldades que o Procon deverá encontrar está relacionada à comparação de preço entre os produtos de marca própria, já que a qualidade pode variar de um supermercado para outro. Ao consumidor, a recomendação é para que ele faça uma cuidadosa análise na hora de fazer a compra dos produtos da ceia de Natal. Deve prestar atenção, também, às informações contidas nos rótulos dos produtos, como peso, data de fabricação, prazo de validade e condições de conservação.

**Rose Dutra**



# JORNAL DE UBERABA

**Cidade**

04/12/2006 às 08:44

## **Primeiro emprego**

O Programa Juventude Cidadã é um Projeto Federal do Ministério do Trabalho e Emprego - MTE (Lei nº 9608 - 18/02/98) em parceria com a Prefeitura de Uberaba, de incentivo e qualificação para o primeiro emprego para jovens de 16 a 24 anos. Entre os objetivos do programa está a prestação de serviço voluntário à comunidade. Para o cumprimento deste objetivo foi criado no município de Uberaba, o Projeto Rede Solidária onde os jovens atuarão no seu próprio bairro cooperando solidariamente no recolhimento de doações que serão encaminhadas a instituições beneficentes. A reunião para inscrição e esclarecimento aos jovens participantes do programa foi realizada nesta sexta-feira (dia 1º), no salão da Igreja São Judas.

# JORNAL DE UBERABA

Cidade

11/12/2006 às 08:24

## Educação no trânsito chega às escolas do município

Equipe da Secretaria de Trânsito e Transportes Especiais e Proteção de Bens e Serviços Públicos de Uberaba percorre escolas e creches municipais promovendo palestras sobre Educação no Trânsito.

O ciclo de palestras que está no segundo mês, já atingiu um universo de mais de 2.500 crianças de escolas municipais e creches, na faixa etária de 5 a 9 anos conta com a participação de adolescentes integrantes do Projeto Juventude Cidadã e de um guarda municipal, e é coordenado pelo chefe da Seção de Educação no Trânsito Renê Inácio de Freitas.

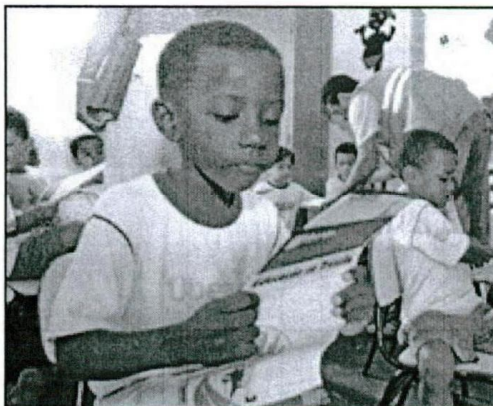
"O objetivo é despertar nas crianças o interesse pelas normas corretas de trânsito, transformando-os em agentes multiplicadores na divulgação do Código de Trânsito Brasileiro (CTB), com práticas corretas que vão garantir mais segurança para a população", reforça Renê.

Além das palestras, as crianças estão recebendo um informativo, bastante ilustrativo, contendo informações sobre o CTB, e os cuidados que adultos devem tomar ao dirigir veículos, pilotar motos e até bicicletas, sobre os equipamentos obrigatórios, e até o transporte escolar.

"A receptividade por parte das crianças está sendo surpreendente. Elas assimilam com mais rapidez as informações e sempre dão exemplo de condutas erradas praticadas por adultos. Esperamos que com esse trabalho elas passam a ser nossas colaboradoras dando até mesmo "um puxão de orelha" nos pais, irmãos ou tios que não respeitam as leis de trânsito", destaca o coordenador.

Para ele é preciso que a comunidade, de uma forma geral, se conscientize sobre o grande número de acidentes de trânsito registrado nos últimos tempos.

"Podemos mudar este cenário. E a responsabilidade é de todos nós", finaliza.



*Além de assimilarem com mais rapidez as informações, crianças sempre dão exemplo de condutas erradas praticadas por adultos*



# JORNAL DE UBERABA

**Cidade**

05/01/2007 às 08:22

## **Jovens esclarecem a importância da coleta de lixo na cidade**

O Projeto "Jovem Cidadão no Bairro" é um braço do Programa Juventude Cidadã, do governo federal, desenvolvido em Uberaba pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura e que objetiva proporcionar uma formação sócio-profissional a jovens na faixa etária de 16 a 24 anos que não tenham vínculo empregatício. Ampliando este programa a Secretaria de Trânsito e Transportes Especiais e Proteção de Bens e Serviços Públicos (Settrans) criou o Projeto "Jovem Cidadão no Bairro".

Desde outubro o projeto envolve os jovens no diagnóstico de problemas relacionados à limpeza e identificação de possíveis soluções para a cidade. A 1ª etapa do projeto foi o trabalho dos jovens na fiscalização e apontamento de onde os problemas estariam localizados. A partir dessa semana, a Settrans iniciou a 2ª etapa do trabalho que visa à conscientização da população quanto à questão da limpeza urbana. Segundo Dalci Borges, Educadora da Settrans, não é possível trabalhar o trânsito de maneira isolada. "Se houver lixo em lugares impróprios nas ruas, na primeira chuva os bueiros estarão cheios causando as enchentes e prejudicando de maneira expressiva o bom andamento do trânsito da cidade", explica.

Atualmente, o grupo é formado por 168 jovens que começaram a trabalhar na área central de Uberaba com abordagem dos comerciantes e moradores desta área para o cuidado com os horários de coleta de lixo. Além da abordagem, os jovens entregam também panfletos explicando o procedimento correto e os horários de coleta de lixo na cidade.

Para a educadora, a maior importância de inserir o jovem nos trabalhos é mostrar a eles os verdadeiros e necessários valores para a comunidade. Além disso, desenvolver neles a capacidade que cada um tem de fazer trabalhos voluntários para o crescimento da cidade.

Dalci acredita que até o final do mês de janeiro já terá abordado grande parte da cidade explicando aos moradores a real importância da coleta de lixo ser feita corretamente. "A cidade é grande, mas acreditamos que até o final deste mês já teremos percorrido grande parte da cidade", ressalta.

**Débora Moraes**

# JORNAL DE UBERABA

**Cidade**

18/01/2007 às 08:46

## **Senac qualifica jovens para atender supermercados**

As grandes redes de supermercados instaladas em Uberaba, assim como as lojas já tradicionais, contarão com mão-de-obra jovem qualificada a partir de 5 de fevereiro. Em atendimento à prefeitura, o Senac Uberaba foi contratado para ministrar diversos treinamentos do Programa Federal Juventude Cidadã, entre eles, o de repositor de Supermercado. São 200 horas de qualificação, sendo quatro horas/aula por dia, unindo teoria e prática. Cerca de 30 alunos aprendem técnicas de reposição de gôndolas, de confecção de cartazes e exercitam a criatividade a partir das noções de Merchandising e Marketing. A instrutora Telma Maria Silva enfatiza que foram trabalhadas ainda questões relativas a ética profissional, higiene pessoal e do ambiente de trabalho, relações humanas e, ainda, noções do Código de Defesa do Consumidor.

"Fizemos muitas simulações, inclusive, relacionadas ao atendimento, para que eles possam prestar bons serviços aos clientes, que são a razão de ser de uma empresa. Treinamos como tratar cada tipo de consumidor, desde os indecisos, passando pelos compulsivos, até os irritados", explicou Telma, reforçando que as dinâmicas evidenciam o perfil de cada aprendiz.

Os alunos do Juventude Cidadã tem de 16 a 24 anos e nunca tiveram Carteira de Trabalho assinada. Eles recebem do governo federal auxílio financeiro no valor de R\$ 600, em cinco parcelas de R\$ 120, mais lanche e vale-transporte. A meta é qualificar para promover a inserção no mercado de trabalho. Só em Uberaba, cerca de dois mil jovens estão recebendo orientações.

"Meus alunos provaram que são capazes, o que elevou a auto-estima deles. Isso somado ao conhecimento das rotinas de um supermercado, os torna preparados", conclui a instrutora.

Exposição. Nesta última etapa do treinamento, a turma está montando um supermercado simulado que já ganhou até nome, Supermercado Popular. Tudo começou com a visita a uma grande loja da cidade, agora os alunos recolhem embalagens vazias e começam a preparar os corredores e as seções específicas por gêneros de produtos. "Estamos pensando em organizar as pirâmides de bebidas e enlatados, o açougue, a padaria e até uma área de degustação", enfatizou a instrutora. O Supermercado Popular estará aberto para visita nos dias 25 e 26, na Unipac, localizado na avenida Santos Dumont, nº 226, das 13h30 às 17h30.



# JORNAL DE UBERABA

## Cidade

03/02/2007 às 10:23

### **Programa Juventude Cidadã recebe inscrições até 2ª-feira**

Jovens entre 16 e 24 anos poderão desenvolver suas habilidades nas oficinas socioculturais oferecidas pelo programa que já beneficiou 2 mil adolescentes em Uberaba. Até esta segunda-feira (dia 5), a Coordenadoria do Programa Juventude Cidadã recebe inscrições para esse que é apontado como um dos maiores programas sociais do país. De acordo com a coordenadora, Maria Rita Nascimento Pereira, até o início da tarde de ontem, cerca de 350 inscrições foram recebidas no posto de atendimento.

O intuito do programa é prestar assistência a jovens, desenvolvendo atividades que complementam o conteúdo escolar, aguçam a criatividade e o senso de responsabilidade e promovem a inclusão social dos cidadãos.

Este será o segundo módulo do programa que reúne a Prefeitura de Uberaba e o Ministério do Trabalho e Emprego. O local de inscrições é a secretaria da Feti (Fundação de Ensino Técnico Intensivo - Dr. René Barsam), na Rua Equador, 49, bairro Fabrício, no horário das 9h às 18h.

Para se inscrever o adolescente tem que apresentar comprovante de que esteja estudando. É necessária, ainda, a apresentação de xérox dos documentos pessoais [RG, CPF e Certidão de Nascimento], além de comprovante de residência e cópia da Carteira de Trabalho que nunca tenha sido assinada.

Cabe destacar, de outra parte, que o primeiro módulo está com atividades sendo encerradas. Atendeu 1 mil 892 e foi iniciado em setembro de 2006 e término agora no dia 05 de fevereiro. O novo módulo oferece 300 vagas, com atividades a serem iniciadas entre os dias 08 e 10 de fevereiro, estendendo-se até julho.

Ao finalizar, a coordenadora Maria Rita Nascimento Pereira disse que o aluno recebe um incentivo financeiro no valor de R\$ 600,00, em cinco parcelas de R\$ 120,00, proporcionado pelo Ministério do Trabalho e Emprego.

# JORNAL DE UBERABA

Cidade

07/02/2007 às 08:07

## Notificações de dengue caem 95% em janeiro

Apenas 39 notificações de suspeita de dengue foram registradas em janeiro, contra 808 registradas no mesmo mês do ano passado, quando a cidade de Uberaba sofreu com a doença. A redução é de 95,18% no número de casos no comparativo.

De acordo com o chefe da Seção de Controle de Endemias e Zoonoses, da Secretaria Municipal de Saúde, o resultado se deve ao trabalho de rotina, casa a casa, para a eliminação dos criadouros do mosquito *Aedes aegypti*, transmissor da dengue. Segundo o técnico André Luís Ribeiro Sousa, mesmo com a redução das notificações da doença, o trabalho de prevenção e combate aos criatórios continua sendo feito de forma intensa.

O secretário de saúde, João Franco Filho, explica que os agentes de saúde trabalham diariamente, das 7 às 19 horas, inclusive aos sábados. As visitas domiciliares são o foco principal, para eliminação dos criadouros. Juntamente com o fumacê, a equipe de educadores em saúde, com apoio de membros do Projeto Juventude Cidadã, visitam os moradores de bairros com maior índice de infestação, para convencê-los a se integrarem às ações de prevenção.

Ainda segundo o secretário, paralelamente, uma equipe especial de agentes trabalha no resgate de imóveis fechados. Dentre outras ações, os agentes instalam tampas em caixas d'água e recolhem quinzenalmente pneus nas borracharias da cidade.

Levantamento realizado pelo Centro de Controle de Zoonoses indicou índice de 2,74 de infestação para cada 100 domicílios pesquisados. No entanto, 18 bairros registraram índices entre 5 e 9,8, considerados de risco. São eles: Recreio dos Bandeirantes, Gameleiras, Jockey Park, Jardim Santa Clara, Chica Ferreira, Cidade Jardim, Jardim Triângulo, Morada das Fontes, Bairro de Lourdes, José Barbosa, Mirante, São José, Bom Retiro, Santa Marta, Jardim Induberaba, Pacaembu, Santa Maria e Jardim Alvorada.

Diante dessa situação, o Centro de Zoonoses direcionou suas ações para esses bairros, com o objetivo de combater estrategicamente a proliferação dos focos de dengue. "Direcionamos nosso trabalho para essas regiões, com visita casa a casa. Ao mesmo tempo, pedimos que os moradores participem do combate ao mosquito, eliminando os criadouros do *Aedes aegypti*", explica André Luís. Para esclarecimento de dúvidas, basta entrar em contato pelo telefone 3315-4173, no Centro de Controle de Zoonoses.



# JORNAL DE UBERABA

Cidade

08/02/2007 às 08:38

## Capacitação de guias turísticos

Quatro adolescentes que integram o Projeto Juventude Cidadã participam de treinamento no Arquivo Público de Uberaba, para que possam atuar como guias turísticos. Um dos focos do estudo é o complexo histórico formado pela Igreja de Santa Rita, Igreja de São Domingos, Capela de Nossa Senhora das Dores, Mercado Municipal e Universidade Federal do Triângulo Mineiro, locais em que devem percorrer no roteiro turístico. A capacitação envolve a Feti (Fundação de Ensino Técnico Intensivo "Dr. Renê Barsam"), o Departamento de Turismo da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e o Arquivo Público. A diretora Lélia Bruno ressalta que esse treinamento é uma experiência inovadora para o Arquivo, sendo importante para a formação dos guias turísticos.

# JORNAL DE UBERABA

Cidade

18/04/2007 às 08:47

## Juventude abre supermercado simulado

Hoje e amanhã (dias 18 e 19), os 21 alunos do curso de repositor de supermercado, integrantes do Projeto Juventude Cidadã, abrem as portas de um supermercado simulado, no Senac Uberaba.

A montagem do Criativo Supermercado faz parte da última etapa do treinamento, que teve 200 horas de qualificação, sendo quatro horas de aula por dia, que uniram teoria e prática. A turma aprendeu técnicas de reposição de gôndulas, de confecção de cartazes e exercitou as noções de Merchandising e Marketing.

A instrutora do Senac Uberaba, Telma Maria Silva, enfatiza que foram trabalhadas ainda questões relativas à ética profissional, higiene pessoal e do ambiente de trabalho, relações humanas e noções do Código de Defesa do Consumidor. A meta é qualificar para promover a inserção no mercado de trabalho. Só em Uberaba, cerca de dois mil jovens estão recebendo orientações.

Para desenvolver o trabalho, os alunos visitaram uma grande loja da cidade, recolheram embalagens vazias e, na última fase, prepararam os corredores e as seções específicas por gêneros de produtos. "É tudo simulação, mas montamos até açougue, padaria e área de degustação. Durante as visitas, os aprendizes terão a oportunidade de demonstrar conhecimento explicando como o trabalho foi desenvolvido", enfatizou. O Criativo Supermercado estará aberto à visita das 13h30 às 17h30, no Senac Uberaba, que fica na rua Capitão Batista Machado, 48, bairro Boa Vista.



# JORNAL DE UBERABA

## Cidade

05/05/2007 às 18:02

### Coordenadora do "Juventude Cidadã" cobra responsabilidade social

As empresas devem fazer seu papel social e ajudar na inclusão de jovens no mercado de trabalho. Esta é a opinião da coordenadora do projeto Juventude Cidadã, em Uberaba, Maria Rita Nascimento Pereira. Ela está preocupada em sensibilizar os empresários para que vejam, nos alunos do programa, o potencial que têm a oferecer às empresas.

"O Juventude Cidadã está atendendo a 1.820 jovens na cidade, dando qualificação profissional, de acordo com o curso escolhido. São 29 cursos, realizados em 521 horas. Os participantes também fazem 125 horas de ação voluntária, desenvolvidas em órgãos públicos ou privados, sem fins lucrativos. Participando do projeto, os jovens ganham uma ajuda de custo no valor de R\$ 600, divididos em cinco parcelas de R\$ 120", informa.

De acordo com a coordenadora, ao longo do projeto, os jovens são formados em cidadania e direitos humanos, qualificação profissional e social, prestam serviços voluntários à comunidade, recebem estímulo e apoio efetivo à elevação da escolaridade.

Maria Rita diz que o desafio, agora, é colocar estes jovens no mercado de trabalho. "Estamos fazendo um trabalho efetivo de sensibilização, aos empresários, para colocá-los no mercado de trabalho. Um dos objetivos do projeto é inserir, no mínimo, 30% dos jovens beneficiários do programa o que, em Uberaba, representa 300 jovens. Com isso, estaremos proporcionando que estes jovens melhorem sua qualidade de vida. Além disso, serão menos pessoas nas ruas, saindo da exclusão social. Estamos preocupados em resgatar a cidadania dos participantes", afirma.

Inserção - Ela lembra que o "Juventude Cidadã" está ligado ao Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego, do Ministério do Trabalho e Emprego, e visa a inserção produtiva de jovens em postos formais de trabalho ou em atividades empreendedoras para a geração de renda, e sua continuidade depende da colocação destes jovens no mercado. Também diz que o empresário que absorver estes jovens terá vantagens, como: isenção de imposto e a concessão do Selo de Responsabilidade Social, que pode ser utilizado em seus produtos ou serviços e em suas campanhas publicitárias, demonstrando à sociedade o seu compromisso com o desenvolvimento pessoal e profissional da juventude brasileira.

Ainda, segundo Maria Rita, de acordo com a lei, as empresas são obrigadas a contratar jovens no primeiro emprego e lamenta que a maioria não cumpre a legislação. Por isso faz um apelo, não somente aos empresários, mas também a seus contadores, para que fiquem atentos a este detalhe. (MGS)

# JORNAL DE UBERABA

**Cidade**

06/06/2007 às 08:20

## **Codau inicia plantio de cortina verde até ETE**

Alunos da Escola Municipal Professora Stella Chaves participaram do início do plantio do projeto de cortina verde na área do entorno da Estação de Tratamento de Esgoto (ETE) Rio Uberaba. Eles foram acompanhados pelos adolescentes do programa Juventude Cidadã, equipes das cooperativas de catadores de materiais recicláveis e estudantes do Centro Educacional de Uberaba.

A ação fez parte das comemorações do dia Mundial do Meio Ambiente, coordenada pela Prefeitura de Uberaba e Centro Operacional de Desenvolvimento e Saneamento (Codau). O prefeito Anderson Aauto e o presidente da autarquia, José Luiz Alves, receberam as autoridades do Legislativo, ONGs ambientais, Cemig, e representantes de entidades de classe.

José Luiz frisou que na ETE Francisco Velludo haverá um complexo de contenção de gases gerados na fase anaeróbia do tratamento, com queimadores e exaustores, cuja finalidade é retirar os gases presentes nas tubulações e destinar para o biofiltro. Informou também que a direção dos ventos predominantes está no sentido contrário ao núcleo urbano. O plantio de árvores, iniciado ontem, formando um cinturão verde, completa o planejamento para proporcionar à ETE total segurança com relação aos odores, completou, afirmando que não só Uberaba ganha com a operação da Estação, mas também os três municípios que são banhados pelo rio - Veríssimo, Conceição das Alagoas e Planura, onde o rio Uberaba deságua no rio Grande.

Mais de 100 pessoas participaram do evento na tarde desta terça-feira e foi a oportunidade para que o Prefeito de Uberaba reiterasse o compromisso da administração em conduzir os destinos do município a partir de ações de sustentabilidade. A Estação de Tratamento de Esgoto e o plantio de 1 milhão de mudas na cidade e nos locais onde se faz necessário a revegetação de matas ciliares, nascentes e áreas com ausência de cobertura vegetal foram citados por ele como o legado desta geração para as gerações futuras no aspecto de responsabilidade ambiental.

O padre Alécio Freire, da Área Pastoral São José e Santa Beatriz, fez a benção das obras. Participaram também do evento o secretário de Meio Ambiente, Ricardo Lima e o vereador Massuó Machiyama.



# JM Online

## POLÍTICA

23/08/2006

### **Ministro inaugura projeto em Uberaba**

O ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, participa da aula inaugural do projeto Juventude Cidadã, hoje, em Uberaba. Dois mil jovens com idade de 16 a 24 anos serão beneficiados pelo curso, que já tem assegurado recursos da ordem de R\$ 2,7 milhões daquela pasta. São 600 horas de aulas de inclusão digital, cidadania, direitos humanos, prestação de serviços voluntários à comunidade, qualificação social e profissional e estímulo e apoio efetivo à elevação da escolaridade.

Trata-se de uma das ações do Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego (PNPE) do MTB.

Cada um dos beneficiados com o projeto recebe um auxílio financeiro no valor de R\$ 600, distribuídos em cinco parcelas de R\$ 120. Neste semestre será realizado em 66 municípios brasileiros e atenderá a mais de 60 mil jovens com a meta de inserir pelo menos 30% deles no mercado de trabalho.

De acordo com Silvana Elias, da Superintendência de Projetos e Parcerias Intersetoriais da Prefeitura de Uberaba (Seppai), a PMU já está fazendo prospecção para identificar os empregadores. Ela explica que serão ministradas aulas para formar eletricitas prediais, cuidadores de idosos, cozinheiros auxiliares, office-boys e operadores de máquina, entre outras profissões.

A aula inaugural do projeto Juventude Cidadã será às 15h no Cine Metrópole (avenida Leopoldino de Oliveira, 3.469 – centro).

# JM Online

## POLÍTICA

24/08/2006

### **Programa de capacitação paga R\$ 120 a jovens aprendizes**

A Prefeitura de Uberaba e o Ministério do Trabalho e Emprego assinaram ontem convênio para implantação do projeto Juventude Cidadã, que beneficiará 2012 jovens com idade de 15 a 24 anos. Cada um deles receberá vale-transporte, uniforme, alimentação e uma bolsa, no valor de R\$ 120, por cinco meses, período de duração dos cursos de capacitação em diversas áreas profissionais.

As aulas começam em setembro (as convocações começam na segunda semana daquele mês), sendo que as empresas responsáveis pela capacitação foram escolhidas através de licitação por pregão eletrônico (o resultado seria conhecido ontem), informou a subsecretária de Educação, Sandra Maria Sousa de Oliveira.

A aula inaugural do projeto, uma das ações do Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego (PNPE), trouxe a Uberaba o ministro do Trabalho, Luiz Marinho. Ele chegou à cidade com 1h45 de atraso e disse aos jovens que o programa é uma oportunidade e um direito legítimo à qualificação e aprendizagem. Também conclamou os empresários da cidade a abrirem as portas de suas empresas para receber os jovens.

De acordo com o Juventude Cidadã, 30% dos jovens capacitados devem ser empregados no mercado local. Segundo a coordenadora do projeto em Uberaba, Maria Rita Nascimento Pereira, a inserção não é imediata. Sandra observa que os cursos serão oferecidos com base nas empresas locais e nos setores em expansão na cidade. Os jovens selecionados têm renda per capita de até ½ salário mínimo.

Beneficiados. Para Juscélia Nunes dos Santos, 22 anos, participar do projeto é **uma grande oportunidade. "Sem qualificação profissional a gente não consegue trabalhar", disse ela, que escolheu o curso de Computação para o treinamento. Já Bruno Oliveira Soares, 18, considera importante esta oportunidade, que pode configurar seu primeiro emprego. O jovem optou pelo curso de Sistemas de Segurança e Alarme, por considerar que o setor está em crescimento.**



## POLÍTICA

24/08/2006

### Ex-prefeito "bate boca" com Marinho

O ex-prefeito Marcos Montes (PFL) reagiu, ontem, à declaração do ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, de que Uberaba perdeu 2,7 mil oportunidades de trabalho durante os oito anos de governo Fernando Henrique Cardoso (PSDB). "Foi um período de destruição de empregos", disse o ex-presidente nacional da Central Única dos Trabalhadores (CUT).

"Ou ele é mentiroso ou está falando de má-fé!", afirmou MM, avaliando que Uberaba vivenciou um processo de desenvolvimento econômico, humano e social na última década nunca antes experimentado. Ele lembrou que o Produto Interno Bruto (PIB) do município cresceu nada menos do que 89% entre 2000 e 2003, saltando de R\$ 2,94 bilhões para R\$ 3,97 bilhões. E, ainda, que o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do município subiu do 9º para o 4º lugar em Minas Gerais, atingindo 0,834, considerado de Primeiro Mundo pela Organização das Nações Unidas (ONU).

De acordo com Montes, milhares de empregos foram criados, como consequência da persistência e trabalho da administração municipal. Como destaque cita a atração da Satipel, que, segundo MM, por si só provocou a instalação de várias outras empresas na cidade, além do desenvolvimento das que já estavam instaladas. Só os investimentos efetuados pelas empresas do setor moveleiro instaladas em Uberaba totalizaram mais de R\$ 250 milhões, de acordo com MM.

O ex-prefeito ressalta que os problemas começaram a acontecer quando Lula assumiu a presidência. MM lembra que, só em relação ao Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), o atual governo federal reduziu de forma assustadora os investimentos em qualificação, área beneficiada com o dinheiro do trabalhador. Em 2001, segundo ele, o governo FHC liberou R\$ 35,3 milhões do FAT para Minas Gerais. Já em 2005, o governo Lula só liberou R\$ 4,8 milhões. Marcos Montes era titular da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Esportes em 2005. A pasta é responsável pela condução dos programas de emprego e renda em Minas.

"Se não fosse a vontade política do governador Aécio Neves, Minas Gerais teria passado em branco na área de qualificação", afirmou ele.

Para MM, os recursos estão sendo liberados agora, como no caso do Juventude Cidadã, em razão da campanha eleitoral.

"Em vez de sair por aí, passando informações falsas, o ministro do Trabalho e Emprego deveria, sim, explicar o mensalão, o seu apoio a pessoas que já confessaram prática de caixa dois em campanhas eleitorais, seu peleguismo, sua inoperância e a inoperância do governo Lula" – alfinetou Marcos Montes.  
**(RG)**

# JM Online

## CIDADE

09/12/2006

### **Alto índice de acidentes leva educação no trânsito para as escolas**

Equipe da Secretaria de Trânsito e Transportes Especiais e Proteção de Bens e Serviços Públicos está percorrendo escolas municipais e creches promovendo palestras sobre o tema Educação no Trânsito. O trabalho conta com a participação de adolescentes integrantes do projeto Juventude Cidadã e de um guarda municipal e é coordenado pelo chefe da Seção de Educação no Trânsito, Renê Inácio de Freitas.

O objetivo é despertar nas crianças o interesse pelas normas corretas de trânsito, transformando-os em agentes multiplicadores na divulgação do Código de Trânsito Brasileiro (CTB), com práticas corretas que vão garantir mais segurança à população.

O ciclo de palestras teve início há pouco mais de um mês e já atingiu um universo de mais de 2.500 crianças de escolas municipais e creches, na faixa etária de 5 a 9 anos.

Além das palestras, as crianças estão recebendo um informativo, bastante ilustrativo, contendo informações sobre o CTB e os cuidados que se deve tomar ao dirigir veículos, motos e até bicicletas, sobre os equipamentos obrigatórios, o transporte escolar, etc.

"A receptividade por parte das crianças está sendo surpreendente. Elas assimilam com mais rapidez as informações e sempre dão exemplo de condutas erradas praticadas por adultos. Esperamos que com esse trabalho elas passam a ser nossas colaboradoras, dando até mesmo 'um puxão de orelha' nos pais, irmãos ou tios que não respeitam as leis de trânsito", destaca o coordenador.

Para ele, é preciso que a comunidade, de uma forma geral, se conscientize sobre o grande número de acidentes de trânsito registrado nos últimos tempos.

"Podemos mudar este cenário. E a responsabilidade é de todos nós", finaliza ele.



# JM Online

## CIDADE

09/03/2007

### **Coleta seletiva será implantada em 30 bairros**

Depois de um mês da implantação da coleta seletiva de lixo no Mercado Municipal, permissionários, funcionários e clientes do local estão se adaptando ao novo programa implantado pela prefeitura através da parceria das secretarias de Meio Ambiente e Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Sagri).

De acordo com a assessora de Educação Ambiental, Daniela Fuchs, estagiários do programa Juventude Cidadã fizeram o trabalho de conscientização dos usuários e clientes.

Dezesseis coletores, quatro em cada entrada do mercado, foram instalados para viabilizar a coleta seletiva de lixo. Os equipamentos separam o lixo inorgânico (papel, plástico, metal e vidro) do lixo orgânico – que é o maior volume do mercado municipal. Ele é colocado em três caçambas, situadas do lado de fora do local.

Duas cooperativas – Coperu e Cárita – são responsáveis pela coleta, duas vezes ao dia. "A próxima etapa é instalar os coletores dentro do estabelecimento", explica.

A assessora ressalta que o principal objetivo da coleta seletiva é melhorar a qualidade de vida da população, além de adequar o local aos padrões normais de higienização. O procedimento também contribui, segundo ela, para prolongar a vida útil do aterro sanitário. A partir de segunda-feira o programa estenderá para a Cearg (Central de Abastecimento do Vale do Rio Grande).

**Ampliação.** A coleta seletiva também será ampliada para os bairros da cidade. Com base em um mapeamento feito no município, cada cooperativa deve realizar a coleta somente nas áreas predefinidas. Até o fim do ano a iniciativa deve atingir 30 bairros. "O trabalho de educação ambiental também começou nas escolas municipais, empresas e condomínios", reforça.

O secretário municipal de Meio Ambiente, Ricardo Lima, destaca que a implantação da coleta seletiva é gradual e lenta, uma vez que se trata de mudança do comportamento das pessoas. "A primeira ação é de mobilização, depois de conscientização e, finalmente, de envolvimento da população como um todo."



# JM Online

## CIDADE

25/06/2007

### **Escolas estaduais superam municipais em avaliação do MEC**

Escola pública estadual de Uberaba recebeu avaliação acima da média nacional de acordo com o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb). O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (Saeb) divulgou na semana passada o índice referente ao ano de 2005 e colocou a Escola Estadual Fidélis Reis como a mais bem classificada na cidade e em um dos primeiros lugares no Estado. Os alunos avaliados pertencem aos anos iniciais do Ensino Fundamental.

De acordo com dados do Ministério da Educação (MEC), o nível satisfatório seria 6, numa escala de 0 a 10, e a escola citada recebeu média 6,1. O resultado a colocou entre as 160 escolas com melhor qualidade de ensino no país.

Para a diretora da escola, Zânia Maria Caparelli, o resultado é uma confirmação do trabalho realizado na instituição de ensino, que possui 550 alunos. "Assumi a direção há 10 anos e desde então focamos na qualidade de ensino. Frisamos a importância da alfabetização com letramento, aquela em que o aluno lê e interpreta, aprendendo a pensar", indica.

Zânia também reconhece a participação dos professores no sucesso alcançado. "O corpo docente veste a camisa. Temos parceria com o projeto do Ministério da Educação, chamado Juventude Cidadã, em que alunos recebem bolsa para monitorar os mais jovens. Aqui eles dão aula de informática, auxiliam nas aulas de reforço, arte e recreação", acrescenta.

Ainda segundo a diretora, outro projeto que deu muito certo na escola foi ministrar aulas de literatura através de filmes e desenhos. "O aluno é estimulado através de aulas dinâmicas que prendem a atenção e incentivam a criatividade. Deve ser por isso que, na Prova Brasil, 17 deles tiraram a nota máxima", orgulha-se.

Das escolas municipais, a que obteve melhor nota na avaliação nacional foi a Escola Municipal Urbana Frei Eugênio. Segundo Marilene de Lourdes Vieira, diretora da escola há quatro anos, a média alcançada foi 5,4. Mesmo ainda abaixo do índice satisfatório, Marilene comemora. "Graças ao trabalho de uma equipe comprometida com a qualidade na educação, conseguimos nos aprimorar a cada ano", destaca a diretora, e também evidencia que a qualidade alcançada pela instituição é fruto da participação efetiva dos pais, da reciclagem oferecida aos professores pela Secretaria de Educação e da utilização de recursos tecnológicos no ensino.

"Aqui temos disponíveis laboratório de informática com internet, data-show, aparelho de DVD, tudo para promover melhor qualidade de ensino ao aluno e atrair sua atenção e interesse", relata.

De acordo com a superintendente regional de Ensino, Vânia Célia Ferreira, as escolas em destaque servem como modelo para outras que estão em desvantagem. "Essa semana realizamos o evento 'Toda escola pode fazer a diferença', focando justamente a melhoria do setor. Esses instrumentos nos ajudam a conseguir mais resultados positivos", afirma.

O secretário municipal de Educação e Cultura, José Vandir de Oliveira, concorda que a avaliação do ensino é uma forma de melhorar a qualidade. "O Contrato de Gestão está aí para nos ajudar a atingir as metas e colocar a educação no caminho certo", indica.



# JM Online

## CIDADE

11/10/2007

### **Sine apresenta crescimento na prestação de serviço**

O Serviço Nacional do Emprego (Sine) de Uberaba, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo (Sedet) desde junho de 2007, apresenta resultados positivos. O número de encaminhamentos para vagas de trabalho, que em maio era de 181, duplicou, chegando a 392 em setembro.

A melhoria é constatada também em outros serviços oferecidos pelo Sine. O registro de seguro-desemprego cresceu de 91, no início do ano, para 150 no último mês. As emissões de Carteira de Trabalho vêm mantendo a média de 430 documentos ao mês.

Destaque para o número de colocações no mercado de trabalho: só em setembro, foram 64, registrando o maior número do ano. O gerente Luiz Carlos de Souza afirma que a nova filosofia de trabalho implementada no órgão é a responsável pelos resultados. "Estamos procurando atender os usuários, tanto empresas como pessoas físicas, de uma forma diferenciada, investindo em treinamentos para melhor preparo dos servidores", destaca.

Atualmente, nove estagiários do curso de psicologia realizam entrevistas para selecionar os candidatos às vagas do Sine.

Outra linha de atuação é o Programa Nacional do Primeiro Emprego, em que cada contratação resulta no repasse de R\$ 1,5 mil para os empresários. Em agosto, quatro empresas se cadastraram e efetivaram sete contratações. Já em setembro, o número de colocações subiu para 16.

Os interessados em fazer parte do cadastro devem ligar para o Sine, através dos telefones 3332-7667 e 3332-4005, para o repasse de informações da empresa. Em seguida, o órgão faz o encaminhamento de jovens de 16 a 24 anos que nunca tiveram a Carteira de Trabalho (CTPS) assinada, para que sejam selecionados e contratados.

Luiz Carlos destaca que o repasse dos recursos é feito bimestralmente, em seis parcelas de R\$ 250,00, por contratação. "Esse é um benefício que a maioria das empresas desconhece. Estamos prontos para dar todas as informações e cadastrá-los", observa o dirigente do Sine de Uberaba. Paralelo ao Programa Nacional do Primeiro Emprego, no município existe o Juventude Cidadã, que, através de parceria com o Senac, ofereceu mais de 300 horas de treinamento para os jovens, preparando-os para competir no mercado de trabalho. A Associação Comercial, Industrial e de Serviços de Uberaba (Aciu) e a Câmara dos Dirigentes Lojistas (CDL) apóiam o projeto.

**ANEXO D**

**Descrição da ocupação de vendedor de  
Comercio Varejista segundo a CBO**

<b>Código CBO:</b> 4-51. 30	<b>Título:</b> Vendedor de comércio varejista
<p><b>Sinônimos:</b> ■Fruteiro (exceto no comércio ambulante - empregado) ■Funcionário de venda de microcomputador ■Funcionário de venda em loja ■Galinheiro (exceto no comércio ambulante - empregado) ■Geleiro (comércio - empregado) ■Joalheiro (comércio - empregado) ■Leiteiro (venda) ■Livreiro (comércio-empregado) ■Vendedor (comércio de artigos de luxo - empregado) ■Vendedor (comércio de artigos de papelaria - empregado) ■Vendedor (comércio de artigos de vestuário - empregado) ■Vendedor (comércio de discos - empregado) ■Vendedor (comércio de móveis - empregado) ■Vendedor de loja ■Vendedor de veículos ■Vendedor lojista ■Vendedor lojista de comércio varejista ■Aprendiz de balconista ■Aprendiz de loja ■Balconista ■Balconista (comércio de artigos de papelaria - empregado) ■Balconista (comércio de artigos de luxo - empregado) ■Balconista (comércio de artigos de vestuário - empregado) ■Balconista (comércio de disco - empregado) ■Balconista de bazar ■Balconista de bombonière ■Balconista de box de mercado ■Balconista de comércio varejista ■Balconista de confecções ■Balconista de conserto ■Balconista de eletrodomésticos ■Balconista de farmácia ■Balconista de foto revelação ■Balconista de frios ■Balconista de frios e laticínios ■Balconista de frutas e verduras ■Balconista de laticínios ■Balconista de livros novos e usados ■Balconista de loja ■Balconista de minimercado ■Balconista de padaria ■Balconista de peças e acessórios para veículos ■Balconista de peixaria ■Balconista de perfumaria ■Balconista de salgados ■Balconista de tecidos ■Bilheteiro (casa lotérica) ■Comércio varejista, vendedor de ■Encarregado de balcão ■Encarregado de balconista ■Encarregado de seção de calças (varejo) ■Encarregado de seção de camisas (varejo) ■Encarregado de seção de galletos ■Encarregado de seção de material elétrico ■Encarregado de seção de milho ■Encarregado de seção de rações ■Operador de balcão ■Operador de vendas (lojas) ■Quitandeiros (exceto no comércio ambulante - empregado) ■Sapateiro (comércio - empregado) ■Televenda (varejista)</p>	
<p><b>Descrição Resumida:</b></p> <p>Vende mercadorias em estabelecimentos de comércio varejista, apresentando, demonstrando e embalando os produtos, para atender às solicitações dos clientes:</p>	
<p><b>Descrição Detalhada:</b></p> <p>Entra em contato com os clientes, em balcão, averiguando o tipo e qualidade dos produtos desejados, para tomar as providências necessárias ao seu atendimento; apresenta os produtos disponíveis ao freguês, informando-o sobre vantagens, marca, qualidade e outros requisitos e efetuando demonstrações, se necessário, para auxiliá-lo na escolha e induzi-lo à compra; embala a mercadoria vendida, colocando-a em caixas ou embrulhando-a, para facilitar seu transporte ou manuseio pelo comprador; emite notas fiscais, anotando em formulário próprio os dados relativos à compra efetuada, para possibilitar o pagamento e controlar o movimento das mercadorias; repõe as mercadorias no local adequado, arrumando-as segundo o tipo, modelo ou qualidade, para facilitar seu manejo, preservar a ordem da loja e conservar o produto. Pode receber a importância da venda e conceder descontos. Pode fazer inventário de mercadorias e providenciar as reposições necessárias. Pode efetuar a limpeza e arrumação de vitrinas e mercadorias. Pode afixar preços e outras especificações nos artigos expostos à venda. Pode especializar-se na venda de determinado gênero de produtos e ser designado de acordo com a especialização. Pode concretizar vendas por correspondência ou telefones.</p>	

**ANEXO E****Relação dos Temas - Ocupação – Código CBO**

**Programa Juventude Cidadã**  
**Relação dos Temas - Ocupação - Código CBO**  
Base para negociação do Plano de Trabalho

**Ocupações/Arcos/Temas**

Ocupações	Arcos de Ocupações	Nome do Tema no Plano de Trabalho	Carga Horária	Meta
a) Arquivista/arquivador b) Almoxarife c) Auxiliar de escritório/administrativo d) Contínuo/office-boy/Office-girl	1.Administração	I. Administração		
a) Criador de pequenos animais (apicultura ou avicultura de corte ou avicultura de postura) b) Trabalhador em Cultivo regional (fruticultura, olericultura) c) Extrativista florestal de produtos regionais (madeira; alimentos silvestres; fibras, ceras e óleos; gomas e resinas) d) Artesão regional (cerâmica, bordados, madeira, palha e materiais orgânicos)	2.Agro Extrativista, segurança alimentar, promoção da qualidade de vida no campo e promoção dos saberes indígena e popular	II. Agro Extrativista		
a) Chapista b) Repositor de mercadorias (em supermercados) c) Cozinheiro auxiliar d) Vendedor ambulante (alimentação)	3.Alimentação	III. Alimentação		
a) DJ/MC b) Assistente de coreografia c) Dançarino tradicional e popular d) Assistente de produção	4.Arte e cultura	IV.Arte e cultura		
a) Cabeleireiro escovista b) Manicure/pedicure c) Maquiador d) Depilador	5.Beleza e estética	V.Beleza e estética		
a) Operador de rádio comunitário b) Fotógrafo social c) Operador de câmara de vídeo (cameraman) d) Editor de jornal popular	6.Comunicação e Marketing Social	VI. Comunicação e marketing social		
a) Ladriheiro b) Pintor c) Gesseiro d) Trabalhador da manutenção de edificações (revestimentos)	7.A. Construção e Reparos (Revestimentos)	VII. Construção e reparos		
a) Eletricista Predial b) Instalador-reparador de linhas e equipamentos de telecomunicações c) Instalador de sistemas eletrônicos de segurança d) Trabalhador da manutenção de edificações (instalações elétricas e de telecomunicações)	7.B. Construção e Reparos (Instalações)	VII. Construção e reparos		
a) Monitor de recreação	8.Educação	VIII. Educação		



b) Reforço escolar c) Contador de histórias d) Auxiliar administrativo (escolas/bibliotecas)				
a) Recreador b) Monitor de esportes e lazer c) Animador de eventos d) Agente comunitário de esporte e lazer	9. Esporte e lazer	X. Esporte e lazer		
a) Auxiliar administrativo b) Coletor de dados em pesquisas c) Agente de projetos Sociais d) Agente comunitário	10. Gestão pública, terceiro setor, Voluntariado e trabalho social	XI. Gestão pública e terceiro setor		
a) Guilhotineiro - na indústria gráfica b) Encadernador c) Impressor (serigrafia) d) Operador de acabamento (indústria gráfica)	11. Gráfica	XII. Gráfica		
a) Joalheiro na confecção de bijuterias e jóias de fantasia b) Joalheiro (reparações) c) Gravador (joalheria e ourivesaria) d) Vendedor de comércio varejista (jóias, bijuterias e adereços)	12. Joalheria	XIII. Joalheria		
a) Marceneiro b) Reformador de móveis c) Vendedor lojista (móveis) d) Auxiliar de desenhista de móveis	13. Madeira e Móveis	XIV. Madeira e Móveis		
a) Visitador sanitário b) Recepcionista de consultório médico ou dentário c) Atendente de farmácia-balconista d) Agente ambiental	14. Meio ambiente, saúde e promoção da qualidade de vida	XV. Meio ambiente, saúde e promoção da qualidade de vida		
a) Serralheiro b) Funileiro industrial c) Assistente de vendas (automóveis e autopeças) d) Auxiliar de promoção de vendas – administrativo (lojas de automóveis e autopeças)	15. Metal mecânica	XVI. Metalmeccânica		
a) Pescador artesanal (pescado de água doce e salgada) b) Auxiliar de piscicultor c) Trabalhador no beneficiamento do pescado (limpeza, salgador, defumador e subprodutos dos peixes) d) Vendedor de pescado - Peixeiro (comércio varejista)	16. Pesca/piscicultura	XVII. Pesca/piscicultura		
a) Faxineiro b) Porteiro c) Empregado doméstico nos serviços gerais - Caseiro d) Cozinheiro no serviço doméstico	17.A. Serviços domiciliares I	XXI. Serviços domiciliares		
a) Cuidador de idosos b) Passador de roupas c) Cuidador de crianças (Babá) d) Lavadeiro	17.B. Serviços domiciliares II	XXI. Serviços domiciliares		
a) Operador de Microcomputador b) Telemarketing (vendas) c) Helpdesk (assistência) d) Assistente de vendas (informática e celulares)	18. Telemática	XXII. Telemática		
a) Cobrador	19. Transporte	XXIII. Transporte		

b) Ajudante de motorista (entregador) c) Assistente administrativo (transporte) d) Despachante de transportes coletivos				
a) Cumim (auxiliar de garçom) b) Recepcionista c) Guia de turismo (Local) d) Organizador de evento	20. Turismo e Hospitalidade	XXIV. Turismo e Hospitalidade		
a) Costureiro b) Reformadora de roupas c) Montador de artefatos de couro d) Vendedor de comércio varejista (vestuário)	21. Vestuário	XXV. Vestuário		

## **ANEXO F**

**Roteiro de entrevistas aplicadas aos diferentes agentes do  
Projeto Juventude Cidadã em Uberaba-MG (2006-2007).**



## **Roteiro de entrevista a ser aplicada ao Gestor do Projeto Juventude Cidadã em Uberaba-MG (2006-2007)**

### **Bloco 1 – Formulação e organização do PJC em Uberaba**

- Como se deu a movimentação política para a promoção do PJC em sua edição e Uberaba nos anos de 2006-2007?
- Quais foram as prioridades estabelecidas para o projeto?
- Houve alguma dificuldade quanto à organização e implantação?
- Houve superação destas dificuldades?
- Como foram selecionados os jovens cursistas, as agências executoras e os docentes que ministraram os conteúdos?

### **Bloco 2 – Colocação dos jovens no mercado de trabalho**

- O que foi feito para fomentar a colocação no mercado (dos jovens cursistas)?
- Houve a utilização de formas alternativas de colocação dos cursistas no mercado de trabalho?
- Como se deu essa inserção?
- Que proporção de jovens foi encaminhada? Há registros?
- Houve acompanhamento da formação de carreira destes jovens nas respectivas áreas de colocação?

### **Bloco 3 – Escolha das ocupações**

- Como se deu a escolha das ocupações cuja qualificação foi promovida pelo PJC?
- Por que foi escolhido o setor de comércio, mais especificamente a ocupação de Vendedor de Comércio Varejista, como um dos segmentos formacionais?

### **Bloco 4 – Acompanhamento**

- Houve algum acompanhamento da satisfação dos egressos? Como foi feito?
  - Há registros?

- Quais?
- Houve acompanhamento da ampliação da escolaridade destes jovens?

**Bloco 5 – Aspectos gerais**

Você tem alguma observação sobre o Juventude Cidadã que ache necessário mencionar?

**Roteiro de entrevista a ser aplicada aos egressos das turmas do curso de Vendedor de Comércio Varejista do Projeto Juventude Cidadã em Uberaba-MG (2006-2007)**

**Bloco 1 - Caracterização dos sujeitos**

Levantar idade atual e idade de ingresso dos jovens no Juventude Cidadã.

**Bloco 2 – Percepção da participação no Juventude Cidadã**

Levantar a percepção e avaliação do entrevistado sobre o Juventude Cidadã, fazer perguntas como:

- Como e porque entrou no Juventude Cidadã;
- O que achou do projeto;
- Efeitos percebidos nas condições de vida, de escolaridade e de trabalho;
- Você acha que houve alguma mudança em sua vida durante / depois de sua participação no JC? Qual? Você considera que essa mudança foi boa, ruim ou não fez diferença em sua vida? Porque?

**Bloco 3 - Escolaridade**

Você está estudando atualmente?

Orientação para o entrevistador: Buscar prospectar possíveis resultados de ampliação de escolaridade alcançada pelo jovem após sua conclusão do Juventude Cidadã. Questionar adicionalmente, de acordo com o andar da conversa, se a ampliação de escolaridade se deu através do ensino regular ou se através de cursos de qualificação e, se o jovem persistiu na busca de possibilidades proporcionadas por políticas públicas. Possíveis perguntas conseqüentes:

- Que série / que grau escolar está freqüentando?
- Você considera que é importante estudar? Para que? O JC contribuiu para que você percebesse essa importância? A sua freqüência à escola tornou-se mais regular? (diminuição de reprovação ou abandono)
- Você pretende estudar até que série? Para que e como você pretende fazer isso?
- Questionar se a ampliação de escolaridade se deu através do ensino regular ou se através de cursos de qualificação e, se o jovem persistiu na busca de possibilidades proporcionadas por políticas públicas.

Você considera que o Juventude Cidadã contribuiu para a continuidade dos seus estudos?

Orientação para o entrevistador: buscar prospectar a percepção do jovem a respeito da contribuição para seu aumento de escolaridade promovida pelo Juventude Cidadã, se esta efetivamente aconteceu e se é atribuída ao projeto, bem como depoimentos acerca de sua condição escolar anterior e posterior ao programa. Importante, nesses depoimentos, levá-los a abordar a questão da permanência na escola, se se definiu um percurso escolar mais regular – sem reprovações e com a percepção mais regular. O entrevistado atribui valor à escolaridade? Tentar detectar se houve alguma mudança de perspectiva com a participação no projeto ou não.

## **Bloco 4 – Empregabilidade**

Você estava trabalhando quando começou a frequentar o Juventude Cidadã?

Você está trabalhando agora?

Orientação para o entrevistador: Prospectar, neste bloco de perguntas, a relação de trabalho do jovem anterior ao Juventude Cidadã, bem como possíveis melhorias decorrentes do programa, sobretudo no que diz respeito a sua relação com o segmento comercial (relações de trabalho no comércio, anteriores e posteriores à participação no programa). Prospectar também se a participação no programa contribuiu para a estabilidade no mercado de trabalho, ou seja, se a participação no programa contribuiu para que a relação de trabalho evoluísse para a formalidade do contrato de trabalho (contratação, permanência, promoção) ou para um negócio próprio que tenha se estabelecido.

### **Itens / questões que podem ajudar:**

- Você tinha um trabalho / estava trabalhando quando procurou o JC?
- Se sim, como era esse trabalho?
- Por que, então, você procurou o JC? O que você esperava do JC em relação a essa situação?
- Você está trabalhando atualmente? É o mesmo trabalho que você fazia antes? Se não, porque você mudou de trabalho? Você acha que está melhor ou pior com seu trabalho atual? Porque? O JC deu alguma contribuição para essa mudança? Como?
- Se é a mesma atividade, houve alguma modificação com relação ao trabalho? (jornada de trabalho, contratação, melhoria de salário, etc. O que você do JC? Contribuiu de alguma forma para essa situação?
- Se não trabalhava, como era sua vida? O que fazia? Se ia à escola, o que mais você fazia além de ir à escola? Por que procurou o JC?
- Você está trabalhando atualmente? É o mesmo trabalho que você fazia antes? Se não, porque você mudou de trabalho? Você acha que está melhor ou pior com seu trabalho atual? Porque? O JC deu alguma contribuição para essa mudança? Como? Você considera que sua situação hoje está melhor ou pior do que antes? O JC contribuiu de alguma forma para isso? Como?

**Funções e atividades que podem ajudar a caracterizar o tipo de trabalho feito** nunca ter trabalhado fora de casa - Ajudar os pais e irmãos nos trabalhos de casa - Estar empregado com carteira assinada - Trabalhar sem carteira assinada, como autônomo, prestando serviços eventuais ou em seu próprio negócio - Trabalhar em casa por encomenda sozinho ou com familiares - Fazer pequenas empreitadas quando aparecem / apareciam - Prestar serviço mediante contrato - Ajudar no negócio da família - Trabalho assalariado com ou sem carteira assinada

Questionar ainda se a atividade do entrevistado está relacionada com o segmento comercial (relações de trabalho no comércio, anteriores e posteriores à participação no programa), se essas relações evoluíram para relações mais formalizadas (idem, contratação, permanência, promoção), se o entrevistado vê perspectiva de que isso aconteça ou se há o desejo de que isso aconteça ou se busca condições para estabelecer um negócio próprio.

## **Bloco 5 – Avaliação Geral**

Qual foi a maior contribuição do Juventude Cidadã para a sua vida?

Orientação para o entrevistador: Prospectar a percepção dos participantes em relação a melhorias de condição de vida associadas ao Juventude Cidadã, sobretudo nos campos da

escolaridade e empregabilidade. Prospectar fatores de satisfação e insatisfação com o atendimento às expectativas iniciais em relação ao programa.

**Fatores que seria conveniente considerar – buscar abordar:**

- Maior aceitação pela família e / ou comunidade em decorrência do auxílio financeiro ou do fato de estar “ocupado”;
- Reconhecimento pela sociedade;
- Auto valorização como pessoa;
- Busca de estabelecimento de negócio próprio com possibilidade de acesso a crédito;
- Tratamento recebido das equipes profissionais quando está em busca de trabalho.

**Bloco 6 – Aspectos gerais**

Você tem alguma observação sobre o Juventude Cidadã que ache necessário mencionar?

**Roteiro de entrevista a ser aplicada aos jovens evadidos ou desistentes das turmas do curso de Vendedor de Comércio Varejista do Projeto Juventude Cidadã em Uberaba-MG (2006-2007)**

**Bloco 1 - Caracterização dos sujeitos**

Levantar idade atual e idade de ingresso dos jovens no Juventude Cidadã.

**Bloco 2 – Percepção da participação no Juventude Cidadã**

Levantar a percepção e avaliação do entrevistado sobre o Juventude Cidadã, fazer perguntas como:

- Como e porque entrou no Juventude Cidadã;
- O que achou do projeto;

**Bloco 3 – Motivos de evasão ou desistência**

Levantar os motivos que levaram o entrevistado a abandonar o Projeto Juventude Cidadã.

## **ANEXO G**

**Quadro descritivo resumo da situação  
dos jovens participantes entrevistados**

**Quadro descritivo resumo da situação dos Jovens Participantes entrevistados**

Jovem participante	Sexo		Idade		Motivação de ingresso	Escolaridade							
	M	F	De ingresso	Atual		Ingresso*		Concluiu Ens. Médio		Atual**		Associa evolução ao PJC?	
						Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não
1		X	17	20	emprego	X		X			X		
2		X	15	19	emprego	X		X			X		
3		X	22	24	emprego	X		X			X		
4	X		16	18	emprego	X			X				
5		X	16	22	emprego		X						
6	X		17	21	emprego	X			X				
7		X	16	19	curso	X		X					
8		X	16	20	emprego	X		X				X	
9		X	18	21	emprego	X		X			X		
10		X	16	20	emprego	X		X			X		
11	X		21	25	trabalho	X		X				X	
12	X		21	24	curso	X		X			X		
13	X		17	21	curso	X		X			X		
14		X	24	28	emprego	X			X			X	
15		X	16	20	emprego	X		X				X	
16		X	16	20	curso	X		X				X	

\* decorrente da situação escolar do jovem no ingresso no PJC. O jovem estudava ou não.

\*\* O jovem estuda atualmente?



**Quadro descritivo resumo da situação dos Jovens Participantes entrevistados**

Jovem participante	Empregabilidade										Avaliação Geral		Área em que trabalha
	Empregado				Carteira assinada		Associa evolução ao PJC?		+	-			
	Ingresso	Após	Atual	Sim	Não	Sim	Não						
1	N	N	S		X	X			+				Comércio
2	N	S	N		X				+			Trabalhou com vendas autônomas após o PJC	
3	N	N	N		X	X			+			Trabalhos Domésticos	
4	N	N	N		X		X		+			Nunca trabalhou	
5	N	S	S	X			X		+			Escrituração Hospitalar	
6	N	S	S	X			X		+			Tornearia Mecânica	
7	N	S	S	X			X		+			Bancária	
8	N	N	S		X			X			-	Educação Física	
9	N	N	S		X		X		+			Trabalhos Domésticos	
10	N	S	S	X			X		+			Comércio	
11	N	S	S	X			X		+			Comércio	
12	N	S	S	X			X		+			Comércio	
13	N	S	S	X			X		+			Segurança Patrimonial	
14	N	N	S	X			X		+			Administrativa	
15	N	S	S	X			X		+			Administrativa	
16	N	N	N	X			X		+			Comércio	

## **ANEXO H**

**Tabelas resumo de entrevistas a participantes do Projeto  
Juventude Cidadã na edição de 2006-2007 por  
categoria pesquisada**

**Tabela resumo de entrevistas a cursistas do PJC na edição de 2006-2007, por categoria pesquisada**

Jovem	Categoria: <b>Empregabilidade</b>
Cursista 1	Escolheu ingressar no curso de Vendedor de Comércio Varejista (VCV) em função de acreditar no segmento. Nunca havia trabalhado antes do PJC e agora trabalha informalmente com vendas. Ficou longo tempo desempregada após o PJC. Ajuda a mãe nos afazeres domésticos.
Cursista 2	Escolheu ingressar no curso de VCV em função de acreditar no segmento. Não estava ocupada no momento do ingresso no PJC e não está ocupada no momento. Teve uma breve experiência com vendas autônomas após a participação no PJC. Nunca teve uma experiência formal de trabalho.
Cursista 3	Considera que o PJC contribuiu para sua condição de empregabilidade, apesar de ter desenvolvido até o momento apenas atividades voluntárias. Escolheu ingressar no curso de VCV em função de identificar-se com o segmento. Teve experiências profissionais apenas como empregada doméstica informal.
Cursista 4	Buscou qualificar-se para o comércio varejista por entender que o segmento oferece diversas oportunidades aos profissionais bem qualificados. Nunca trabalhou. Participa sistematicamente de políticas de qualificação similares. Está cursando atualmente operador de processos industriais através do ProJovem Trabalhador Urbano.
Cursista 5	Inscreveu-se no curso de VCV em função da disponibilidade de vagas e por entender que esta ocupação era, dentre as disponíveis, aquela que melhor se adaptava a seu perfil. Não estava trabalhando quando ingressou no PJC. Esta trabalhando atualmente como escriturária hospitalar, portanto, fora da área. Desenvolveu atividades temporárias no período de festas por encaminhamento da equipe de coordenação do programa. Considera que o conhecimento na área de vendas, alcançado com a oportunidade do PJC pode lhe valer uma recolocação no caso de perda de um emprego.
Cursista 6	Escolheu o curso de VCV apesar de identificar-se mais com a área industrial, mas reconhece ter habilidades naturais para vendas. Não trabalhava antes do PJC. Após o PJC iniciou auxílio nos negócios da família – comercialização de bijuterias e produtos de estética animal (cães).

	<p>Atualmente trabalha como torneiro mecânico, após conclusão de curso relacionado no SENAI.</p> <p>Entende que o segmento industrial lhe oferecerá melhores oportunidades de carreira.</p> <p>Acredita que poderá utilizar os conhecimentos relativos ao comércio em sua atividade profissional futura, caso abra seu próprio negócio (atitude empreendedora).</p>
Cursista 7	<p>Considera que, pelo fato de o PJC ter proporcionado maior visão do mercado de trabalho, trouxe melhores condições de trabalhar. Entende que os conhecimentos recebidos no curso proporcionaram melhor condição de lidar com o comércio, com o cliente. Após concluir o PJC conseguiu um estágio em um banco. Concluído o período de estágio, ocupou-se no segmento comercial, sempre com carteira assinada. Após um ano de trabalho no comércio, foi chamada de volta ao banco onde estagiou e trabalha lá desde então.</p>
Cursista 8	<p>Associou a oportunidade de participar do projeto a uma primeira possibilidade de colocação no mercado de trabalho, especificamente no comércio. No entanto, não disfarça a decepção com a ausência de encaminhamento a mercado de trabalho após a conclusão do processo de qualificação. Estuda Educação Física em nível superior e trabalha atualmente em uma academia. Não experimentou a atividade comercial. Entende que o PJC deveria enfatizar mais a questão do encaminhamento dos jovens ao mercado de trabalho, uma vez acreditando ter havido falhas neste sentido.</p>
Cursista 9	<p>Procurou o PJC porque o projeto oferecia oportunidade de primeiro emprego. Porém, não alcançou esta meta, mesmo após a conclusão das ações de qualificação promovidas. Entende ter havido evolução na empregabilidade decorrente da participação no projeto, mas não considera esta evolução plena porque não houve colocação no segmento comercial. Trabalha atualmente como empregada doméstica.</p>
Cursista 10	<p>Não trabalhava quando ingressou no PJC. Após a participação ingressou no segmento comercial, trabalhando como vendedora e caixa de loja. Todas as oportunidades de trabalho alcançadas foram na formalidade.</p>
Cursista 11	<p>Escolheu o curso de VCV porque queria trabalhar na área comercial. Após o PJC foi encaminhado a um estágio em uma empresa e iniciou ali sua carreira, permanecendo até agora colocado na área comercial, tendo passado por mais de uma empresa, sempre com carteira assinada. Considera que o aprendizado e o aperfeiçoamento possibilitados pela qualificação fornecida durante o projeto foram determinantes</p>

	para sua evolução profissional.
Cursista 12	Não trabalhava quando ingressou no PJC, tinha experiência com trabalhos autônomos de informática e almejava conhecer além dos computadores. Entendia que o curso de VCV poderia ensinar como se habituar melhor em uma empresa. Tem lembranças positivas da atividade voluntária desenvolvida na SETRANS, promovida pelo projeto. Logo após o PJC foi chamado a trabalhar em um supermercado local. Entende que o convite foi decorrente da associação de conhecimentos em informática e vendas. Assim, a primeira oportunidade, logo após a participação no PJC aconteceu na área administrativa. Hoje trabalha com vendas e afirma aplicar os conhecimentos obtidos por ocasião de sua participação no projeto.
Cursista 13	Afirma ter ingressado no mercado de trabalho por intermédio do curso freqüentado por ocasião da participação no PJC. Alega que os conhecimentos relativos a ética, cidadania, direitos humanos e comportamento em público contribuíram muito para sua colocação no mercado. Entende que a percepção destes conteúdos influencia diretamente a percepção das pessoas em relação à sociedade e, desta forma, influencia o comportamento na escola e interpessoal. Teve diversas experiências associadas a vendas ou ao atendimento ao público em geral, todas elas com carteira assinada.
Cursista 14	Interessou-se pelo projeto uma vez que ele sinalizava com oportunidade de ingresso no mercado de trabalho. Não trabalhava antes e não conseguiu uma oportunidade de emprego logo após o PJC. Hoje trabalha como auxiliar administrativo, com carteira assinada e considera que a maior contribuição do PJC para sua vida foi para a vida profissional.
Cursista 15	Teve o primeiro emprego como vendedora. Associa o PJC ao alcance esta oportunidade. Trabalhou por seis meses após o projeto no segmento comercial com carteira assinada. Trabalha atualmente em um escritório de advocacia.
Cursista 16	Afirma que, apesar de saber que a proposta inicial do projeto era a de encaminhar seus egressos ao mercado de trabalho, desconhece qualquer pessoa que tenha alcançado esta oportunidade. Teve oportunidades de trabalhar no segmento comercial após o PJC. Porém, não associa estas oportunidades à participação no projeto, uma vez que não fez menção à qualificação recebida em seu currículo por ter se passado tempo superior a um ano após a conclusão do curso.

**Tabela resumo de entrevistas a cursistas do PJC na edição de 2006-2007, por categoria pesquisada**

Jovem	Categoria: <b>Escolaridade</b>
Cursista 1	<p>Estava em fase de conclusão do Ensino Médio (EM) quando da passagem pelo PJC.            Concluiu o EM e pretende fazer vestibular.            Considera os estudos importantes na vida de uma pessoa, sem saber explicitar porquê.            Considera que sua freqüência escolar e suas relações sociais melhoraram por ocasião do PJC.</p>
Cursista 2	<p>Percebe a importância dos estudos como instrumento para a empregabilidade e melhoria das condições de vida.            Entende que seu curso (Administração em nível superior) é uma conseqüência do curso feito no PJC.            Considera que seu aprendizado no PJC contribuiu para a continuidade de seus estudos.            Pretende estudar bastante e não estabelece limites para seus estudos.</p>
Cursista 3	<p>Não está estudando no momento.            Estudava o terceiro ano do EM quando do ingresso no PJC.            Considera que a participação no PJC contribuiu para o convívio social com os colegas na escola regular.            Pretende cursar o Ensino Superior (Administração)</p>
Cursista 4	<p>Cursava a 8ª. Série do Ensino Fundamental quando ingressou no PJC.            Cursa atualmente o 3º. Ano do EM.            Entende o estudo com elemento essencial para a empregabilidade.            Considera que o PJC contribuiu para sua percepção da importância dos estudos.            Considera que sua freqüência e aproveitamento na escola regulares melhoraram por ocasião da participação no PJC e vice-versa.            Pretende cursar o ensino superior.</p>
Cursista 5	<p>Havia acabado de concluir o EM quando concluiu o PJC.            Atualmente cursa o Ensino Superior no curso de Design de Interiores.            Percebe a importância dos estudos para o alcance de oportunidades profissionais e desenvolvimento pessoal.            Percebe a participação no PJC como forte elemento de incentivo na continuidade dos estudos.            Pretende continuar estudando até especializar-se na sua atividade.</p>
Cursista 6	<p>Cursa atualmente o terceiro ano do EM.            Cursava no momento do ingresso no programa o primeiro ano do EM.</p>

	<p>Esteve parado por um ano com o ensino regular a fim de cursar o ensino técnico e trabalhar.</p> <p>Entende que a participação no PJC contribuiu para a continuidade dos estudos, uma vez que as tarefas requeridas no projeto incentivavam tal conduta e para receber a bolsa era necessário desenvolver as tarefas. Perspectiva de incentivo financeiro.</p> <p>Não entende que o PJC contribuiu para o incentivo de suas atividades na escola regular. Porém entende que seu aproveitamento escolar melhorou durante o período do programa.</p>
Cursista 7	<p>Cursava o EM por ocasião do ingresso no PJC. Considera que estudar nunca é demais e que os cursos profissionalizantes proporcionam uma base maior de conhecimentos. Atualmente estuda administração em nível superior. Pretende seguir estudando, talvez até doutorado. Não demonstra perceber qualquer implicação de sua participação no PJC em sua vida escolar. Quando questionada sobre influências do projeto em seu desempenho escolar respondeu que pode conciliar as duas coisas perfeitamente, indicando entender serem duas coisas paralelas, sem implicação recíproca.</p>
Cursista 8	<p>Quando ingressou no PJC cursava o segundo ano do EM. Hoje é formanda em Educação Física por uma universidade local. Percebe a importância dos estudos para a evolução pessoal, mas não percebe qualquer contribuição do PJC para o alcance de seus resultados pessoais. Pretende cursar pós-graduação e ser professora universitária.</p>
Cursista 9	<p>Quando ingressou no PJC cursava o terceiro ano do EM. Concluiu o EM e atualmente não estuda mais. Entende que o PJC melhorou seu desempenho escolar.</p>
Cursista 10	<p>Cursava o 3º. ano do EM por ocasião do ingresso no PJC. Pretende fazer vestibular e ingressar na faculdade. Associa o estudo a uma vida melhor.</p>
Cursista 11	<p>Cursava o 3º. ano do EM por ocasião do ingresso no PJC. Concluiu o EM e não estuda atualmente. Associa o ato de estudar ao de obter qualificação. Pretende estudar Comunicação Social. Não percebeu efeitos do PJC em seu desempenho escolar. Entende que a maior contribuição do PJC para sua vida foi o aprendizado. Considerando as afirmações anteriores, depreende-se ser o aprendizado de uma profissão.</p>
Cursista 12	<p>Afirma ter uma adoração por fazer cursos, daí seu interesse pelo PJC. Cursava o EM por ocasião do ingresso no PJC. Concluiu o EM e , por ora, não estuda. Apesar de estar afastado da escola, entende que o PJC contribuiu para a continuidade de seus estudos. Associa aprendizado com diversão, entende que ao aprender se</p>

	diverte e acaba se dedicando mais.
Cursista 13	Diz ter se interessado pelo PJC pelo fato de ter a possibilidade de frequentar o curso de Vendedor de Comércio Varejista. Cursava o EM por ocasião do ingresso no PJC. Concluiu o EM e , por ora, não estuda. Iniciou o curso de Direito, mas trancou por necessidades associadas ao trabalho. Associa o estudo como elemento essencial para ingresso no mercado de trabalho. Pretende retornar à faculdade e seguir estudando. Entende que a equipe do PJC (professores e gestores) contribuiu muito para a continuidade de seus estudos através do incentivo oferecido durante as atividades do projeto. Valoriza os conteúdos de Ética, Cidadania e Direitos Humanos.
Cursista 14	Cursava o EM por ocasião do ingresso no PJC. Ainda cursa o EM e, aparentemente possui um percurso intermitente neste nível de ensino. Afirma ter desistido de estudar e voltado diversas vezes. Não associa o PJC à contribuição para seu desempenho escolar. Pretende fazer faculdade.
Cursista 15	Cursava o EM por ocasião do ingresso no PJC. Concluiu o EM e hoje estuda o 3º. ano de Direito. Considera que o PJC contribuiu para a continuidade de seus estudos, mas não para a melhoria de seu desempenho escolar.
Cursista 16	Cursava o EM por ocasião do ingresso no PJC. Concluiu o EM e hoje faz faculdade. Associa o estudo à obtenção de qualificação para atendimento ao mercado de trabalho. Não pretende parar de estudar. Não entende que o PJC tenha contribuído para a continuidade de seus estudos ou para seu desempenho escolar.



**Tabela resumo de entrevistas a cursistas do PJC na edição de 2006-2007, por categoria pesquisada**

Jovem	Categoria: <b>Percepção de resultados alcançados</b>
Cursista 1	Entende que houve ampliação das oportunidades e relaciona sua atual ocupação com a conclusão do PJC.
Cursista 2	Percebe uma mudança boa em sua vida em função do PJC porque aprendeu muita coisa.
Cursista 3	Considera ter aprendido coisas que não sabia e que, decorrente destas, houve mudanças positivas em sua vida.
Cursista 4	Percebe como importante a formação para a cidadania oferecida pelo PJC, uma vez que esta preparou-o para a vida após a maioridade.
Cursista 5	Percebe mudanças em sua vida após a participação no PJC relacionadas a seu currículo e ao aumento de empregabilidade. Entende que a participação no curso de Vendedor de Comércio Varejista contribuiu para o seu desempenho nas atividades desenvolvidas por sua família, uma vez que ganhou desenvoltura para tratar com as pessoas, com os clientes.
Cursista 6	Considera ter alcançado uma boa experiência de vendedor atrelada à percepção positiva do curso freqüentado.
Cursista 7	Entende que os principais resultados promovidos pelo PJC estão associados à ampliação de seus conhecimentos quanto ao atendimento ao cliente e à atividade comercial.
Cursista 8	Não associa qualquer resultado a sua participação no PJC. Afirma que o único benefício percebido foi o da ajuda financeira mensal recebida durante o participação.
Cursista 9	Não percebe resultados decorrentes da participação no PJC.
Cursista 10	Percebe resultados relativos à sensibilização para a necessidade de continuidade dos estudos, aos conhecimentos específicos ministrados durante os cursos de capacitação e à ampliação de qualificação ao currículo.
Cursista 11	Afirma que foi através de seu estágio, conseguido por intermédio do PJC que alcançou sua primeira oportunidade de trabalho. Diz identificar muito do aprendizado obtido por ocasião do PJC em sua atual ocupação.
Cursista 12	Achou o projeto ótimo. Afirma ter se interessado bastante pelo mesmo. Diz que o PJC criou oportunidades de emprego com carteira assinada, que ele não tinha tido até então. Afirma ter conseguido muitos amigos em decorrência do PJC.

Cursista 13	Destaca enfaticamente a importância dos conhecimentos proporcionados pelo módulo de Cidadania e Direitos Humanos do PJC para o seu comportamento e o de seus colegas. Afirma que os conhecimentos alcançados neste módulo proporcionam uma visão diferenciada em relação à sociedade (positiva).
Cursista 14	Afirma ter percebido resultados em seu profissionalismo decorrentes da participação no PJC. Porém, não demonstra quaisquer efeitos diretos da participação.
Cursista 15	O principal resultado mencionado diz respeito à esfera da empregabilidade. Alcançou seu primeiro emprego, no segmento comercial, em decorrência da participação no PJC.
Cursista 16	Não percebe resultados diretos de sua participação no PJC em sua vida atual.

**Tabela resumo de entrevistas a cursistas do PJC na edição de 2006-2007,  
por categoria pesquisada**

Jovem	Categoria: <b>Avaliação Geral</b>
Cursista 1	Sentiu-se realizada com a responsabilidade trazida pela atividade no programa.
Cursista 2	Considera que a oportunidade de participação no curso foi positiva para sua condição de atividade profissional até o momento, muito embora tenha tido apenas uma experiência profissional.
Cursista 3	Considera que o aprendizado com o curso foi a principal contribuição do mesmo para sua vida.
Cursista 4	Percebe a contribuição do PJC para sua vida e para a de outros jovens.
Cursista 5	Considera que a participação no PJC enriqueceu seu currículo, proporcionou conhecimentos e enriqueceu seu círculo de amizades.
Cursista 6	Considerou os cursos muito bons.
Cursista 7	Achou os cursos excelentes e muito organizados, gostou muito dos professores. Achou que o conhecimento percebido no PJC foi preponderante na sua relação com o comércio e com o cliente.
Cursista 8	Não demonstra ter ficado satisfeita com o PJC por não ter tido suas expectativas de colocação atendidas. Relata dificuldades de relacionamento com outros cursistas e valoriza de forma explícita a ajuda financeira fornecida pelo projeto.
Cursista 9	Afirma ter achado o projeto ótimo, muito bom, apesar de não identificar diretamente qualquer benefício direto do mesmo.
Cursista 10	Afirma ter gostado bastante do projeto, sobretudo pelos conhecimentos conquistados e pela agregação de informações ao currículo.
Cursista 11	Achou o projeto muito bom. Separa bem os benefícios alcançados no campo da empregabilidade do que entende ser uma total ausência de resultados no campo do desempenho escolar.
Cursista 12	Achou o projeto ótimo. Entende que o interesse na participação deste tipo de ação parte do próprio participante. Não havendo interesse do cursista não há como gostar dos resultados alcançados, no entendimento deste jovem. Afirma ter feito muitos amigos por ocasião do projeto.
Cursista 13	Entende que o projeto foi adequado ao público jovem concludente do ensino médio no sentido de que privilegiava a conquista do primeiro emprego. Entende que o projeto alcançou sua meta. Valoriza o conhecimento de conteúdos ministrados pelos eixos de Cidadania e Direitos Humanos do PJC como determinantes para a

	boa inserção social dos jovens.
Cursista 14	Afirma ter gostado muito do projeto, apesar de não ter tido sua expectativa de colocação no mercado de trabalho satisfeita. Entende que o PJC deveria acontecer em novas edições. Afirma ter participado do ProJovem e de não ter ficado satisfeita com os resultados deste projeto.
Cursista 15	Achou o projeto muito bom. Segundo esta cursista o PJC incentiva bastante a educação, o emprego, os jovens. Deseja que o projeto aconteça em novas edições a fim de proporcionar a outros jovens a oportunidade que proporcionou a ela.
Cursista 16	Afirma ter gostado do projeto, muito embora ele, segundo a cursista não tenha alcançado a meta de encaminhamento de jovens ao mercado de trabalho. Segundo a mesma, nenhum de seus conhecidos alcançou colocação através do PJC.